

*Cartas Inéditas de Fradique Mendes*  
*e mais*  
*Páginas Esquecidas*  
de Eça de Queirós

ÍNDICE

A E. Sturmm, alfaiate  
A Paulo Vargette  
A *madame* de Jouarre  
A Manuel  
A...  
A E...  
Prosas Românticas  
. Sinfonia de abertura  
. Poetas do mal  
Contos  
. Um dia de chuva  
. Enghelberto  
Crítica e Polémica  
. Idealismo e realismo  
. «Os Vencidos da Vida»  
. Ainda sobre a Academia  
Notas do mês  
. El-rei D. Luís  
. Notas do mês  
A revolução do Brasil  
O «ultimatum»

# I

A E. STURMM, ALFAIATE<sup>1</sup>

Lisboa, Abril.

*Meu bom Sturmm.* – A sua sobrecasaca é perfeitamente insensata. Ali a tenho, arejando à janela, nas costas de uma cadeira; e assenta tão bem nessas costas de pau, como assentaria nas do comandante das Guardas Municipais, nas do Patriarca, nas de um piloto da barra ou nas de um filósofo, se o houvesse nestes remos. Quero, pois, severamente dizer que ela não possui *individualidade*.

Se V., bom Sturmm, fosse apenas um algibebe, embrulhando a multidão em pano Sedan para lhe tapar a nudez – eu não faria à sua obra esta crítica tão alta e exigente. Mas V. é alemão, e de Conisberga, cidade metafísica. A sua tesoura tem parentesco com a pena de Emanuel Kant, e legitimamente me surpreende que V. não a use com a mesma sagacidade psicológica.

Não ignora V., decerto, que ao lado da filosofia da história e de outras filosofias, há ainda mais uma, importante e vasta, que se chama a filosofia do vestuário; e menos ignora, decerto, que aí se aprende, entre tanta coisa profunda, esta, de superior profundidade: que o casaco está para o homem como a palavra está para a ideia.

Ora, para que serve a palavra, Sturmm? Para tornar a ideia perceptível e transmissível nas relações humanas – como o casaco serve para tornar o homem apresentável e viável através das ocupações sociais. Mas é a palavra empregada sempre em rigorosa *concordância de valor* com a ideia? Não, meu Sturmm.

Quando a ideia é chata ou trivial, alteia-se, revestindo-a de palavras gordas e aparatosas – como todas as que se usam em política.

Quando a ideia é grosseira ou bestial, embeleza-se e poetiza-se, recobrando-a de palavras macias, afagantes, canoras – como todas as que se usam em amor.

Por outro lado, escolhem-se palavras de uma retumbância especial para reforçar a veemência da ideia – como nos rasgos à Mirabeau – ou rebuscam-se as que pela estranheza plástica ajuntam uma sensação física à emoção intelectual – como nos versos de Baudelaire.

Temos pois que a palavra opera sobre a ideia, ou disfarçando-a ou acentuando-a. Vai-me V. seguindo, perspicaz Sturmm?

Tudo isto se aplica exactamente às conexões do casaco com o homem.

Para que talham os alfaiates ingleses certas sobrecasacas longas, rectas, rígidas, com um debrum de austeridade e ressudando virtude por todas as costuras? Para esconder a velhacaria de quem as veste. Você encontra em Londres essas sobrecasacas, nos *meetings* religiosos, nas sociedades promotoras da moralização dos pequenos patagónios e nos romances de Dickens. E para que talham eles esses fraques audazes, bem acolchoados de ombros, quebrados e cavados de cinta, dando relevo aos quadris – sede da força amorosa? Para acentuar os corpos robustos e voluptuosos a que se colam. Você vê desses fraques aos Lovelaces, aos caçadores de dotes e a toda a legião dos *entretenus*.

Disfarçando-o ou acentuando-o, o casaco deve ser a expressão visível do carácter

---

<sup>1</sup> Esta carta curiosa, pouco explicável e que certamente o seu destinatário nunca recebeu, encontrava-se incompleta, entre bilhetes sem interesse, nos papéis que Marcos Vidigal, poucos meses antes da sua morte, me entregou, sabendo que eu preparava esta colecção e um estudo sobre Fradique. Não me consta, de resto, que haja ou que houvesse em Lisboa um alfaiate do nome de Sturmm. – E. Q.

ou do tipo que, cada um, pretende representar entre os seus concidadãos.

Quem lhe encomenda pois um casaco, digno Sturmm, encomenda-lhe na realidade um *prospecto*. E nem precisa o alfaiate que aprofundou a sua arte, de receber a confissão do freguês. As ligeiras recomendações que escapam, inquietas e tímidas, na hora atribulada da «prova», bastam para que ele compreenda o uso social a que o cliente destina a sua farpela... Assim, se um cavalheiro de luvas pretas, com uma luneta de ouro entalada entre dois botões do colete, que move os passos com lentidão e reflexão, e, ao entrar, pousou sobre a mesa um número do *Jornal do Economista*, lhe diz, num tom de mansa reprovação, ao provar o casaco: «Está curto e justo de cinta» – V. deve logo deduzir que ele deseja aquelas abas bem fornidas, flutuantes, que demonstram abundância de princípios, circunspeção, amor sólido da ordem e conhecimento miúdo das pautas da Alfândega... Vai-me V. penetrando, bom Sturmm?

Ora, que lhe murmurei eu, em mau alemão, ao provar a sobrecasaca infausta? Esta fugidia indicação: «Que cinja bem!» Isto bastava para V. entender que eu desejava, através dessa veste, mostrar-me a Lisboa, onde a ia usar, sinceramente como sou – reservado, cingido comigo mesmo, frio, céptico e inacessível aos pedidos de meias libras... E, no entanto, que me manda V., Sturmm, num embrulho de papel pardo? V. manda-me a sobrecasaca que talha para toda a gente em Portugal, desgraçadamente: a *sobrecasaca do conselheiro!*

Digo «desgraçadamente» – porque vestindo-nos todos pelo mesmo molde, V. leva-nos todos a ter o mesmo sentir e a ter o mesmo pensar. Nada influencia mais profundamente o sentir do homem, do que a fatiota que o cobre. O mais ríspido profeta, se enverga uma casaca e ata ao pescoço um laço branco, tende logo a *sentir* os encantos dos decotes e da valsa; e o mais extraviado mundano, dentro de uma *robe de chambre*, sente apetites de serão doméstico e de carinhos ao fogão.

Maior ainda se afirma a influência do vestuário sobre o pensar. Não é possível conceber um sistema filosófico com os pés entalados em escaupins de baile, e um jaquetão de veludo preto forrado a cetim azul leva inevitavelmente a ideias conservadoras.

Você, pondo no dorso de toda a sociedade essa casaca de conselheiro, lisa, insípida, rotineira, pesabunda – está simplesmente criando um país de conselheiros!

Dentro dessa confecção banalizadora e achatante, o poeta perde a fantasia, o dândi perde a vivacidade, o militar perde a coragem, o jornalista perde a veia, o crítico perde a sagacidade, o padre perde a fé – e, perdendo cada um o relevo e a saliência própria, fica tudo reduzido a esse cepo moral que se chama o *conselheiro!* A sua tesoura está assim mesquinamente aparando a originalidade do país! Você corta, em cada casaco, a mortalha de um temperamento. E se Camões ainda vivesse – e V. o vestisse – tínhamos em lugar dos *Sonetos*, artigos do *Comércio do Porto*.

.....

## II

### A PAULO VARGETTE

*Meu bom Vargette.* – Com alvoroço e carinho acolhi eu ontem o seu livro, *Les Pâles Vêpres*, que é logo, exteriormente, de um tão raro e intelectual dandismo. Considerei, enternecidamente, o seco galho de Inverno onde treme uma folha morta, caído, como um emblema de modéstia, sobre a capa de uma cor de carne bem achada, entre rósea e glauca, carne semifluida de Náiade fugidia. Detive o sorriso enlevado nas maiúsculas escarlates, com cercaduras no fino gosto de Simon Colines. Palpei com reverência as folhas graves de papiro sacerdotal. E com os pés para o borralho, pensei nos rudes tempos da velha poesia, quando Musset e Lamartine eram sublimes em papel pardo.

Apesar de ter quase cinquenta anos, de reler Horácio e Racine e de amar, por uma incurável necessidade de pureza, a água límpida que rebenta das rochas claras, eu não sou hostil à poética nova de que o seu livro procede, meu Vargette, e que se chama – se desde ontem lhe não alteraram a alcunha flutuante – *decadismo* ou *simbolismo*. Consiste ela, quando ensinada e praticada pelos mestres – se eu não erro nestas super-finas matérias – em arredar da poesia, como gastas e já inusáveis, todas as sensações ou emoções simples, velhas como o homem, e por ele, através de vinte séculos de literatura, desde os hinos órficos até Béranger, fixadas em formas que, como as da moeda, já não podem ser alteradas – (que Estado, por mais inovador, ousaria cunhar libras triangulares ou peças de cinco francos com o recorte de um lírio?)

Consiste, depois, em rebuscar, através do homem e da Natureza, impressões e emoções novas, ou fragmentos de impressões e emoções, deixadas no subsolo da alma e da vida pelos primeiros escavadores, e que pareçam novas e saídas de um filão novo, por conservarem ainda as asperezas frescas do metal desenterrado. E consiste, enfim, em materializar tão completamente – transpondo-as para o verbo – essas sensações e essas emoções, que elas nos prendam e nos afectem pelos atributos próprios da matéria, e o verbo que as encarne se torne tão verdadeiramente rutilante como um broche de pedrarias, ou tão doce à epiderme como a moleza de um estofa, ou tão respirável como um ramo de lilases... Creio que é esta a poética do simbolismo, quando ensinada pelos mestres.

Erro eu, meu Vargette? – «Que bem que cheira este verso! – Como é macio este verso quando se lhe pousa em cima a face! – No faiscar deste verso há rubis e esmeraldas! – Este verso restolhou denso de ramaria, e aquele cai em gotas límpidas de uma quelha sobre a relva! Creio serem estes os gritos que o simbolismo quer arrancar à admiração cansada dos homens. Não é verdade, Vargette? Ainda há pouco, um simbolista ilustre murmurava, convidando as multidões para o seu verso: – *Il fait bon dans mon vers!* o que eu traduzo: – «No meu verso há calor, uma flacidez de veludo, toda a sorte de perfumes errantes, e um murmúrio que embala e adormenta... Vinde para o meu verso!» (Eu não fui, porque esse Paraíso, sumptuosamente impresso, custava vinte francos!)

Pois apesar dos meus cinquenta anos já bolorentos e da minha ferrugenta fidelidade a Virgílio, a Horácio e à Antologia, eu penso que esta poética aproveita, consideravelmente, a todo o poeta que nos começos da gentil carreira a cultive com sagacidade e com método. Primeiramente, impõe ao espírito o salutar horror do *já dito*, do *já feito*. Depois, conduz ao hábito de afiar e aguçar a análise, até que, como uma ponta de aço de incomparável flexibilidade e finura, ela saiba penetrar através dos mais

tortuosos e escuros refolhos da alma. E enfim acostuma a extrair do verbo humano tudo o que ele humanamente pode dar, como encarnador do visível e do invisível.

De sorte que o *decadismo* é um exercício extremamente útil a todo o poeta que se prepara para a poesia – exactamente como a ginástica é o mais vantajoso exercício do corpo que se prepara para a vida. O espírito sai do *decadismo* com hábitos de actividade inovadora, mais elástico, mais dúctil, possuindo um poder mais variado de se traduzir e viver pela expressão, exactamente como o corpo sai da ginástica com hábitos de vivacidade, mais musculoso, mais ágil, e cheio de destreza para a acção.

Mas, meu Vargette, por isso mesmo que o *decadismo* e a ginástica são meios de educação – não se podem considerar como o fim supremo e definitivo do ser educado. O homem que se prepara para viver uma vida de homem em toda a sua plenitude e variedade – e que para isso se adestrou e se fortificou na ginástica desde os dez anos – deve, logo que envergue a sobrecasaca viril, abandonar a um canto as cordas, as argolas e os halteres. E do mesmo modo – com carinhosa sinceridade lho asseguro – o meu querido Vargette, como poeta que penetra na poesia, deveria ter queimado esse gentil livro, *Les Pâles Vêpres*, desde que, em outro anterior, *Les Doléances*, se exercitara já suficientemente em ser inovador subtil e expressivo. Ficar o meu Vargette, com essa rica e formosa barba cor de milho, a fazer eternamente *decadismo* – seria como ficar o homem de acção, que já tem a barba e a idade da acção, teimosamente dependurado do trapézio. Ambos teriam enalhado a meio do seu destino: um, nunca chegaria à poesia, o outro, nunca chegaria à acção. E ambos eles permaneceriam de fora – sendo para todo o sempre dois simples pelotiqueiros.

Amigo rude, por ser tão amigo – FRADIQUE.

### III

#### A «MADAME» DE JOUARRE

*Minha querida madrinha.* – O nome é lindo, cheio de som e de luz: *Claire de Clairval*. Mais bonito ainda em português, tendo um som mais repousado e nobre – Clara de Claro Vale. E corresponde bem a toda a pessoa, ao busto esbelto, aos cabelos louros, ao romance que pende das pestanas, ao olhar lânguido... embora não abranja também a outra qualidade dos olhos, que, além de lânguidos, são finos. Não devia haver *finura* numa *Clara de Claro Vale*, que, pelo menos de nome, é gótica, toda em sentimento, crédula e grave, sentada numa cadeira de alto espaldar e ocupada em manter a graça heráldica de sua pessoa.

Diz a minha bela madrinha que, apesar de tão ressoante, lembrando torneios e cortes de amor, *Clairval* não está muito alto no nobiliário de França. *Un peu de roture ne gête rien*. Pelo contrário, são talvez essas gotas de sangue vermelho e plebeu, que põem através da sua gentil pessoa a ponta de *finura* que me atraí.

Está a minha bela madrinha enganada – eu nunca a tinha visto antes do baile de *madame* de Tressan. E bem possível que ela vá todas as quartas-feiras à *Comédie Française* – mas desde que se adoptaram para a *Comédie* as *toilettes* escuras, com tons sóbrios e graves como a versificação de Racine, não é fácil ser-se atraído, *depois dos trinta anos*, por um rosto especial. O teatro todo é como uma mancha escura, picada de pontos pálidos ou cor de pó de arroz, que são as faces. Aos vinte e cinco anos, a curiosidade, vibrante e sempre à *l'affût*, num instante detalha, distingue, escolhe entre todos esses rostos bonitos. A curiosidade mais embotada e lenta dos trinta e cinco, nada aprofunda, passa por sobre a sala num só giro resvalado. É necessário que da parte do rosto bonito já haja a intenção, o desejo de ser notado, que ele próprio se adiante e se evidencie, para que prenda e segure a atenção.

Além disso, eu suponho que ninguém vê a mulher que tem de amar – isto na generalidade, não se trata de *madame* de Clairval! – antes de ter chegado o momento marcado pelo destino para que esse amor se acenda e seja útil ao conjunto das coisas. Nada prova mesmo que essa mulher não tenha emergido, nesse momento, do seio vivo da Natureza, assim, em *toilette* e de luvas brancas, para ser olhada e possuída por esse homem! Isto que parece incidente de conto de fadas é todavia, por vezes, quase justificado pelos factos.

Um amigo meu, em Lisboa, numa sociedade pequena, de duzentas pessoas, em que todo o mundo se acotovela e todos uns aos outros conhecem o tom de voz, os negócios, os sentimentos, as *toilettes* e as ambições – de tal sorte que mesmo numa sala às escuras se poderia continuar com coerência a conversação – perguntou um dia a uma senhora, numa *soirée*:

– Quem é aquela rapariga de branco, além, ao pé da porta?

A outra olha, parece assombrada:

– É minha irmã...

– Mas...

– Mas quê? Essa é extraordinária! Há quatro anos que ela vai comigo a toda a parte onde eu vou, e há quatro anos que o encontro a si em toda a parte onde apareço...

Um ano depois o meu amigo casava com a *rapariga de branco*!

Estou vendo que não achou esta história interessante – e que mais se vai estabelecer na sua ideia de que há uma semana, desde o baile de *madame* de Tressan, ando vago e sem-sabor. Talvez tenha razão. Não me sinto, com efeito, nem muito

vibrante, nem muito agudo, nem muito impulsivo: Não sei que *rêverie* indecisa me prende, me enleia por vezes, dando-me aquele langor espiritual que os primeiros calores de Maio dão ao corpo. Não sei a origem e não quero descobri-la – mesmo que tivesse a vivacidade de espírito para empreender essa análise – com receio de que este estado de doce e vago adormecimento se esvaia e fuja, levando com ele a doçura em que me envolve. E ouço daí a sua pergunta: – «Nenhuma ideia, nenhuma imagem, nenhuma figura passa através deste fundo de cismar informe?» – Meu Deus, escassamente lho poderia dizer. É certo que por vezes, não sei porquê, desse fundo de repouso intelectual, dessa névoa luminosa e quente, destaca-se uma longa figura loura, com coisas amarelas no vestido preto e uns olhos finos e lânguidos... Mas não há nada de perigoso nisto. Suponho mesmo que essa imagem que passa não é o reflexo de nenhuma realidade – mas uma criação própria da imaginação adormecida, semelhante a essas evaporações que se elevam de um lago morto, no Verão, e que tomariam, se nós as pudéssemos ver mais densas e perceptíveis, as formas mortas, serenas, paradas e moles do lago de onde se elevaram. Um espírito que dormita e se enlanguesce, deve criar, naturalmente, formas que o reproduzam, figuras esguias – que tenham os olhos lânguidos, e o passo ondeante, e as pestanas descidas e como adormecidas...

Em suma – não é uma mulher especial que assim passa no meu espírito: é antes a personificação simbólica deste estado de espírito que a consciência me mostra, e... Bom Deus, já nem me entendo! Quanta subtilidade e quantas névoas! Tenho muitas assim, que se formam e se desmancham... De resto fumado inúmeras *cigarettes*, e relido Musset... – Afilhado nevoento – FRADIQUE.

## IV

### A MANUEL...

*Meu bom sobrinho Manuel.* – Desde que há homens e desde que há cartas, nunca homem recebeu carta mais tocante, e mais exigente, e mais absurda, do que esta de 22 de Março com que me honras, me aterras, e me divertes! «Para um livro de versos que eu determinei compor, enquanto Deus compõe esta sua Primavera, que devo eu escolher: os temas do amor, os da natureza, os da filosofia ou os da história?...»

Oh! meu sobrinho Manuel, tu queres pois que eu, à maneira de um douto Bardo de barbas nevadas e coroa de louros secos, te leve pela mão através das veredas aromáticas do Parnaso e, com o meu velho bordão feito de carvalho délfico, te aponte, além sob as frondes, a fria fonte Castália, onde mais convém que te agaches e bebas?

Poeta te sentes, meu enganado Manuel! Poeta te queres, meu temerário Manuel! E vens agora com a tua lira nova, comprada esta manhã junto à Via-Sacra, nos Armazéns de Apolo, para que, ambos reclinados sob a olaia, eu te guie os dedos tenros sobre as cordas de tripa e de bronze, e te ensine os cantos que encantam...

Mas, meu doce Manuel, porque te não dirigiste tu aos quatro nobres, e clássicos, e argutos mestres que têm cátedra e aula aberta nos cimos do Pindo – Aristóteles, Horácio, Pope e Boileau?

As quatro *Artes Poéticas* desses quatro legisladores da poesia, andam hoje reunidas comodamente, num volume brochado (de 3 francos e 50) que, sendo um código e também um receituário, fornece abundante ensino a toda a alma, dos Açores ou mesmo do Continente, que sinta tendências culpadas para o verso. Porque não te provêes tu desse volume disciplinar e fecundante? Com ele, um dicionário de rimas, um bule de café, cigarros, vagares e papel, tu poderás, como tantos outros poetas espalhados por essas grutas frescas do Parnaso, fabricar ressoantes alexandrinos à Hugo, lavradas e lustrosas peças parnasianas, éclogas bernárdicas de um quinhentismo que lindamente cheire a mofo, e mesmo esses exercícios léxicos e gramaticais, chamados *decadismo* e *simbolismo*, que constituem um método Ollendorf para aprender a delirar sem mestre.

Todavia, meu doce sobrinho Manuel, não esqueço que tua mãe, a minha boa prima Luísa, quando eu era pequeno e desejava percorrer o mundo num grande cavalo, à maneira de Roldão ou de Persival, me deu um burro, um lindo burro branco, com selim, e freio, e chicote! E agora que tu, filho da prima Luísa, aspiras a galopar por um mundo ainda mais vasto e obscuro do que o meu, o da poesia, é de boa gratidão, me parece, que eu te forneça também um Pégaso, e to enfrie, e to amanse, e sobre ele te escarranche, e com uma vergasta de louro o vá vergastando e levando, como teu fiel burriqueiro, por esta serra difícil do ideal!

Sobrinho Manuel, um amigo meu, que depois de ser, durante errados anos, um mau poeta, se arrependeu e se tornou um bom crítico, costumava sempre, com a sua autoridade de velho mareante experiente em escolhos e naufrágios, aconselhar os poetas novos a que procurassem os temas e motivos dos seus poemas, fora do próprio e estreito coração e das duas ou três palpitações que nele monotonamente se repetem. Eu pertencço à escola deste homem sagaz – e para mim também, essa poesia chamada *sublectiva*, que vive aninhada nas saias de Elvira e que arrulha sem cessar, no jornal e no livro, as suas gárrulas confidências de amor (ou de namoro), necessita ser substituída por uma poesia mais forte, mais viril, mais humana, que se desaninhe das saias já enxovalhadas da sua eterna dama e lance o voo livre e largo através do mundo e da vida.

O amor (como ensinava o meu amigo), é certamente uma força – e mesmo a

maior força deste pobre universo que dele vive e por ele se equilibra – e a notação, em boa rima, de qualquer das suas manifestações que seja intensamente genuína e nova, constitui sem dúvida uma aquisição excelente para o nosso conhecimento do homem, entidade de sete palmos de altura, que, quanto mais profundamente a si próprio se sonda, mais insondável se reconhece. Por outro lado, os versos de amor são preciosos para aqueles que, possuindo o sentimento, não possuem o verbo que lho vivifique, lhes dê a consoladora certeza da sua realidade – e que precisam portanto ver expressas, formuladas, sonoras, quase palpáveis, as coisas indefinidas que lhes tumultuavam no peito e a que não sabiam dar nome.

Mas a não ser nestes dois casos, em que o poeta tenha descoberto em si uma forma do sentir deliciosamente inédita, ou que tenha conseguido exprimir com uma nitidez gráfica excepcional algum subtil estado de alma até aí inexprimível, ele deveria (pelo menos enquanto durar este século saciado de lirismo sentimental) conservar os versos do seu amor no papel íntimo em que os traçou, ao lado das flores murchas, das madeixas de cabelos, das fotografias enodoadas de beijos e de todas as outras relíquias da mocidade que aos trinta anos se atiram ao lume. De outro modo, se os poetas insistirem em anunciar cada semana, com lábio trémulo, nos jornais ou nos volumes a 600 rs., que amam Laura, e que a apertaram nos braços, e que os veludos da alcova pendiam em pregas moles – esta geração ocupada, positiva, inteligente, e só seduzida pelas coisas da inteligência, fugirá deles, desesperadamente, como se foge de tudo o que arrepia ou enerva, de um realejo, de uma serra a serrar pedra ou de um canário mecânico, envernizado de amarelo, com corda para 24 horas! Para que a poesia guarde a sua clientela de espíritos, é necessário que contenha em si toda a *humanidade* – e não somente a *feminilidade* da vizinha que sorri além, à janela...

Tudo isto, que afirmava o meu amigo, com aquela irremediável confusão que lhe ficara dos hábitos do verso, é verídico. A poesia não se inventou para cantar o amor – que de resto não existia ainda quando os primeiros homens cantaram. Ela nasceu com a necessidade de celebrar magnificamente os deuses, e de conservar na memória, pela sedução do ritmo, as leis da tribo. A adoração ou captação da divindade e a estabilidade social, eram então os dois altos e únicos cuidados humanos: – e a poesia tendeu sempre, e tenderá constantemente a resumir, nos conceitos mais puros, mais belos e mais concisos, as ideias que estão interessando e conduzindo os homens. Se a grande preocupação do nosso tempo fosse o amor – ainda admitiríamos que se arquivasse, por meio das artes da imprensa, cada suspiro de cada Francesca. Mas o amor é um sentimento extremamente raro entre as raças velhas e enfraquecidas. Os Romeus, as Julietas (para citar só este casal clássico) já não se repetem nem são quase possíveis nas nossas democracias, saturadas de cultura, torturadas pela ânsia do bem-estar, cépticas, portanto egoístas, e movidas pelo vapor e pela electricidade. Mesmo nos crimes de amor, em que parece reviver, com a sua força primitiva e dominante, a paixão das raças novas, se descobrem logo factores lamentavelmente alheios ao amor, sendo os dois principais aqueles que mais caracterizam o nosso tempo: o interesse e a vaidade. Nestas condições, o amor que voltou a ser, como na Grécia, um Cupido pequenino e brincalhão, que esvoaça, surripiando aqui e além um prazer fugitivo – é removido para entre os cuidados subalternos do homem, muito para baixo do dinheiro, muito para baixo da política... É uma ocupação, sem malícia o digo, que se deixa para quando acabar o dia verdadeiro e útil, e com ele os negócios, as ideias, os interesses que prendem. «Já não há hoje nada de produtivo a fazer? Já não há nada de sério em que pensar?... Bem! Então, um pouco de perfume nas mãos, e abra-se a porta ao amor que espera!» A isto está reduzida a Vénus fatal e vencedora!

Ora quando uma arte teima em exprimir unicamente um sentimento que se tornou secundário nas preocupações do homem – ela própria se torna secundária, pouco atendida e perde a pouco e pouco a simpatia das inteligências. Por isso hoje, tão tenazmente, os editores se recusam a editar, e os leitores se recusam a ler, versos em que só se cante de amor e de rosas. E o artista que não quer ser uma voz clamando no deserto e um papel apodrecendo no armazém, começa a evitar o amor como tema essencial da sua obra. A glória de Zola vem sobretudo da universalidade e modernidade dos seus assuntos – a terra, o dinheiro o com, o comércio, a política, a guerra, a religião, as grandes indústrias, a ciência – que são os factos supremos que interessam o homem culto.

Aqueles que, como Feuillet, e Sandeau e tantos outros, só sabiam contar, com pena enternecida e graciosa, histórias de amor e em que o amor era o centro e o motor único da vida, estão abandonados, comidos humilhanamente pelos ratos, nos subterrâneos dos livreiros.

Nem mesmo as mulheres lêem já hoje versos de amor – que de resto não apreciaram em tempo algum, porque nunca uma mulher gostou de ver outra coroada e idealizada! E além disso nem elas, nem ninguém, por mais simples, acreditam na sinceridade dos poemas amorosos. Todos sabemos que eles são meros exercícios de literatura, compostos pacientemente, friamente, de chinelos, com um dicionário de rimas. Nos primeiros anos do século, o poeta que penetrava no «comércio das Musas» começava por compor laboriosamente, e folheando os bons modelos, uma *Epístola* em que celebrava a felicidade de viver nos campos, um *Madrigal* em que cobria uma pastora de aljôfares e nardo, ou um *Ditirambo* um pouco desganhado, em que erguia a taça de vinho rubro e gritava «Evoé!...» Este homem excelente não conhecia pastoras nem bosques, e vivia comedidamente no terceiro andar de uma rua estreita, frequentando o botequim vizinho onde se alagava de orchata.

A orgia báquica, os cordeiros e o surrão, o seu amor da paz silvana, eram meramente nele temas recomendados pela arte poética. Hoje, essa poesia bucólica ou ditirâmbica passou com os calções e com os espadins. O romantismo criou outra retórica. E o poeta que principia, em lugar de se mostrar ao leitor, em rimas castigadas, *pastoril* e *bêbedo*, como o seu antecessor que ainda estudava Horácio – mostra-se agora, com a mesma tranquilidade, mas com as fórmulas que herdou de Musset, *apaixonado* e *dolorido*. A dor e a paixão, porém, são no digno moço tão postiças e tão laboriosamente trabalhadas como eram o bucolismo, o patriotismo e o fervor orgíaco do seu confrade de 1810.

Desta escandalosa insinceridade provém o descrédito do lirismo. Mas, mesmo quando seja sincero, quando brote de uma emoção pura, que interesse nos poderá causar o livro em que o Sr. Fulano ou o Sr. Sicrano, que nós não conhecemos, nos vêm revelar os êxtases e os tormentos que se debatem no seu peito? Um tal poema deveria ser reservado para os íntimos. Há desde logo um grande impudor em fazer assim do nosso coração uma tiragem de quinhentos volumes, para o vender, palpitante e sangrando, nos balcões das lojas. E há ainda uma intolerável impertinência da parte do Sr. Fulano, em nos deter no nosso caminho apressado, para nos gritar, entre suspiros, que ela é formosa e que os seus beijos sabem a mel! – É formosa? Sabe a mel? Bom proveito para si, estimável senhor! Mas que me importa isso a mim, que vou vivamente levado pela minha ideia, pelo meu trabalho, pelo meu negócio ou pelo meu prazer?

A poesia, se quiser prender ainda a nossa atenção, neste momento justamente em que ela atingiu a sua máxima habilidade técnica, necessita abandonar essa alcova em que se enerva e se esteriliza e de que nós conhecemos, até à saciedade, e pela sua indiscrição, todos os lânguidos escaninhos. Fora dessa sombra mole não lhe faltam os

belos temas – e aí tem a história, a lenda, e as religiões, e os costumes, e a vida ambiente, que lhe fornecem correntes de inspiração onde ela pode beber mais profundamente do que em nenhuma das Castálias passadas.

A sua lira, manejada por tão hábeis artistas nestes últimos trinta anos, está superiormente afinada, desde as cordas de nervo até às cordas de bronze, e não há som, por mais delicado ou por mais estridente, que ela não saiba despedir com precisão e com brilho. O homem tem a insaciável necessidade de se conhecer – e quantas formas, infinitamente variadas, do seu sentir, do seu pensar, do seu querer, não há aí, no presente e através do passado, dignas de serem fixadas, para que ele as bendiga ou as maldiga, nessa divina linguagem do verso, a única que verdadeiramente penetra na alma e nela sabe gravar perduravelmente o amor do que é grande, o desdém do que é baixo... Que o poeta se despegue, pois, corajosamente da alcova, e mesmo da porta da sua bem-amada e, com a lira à cinta, como os rapsodos de outrora, percorra o mundo, escutando histórias, para as contar depois em ritmos de ouro!

Justamente, estas considerações que não são de crítica, e apenas lançadas tumultuária e familiarmente em cavaqueira amável, as formulei eu porque conheço uma ou duas histórias que bem mereciam, pela sua beleza moral, ser perpetuadas em versos ricos. E como as minhas histórias não são de amor, procedi logo à maneira daquele mercador da lenda que, quando trazia armas para vender, clamava na praça contra a paz que debilita as almas – e quando os seus fardos só continham sedas e perfumes, erguia imprecações contra a guerra que asselvaja e desmancha os lares!

Mas quê! Em lugar de contar a minha história, para que tu, meu gentil poeta, a cinzeles num poema alado, gastei o meu papel professorando doutrinas e enfeitando-as de buxo e louro, com esta loquacidade divagadora da nossa raça, que tanto mal nos tem feito nas letras e na causa pública! Que remédio? Somos latinos e temos em nós, hereditariamente e irreparavelmente, toda a secular tagarelice do *Forum Romanum*.

Tio do coração – FRADIQUE.

*Meu caro amigo.* – Desaprovo energicamente a sua ideia de romance sobre Babilónia.

O que foi, justos Céus, que aí, a três passos de Picadilly e de Regent-Street, o levou a pensar em Babilónia? Que interesse podem ter os homens e as mulheres de Babilónia para o seu público, que vive no Chiado, e na Rua do Ouvidor? Diz V. que nada há mais interessante para o homem moderno do que descobrir nos outros, de outras idades, os sentimentos, as paixões, os ridículos, a comédia e a tragédia que hoje o agitam a ele. Mas está V. certo de que sabe quais eram os sentimentos e os ridículos dos homens que habitavam a cidade do Eufrates? Esteve V. lá, alojado num pequeno casebre de tijolo, à sombra do templo de Belu, observando e tomando notas? Ressuscitou por acaso algum babilónio para lhe vir dar a representação dos sentimentos e das ideias do seu tempo? – Como os pode V. conhecer?

Dirá você: – mas os homens são sempre os mesmos, através de todas as civilizações e de todas as idades. Nada mais falso nem de pior crítica. O homem é um resultado, uma conclusão e um produto das circunstâncias que o envolvem – circunstâncias de clima, de alimentação, de ocupações, de religião, de política, de arte, de cultura. Ora se estas circunstâncias eram em Babilónia absolutamente, radicalmente diferentes das nossas, como se pode concluir do homem de hoje para o homem de então? Os próprios sentimentos naturais eram diferentes – e o amor de uma mulher de Babilónia devia ser tão diverso do amor de uma mulher de Paris, sob Mr. Grévy, como o pode ser o vidro da manteiga – para empregar uma oposição enérgica.

Tome V. uma mulher de hoje, em Lisboa por exemplo, e siga-a durante o seu dia. Ergue-se pela manhã, embrulha-se numa *robe de chambre* e encontra logo nas simples ordens a dar as mil complicações da civilização. É o candeeiro de gás que tem um escape e que é necessário mandar consertar; um telegrama a expedir por causa de um parente que chega no paquete da Madeira; um recado a uma amiga para combinar a hora a que ambas irão à Câmara ouvir falar o Rufino; depois, tem que organizar o *menu*, porque há amigos a jantar; arranjar flores da Praça da Figueira, fazer almoçar e seguir os rapazes para o liceu; vigiar a criada que anda a espanejar os *bibelots* na sala; depois, há ainda o *Diário de Notícias* a percorrer e o *Correio da Manhã* a ler, a fechar-se no quarto para escrever a sua correspondência, e por último tratar da questão do criado, que se despediu por birra com o cozinheiro... Só então se pode ocupar da sua *toilette*, e finalmente vai almoçar. Às duas horas chega a amiga, e, metidas numa tipóia, lá vão ambas para as Câmaras. Aí, sessão tumultuosa, eloquência do Rufino, aplausos, olhadelas aos deputados, tagarelice, *rosa divina* nos intervalos. Finda a sessão, vai até à Baixa, dá uma volta pela Avenida, entra em várias lojas, sobe à modista, e, à última hora, apressa-se para casa onde a esperam mais cuidados domésticos: é uma nova discussão com o cozinheiro, um prato que é preciso substituir e todas as graves preocupações da *toilette* para o jantar. Por fim, encontra-se à mesa entre os seus convidados: sorrisos, conversa, discussão sobre política, notícias, cancás, boatos, maledicência. Os homens acendem os charutos – e seguem todos para o teatro, a ouvir a nova opereta. À uma da madrugada, volta sonolenta para casa: chá, romance para adormecer – e marido roncando ao lado, com um lenço de seda amarrado na cabeça...

Ora note V. que todas estas pequenas acções foram outros tantos agentes directos, vivos, modelando de certo feitio o *modo de sentir* desta mulher.

Tome agora uma mulher de Babilónia. Ao romper do dia, acordou no harém, no lugar onde só as mulheres dormem. Dormiu vestida, envolta na túnica de linho alvo que guarda quando se levanta – e a sua primeira ocupação é todo um complicado cerimonial de orações e de invocações. Não tem que dar ordens aos escravos nem que se preocupar com arranjos domésticos: a casa é simples: paredes de mármore ou de tijolo pintado, tapetes macios e fundos e algum vaso precioso, num nicho, entre as frestas que servem de janelas. Depois das orações, rapidamente, uma refeição simples, comida sobre o joelho – e vai para o banho e o toucado, as duas grandes ocupações da vida. Em seguida, são as longas horas no harém, encruzada, ou tecendo ou preguiçando pelos divãs, ouvindo contar histórias. Todas as janelas do serralho permanecem cerradas: nenhuma comunicação exterior com o mundo... No entanto, ouvem-se no pátio rumores de vozes: são os convivas do marido, do senhor, que chegam para o festim. As escravas então envolvem-na numa dalmática rica, dão-lhe um pequeno turíbulo de ouro, e ela adianta-se para a sala do banquete, de olhos baixos e andar hierático. Ali, gravemente, começa por incensar o marido, no seu «trono», depois, os convivas, chamando sobre eles as bênçãos da deusa – e, cumprido o rito, recolhe lentamente, a passos medidos pelo cerimonial e pelo dogma. Despe a dalmática – e o seu dia findou- Há talvez ainda um passeio pelos jardins, sob o olhar dormente do eunuco, talvez alguma dança ou cantos de escravas – mas o seu dia social findou. Recitam-se novas rezas, outras rezas, queimam-se perfumes em atitudes de invocação. Através das frestas do harém silencioso, vai-se ainda respirar a frescura do crepúsculo cor de ouro... Depois, desenrolam-se os tapetes, e ela estende-se para dormir – a não ser que o chefe dos eunucos a venha reclamar, e a leve, obediente e passiva, à presença do senhor que a deseja.

Ora cada um destes actos ajudou a formar o *modo de sentir* desta mulher. Como pode portanto a sua maneira de amar corresponder ao modo de amar da mulher portuguesa?

Dirá você que, em conclusão, ambas elas têm filhos. Decerto. Mas isso é uma função orgânica, não é um sentimento. E se o que V. quer é descrever funções orgânicas – então está V. num campo muito seguro: basta-lhe copiar-se a si próprio – porque certamente o rei Senaquerib digeria exactamente como digere o conselheiro Acácio, e ambos se desembaraçavam do mesmo modo dos seus líquidos!

Assim, só lhe resta, pois, pintar, com a consciência íntima de ser exacto, a decoração exterior da vida – as casas, os trajes, as mobílias, as armas. Mas isso não constitui um romance: são quadros de natureza morta. É o pitoresco pelo pitoresco – fórmula atroz da literatura!

E será ao menos difícil? – Nem isso. A ciência arqueológica tem avançado tanto que todas essas minudências da vida exterior estão hoje explicadas em livros e enumeradas por ordem alfabética, com gravuras ao lado. Pode-se fazer a mais sábia e perfeita pintura da vida romana – com o *Dicionário Clássico*, de Smith, que custa dezoito tostões...

A isto V. responderá decerto: – E a *Salambô*? – Para fazer a *Salambô*, com efeito, não basta o *Dicionário* – é necessário o génio de Flaubert!... E quando se tem esse génio, e oito anos de vagares para o aplicar a um monumento como a *Salambô* – falhasse o monumento, como ele o falhou, e diz-se, como ele disse, com infinita melancolia: *Peut-être, après tout, n'y a-t-il pas un mot de vrai là-de-dans!*

A migo sincero *et nunc et semper*

FRADIQUE.

## VI

### A E...

*Meu caro E...* – Você é o mais difícil de contentar dos homens que habitam a Terra. Pois consegue, com os seus livros, ressuscitar esse tipo defunto, o purista, o gramático – e ainda se lastima?

Como todas as coisas e os entes deliciosamente pitorescos do século XVIII português, que se afundaram, se sumiram no grande terramoto constitucional que tudo nivelou e achatou – tipos, costumes e caracteres – sumira-se, mergulhara nas trevas, o purista, o gramático, o fiscal da língua! Os que amam as coisas portuguesas ainda por vezes dele se lembravam, como de uma figura que mais que nenhuma outra adornava, dando-lhe significação, a velha sociedade portuguesa do tempo da senhora D. Maria II. Você, porém, chega, escreve, imprime – e eis que de entre as minas do Carmo ou de não sei que velho casarão meio demolido do bairro de S. Vicente, se ergue essa sombra e se põe a marchar! É o purista, inteiro, completo, com a cabeleira sórdida a que ainda estão pegados bocados de palha, as meias engelhadas nos pernis escanifrados, o capelo cor de vinho com o cabeção erguido, a face chupada pelas ansiedades da prosódia, os óculos de aro de latão na ponta do nariz, bem bicudo para picar os galicismos, os braços atravancados de in-fólios clássicos e de dicionários, e nas ventas, ainda, a grossa pitada de simonte que ele respeitosa e colheu da caixa de Curvo Semedo!

Com o dedo trémulo, o esgalgado e soturno defunto folheia o *Basílio* e o *Amaro* e solta do cavername oco do peito, até aos céus da Arcádia, um grito de consternação. E V. que faz? Recua e procura a bengala para desancar o digno homem!

Nunca se viu uma ira mais irracional. O que V. devia fazer era abrir os braços e berrar: – «Oh, simpático caturra, vem, que eu te estreito ao meu coração!» – Porque afinal V. tem aí um tipo precioso de romance, já feito, sempre genérico mesmo na sua individualidade, pronto ou quase a ser impresso, sem se tornar necessário rever-lhe as provas.

Por esse tipo – como por um osso desenterrado se adivinhou o mastodonte – podemos reconstituir todo o velho regime. Bem analisado, ele imediatamente explica, e por comparação faz reviver ante os nossos olhos modernos, o brigadeiro, o poeta parasita, o frade apostólico, as sécias, os alfenins, o intendente da polícia, as aias pretas, as modinhas ao cravo, o andador das almas, o sr. arcebispo de Tessalónica e todo o pessoal tão pitoresco desse estranho mundo passado. E queixa-se você! Talvez mesmo o único resultado sólido dos seus livros seja o de terem ressuscitado o purista!

O tipo, com efeito, é monstruoso. Fora de Portugal, nunca existiu – e hoje mesmo é necessário um esforço para lhe compreendermos a existência, o valor e a acção. O purista toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida – mas só procura descobrir se as palavras, em que ela vem expressa, se encontram todas no Lucena! Agarra um soneto, um verso a uma mulher, e pondo de parte o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam de mais a oração principal! Encontra um tipo num romance, e numa inteira indiferença pela verdade desse tipo, a sua lógica, a sua forte vitalidade, esquadrinha unicamente se, na descrição dos seus gestos ou dos seus feitos, o verbo *haver* foi impropriamente usado! No estudo de um carácter, não quer saber da finura da dedução, nem da penetração crítica, nem da análise, mas vai, com a ponta do nariz sobre as linhas, catando as maneiras de dizer que não são vernáculos! Folheia um grande e largo livro de história, e ignorando mesmo se a história é a de Portugal ou a da China,

põe o dedo, ao fim de longa investigação, sobre uma página, e dá este resumo final, numa voz cavernosa: – «*Massacre* em vez de *matança* – livro funesto!»

Fazer tudo isto é verdadeiramente estupendo! O homem que o faz não tem nome que o classifique (*bruto* não é bastante, *facínora* é talvez de mais), a não ser que ele próprio, que sabe todos os termos do Dicionário, conheça aquele que lhe compete!

Mas por ser assim estupendo e inominável, devem tirar-se-lhe os livros da mão e reenviá-lo a pontapés para a cova de onde emergiu? – Não, justos Céus! Deve-se estudá-lo como um caso de patologia social. Devem-se-lhe meter mais livros nas mãos sebáceas, os melhores livros da língua, livros de história, de análise, de poesia – e dizer-lhe depois: – «Aí tens, funciona!» – E quando o portentoso caturra, descendo os olhos para o bico de cegonha castiça e puxando para os ombros o capote de camelão, começa a funcionar, a catar o galicismo, a verificar a vernaculidade do termo – é necessário fazer um profundo silêncio, como quando ocorre um grande fenómeno, e ao lado, com atenção e sagacidade, tomar notas, muitas notas!... Há, com efeito, um livro a fazer sobre o purista!

Mas, diz V. na sua carta, que não é tanto este antiquado tolo que o aflige, mas o purista do tipo moderno, que num livro aprecia a ideia, a análise, a intenção, a vida das personagens, como um crítico do seu tempo, e depois, a respeito da forma, de passagem, desculpando-se da caturrice, acrescenta que a construção é lamentavelmente francesa, o vocábulo pobre, o galicismo fervilhante, e que «é uma pena que V. não saiba escrever a sua língua!» E V. pinta o tipo: – «moço, inteligente, espirituoso, cultivado, afrancesado, moderno – e no meio de tudo isto, purista!»

Mas, filho meu, isso é aquilo a que nós aqui chamamos *un malin*. Bem lhe importa a ele a vernaculidade da língua! O que o interessa, moderno como é, são os tipos, os estudos sociais, os *retratos* que possa haver nos seus livros, a sensação, o dramático. É moderno, é vivo até à medula; a língua que no fundo lhe agrada é a francesa; foi educado à francesa; veste, pensa, come, *flirta*, fala, legisla pelo molde francês, que entende ser o mais gracioso e o mais cómodo. Somente falando em Portugal de um livro português, acha que lhe fica bem um laivo de patriotismo. Um bocado de patriotismo fica bem, *ça pose*: dá seriedade, agrada aos homens graves e a certos jornais; dá garantias de zelo pela coisa pública, atrai a simpatia do professorado e torna-se assim um instrumento de vida... É pois conveniente, na crítica, lançar uma nota patriótica. Mas qual? Aí é que está a dificuldade. Porque o *malin*, educado pela França, repassado de francesismo, vendo tudo à francesa e sentindo tudo à francesa, não pode distinguir bem onde esteja no livro essa falta de sentimento nacional que ele deseja acusar. Não o tendo em si, não percebe, naturalmente, quando ele falta nos outros. Recorre então à língua. Isso sabe ele – que há uma língua em Portugal e outra em França, e que La Bruyère não escreveu como o padre António Vieira. Leu-os ambos – sobretudo La Bruyère – e conhece bem as diferenças. E é então que lança o seu grito patriótico – que tem um certo chique, que é como uma flor da flora nacional que ele põe ao peito, que agrada, lhe dá o feitio de estar ainda preso à velha tradição e lhe pode, *en passant*, abrir os braços da Academia! Mas fá-lo por dever, sem entusiasmo. Essa língua nacional e vernácula, à moda de Jacinto Freire de Andrade, que lamenta não ver no livro – nem por todos os tesouros da terra a quereria ele usar. Nem saberia. Francês de ideia, é francês de vocábulo. E a prova da sua pouca sinceridade na acusação está em que ele acusa o livro de ser escrito com a *construção francesa* – e como? Em frases todas elas construídas à francesa! E aponta à indignação da Academia os seus galicismos – de que modo? Empregando para formular a acusação, em cada dez palavras, cinco galicismos! Já V. vê, querido E., que o homem, no fundo, é um colega seu!

Mas, à parte as críticas, restam os factos. Há razão para que V. se preocupe com a

sua falta de vocábulo, a sua má construção e os seus galicismos? Não, homem, respire! Evidentemente, a sua língua não é rica – menos rica, decerto bem menos, do que a de Oliveira Martins ou do Ramalhal amigo. Muito menos ainda do que a de Camilo, cujo verbo é prodigioso, acumulando tudo o que o génio nacional inventou para se exprimir! E por isso é tanto mais doloroso ver que ele não sabia usar essa imensa riqueza e que, com um léxico mais vasto que o de Ramalho e de Oliveira Martins, não alcançou jamais, como eles, o vigor, o relevo, a cor, a intensidade, a imagem, a vida, mesmo naqueles assuntos em que o romancista, o crítico e o historiador se encontram: – na pintura exterior dos homens e do drama humano. Onde Ramalho é largo e transparente, tudo reproduzindo como um belo rio que corre, onde Oliveira Martins é incorrecto, mas intensamente vivo, à maneira do genial Saint-Simon – Camilo, com o verbo completo de uma raça na ponta da língua, hesita, tataranha, amontoa, retorce, embaralha e faz um pastel confuso – que nem o Diabo lhe pega, ele que pega em tudo!

Você, em todo o caso, é infinitamente menos rico em termos do que esses seus três ilustres colegas. No entanto não se aflija por isso, nem continue a ler o dicionário, menos ainda os clássicos. Essa questão de riqueza de léxico tem sido já muito estudada – e decidida. E a decisão é esta: – Bem-aventurados os pobres de léxico, porque deles é o reino da glória!

Em Inglaterra, homens graves e pacientes fizeram uma contagem das palavras usadas pelos grandes escritores da língua. E pôde assim estabelecer-se uma tabela, desde um camponês do Yorkshire, que fala com duzentas palavras, até ao divino Shakespeare, que sabia e usava não sei quantos milhares, um número enorme de milhares! Mas Shakespeare é um poeta que percorreu todos os mundos, até o mundo das visões, e que necessitou mesmo, para traduzir a sua emoção, de forjar por vezes o vocábulo. Melhor é tomar, pois, como grandes sabedores de léxico, algum prosador, como Macaulay, o torrencial, ou George Eliot, a deusa. São estes os que estão no mais alto grau da tabela, que vem descendo até Fielding e até Addison, cuja pobreza de dicionário era verdadeiramente lamentável. Ora, muito bem: qual é, segundo o consenso unânime da crítica inglesa, o mais puro, fino, encantador, original, luminoso prosador inglês? Addison!

Tem já você aqui um ponto adquirido: que, na literatura clássica, a crítica inteira de uma grande nação literária, como a Inglaterra, dá a palma da prosa ao homem que segundo os lexiconistas usou e soube menos termos. Mas passemos aos modernos. Quais são os três escritores ingleses que, recentemente, à parte o seu valor como pensadores, mais marcaram para os lexiconistas, pela abundância em adjectivos e epítetos? Além de Macaulay e George Eliot, Carlyle. E por outro lado, quais são os modernos pobres de léxico? Froude, o historiador, e Mateus Arnold, o crítico. E se perguntarmos a qualquer inglês, mesmo mediocrementemente culto, pelos dois mestres da prosa contemporânea, os que escrevem o inglês mais elegante e fino – quais são os nomes invariavelmente citados? Os nomes dos dois pelintras do verbo: Mateus Arnold e Anthony Froude!

Já você decerto sorri e lhe renasce a esperança! Mas vou dar-lhe um alegrão maior ainda, convidando-o a atravessar o Canal e a vir aqui penetrar na prosa francesa. Aqui, não são só dois escritores – é toda a Legião Sagrada, desde La Bruyère, mostrando que a melhor prosa, a mais perfeita, a mais lúcida, a mais lógica, a que tem sido a grande educadora literária e tem civilizado o mundo, é feita com meia dúzia de vocábulos que se podem contar pelos dedos. Faça uma experiência: leia, durante uma semana, meia dúzia de páginas de cada um dos grandes mestres: Bossuet, La Bruyère, La Fontaine, Diderot, Voltaire, Beaumarchais, e diga-me se os termos com que e trabalhada cada uma dessas páginas, não são os termos da linguagem familiar, os mesmos que sabe e

emprega qualquer modista da *Rue de la Paix*?

E há alguma coisa singular nisto? Não. Singular seria que os factos fossem diferentes. As palavras são, como se diz em pintura, *valores*: para produzir, pois, um certo efeito de força ou de graça, o caso não está em ter *muitos valores*, mas em saber agrupar bem os três ou quatro que são necessários. A beleza de uma pintura – no que respeita ao colorido – acaso está na abundância das cores? Não, decerto, e se assim fosse, as obras-primas da pintura seriam as estampas de Épinal, onde, numa simples figura, se encontram sessenta *nuanças*! E todavia, os grandes mestres são Rembrandt, Velázquez, Van-Dick, Ribera, que pintavam com três ou quatro cores. Quase que tenho vergonha de repisar aqui estes axiomas do senso comum!

Mas veja você ainda todos os modernos franceses, os grandes pensadores – Renan, Flaubert e mesmo Dumas filho. Escrevem com meia dúzia de palavras. Flaubert catava dos seus livros todos os termos que não pudessem ser usados na conversa pelo seu criado: daí vem ele ter produzido uma prosa imortal. E a razão é que só os termos simples, usuais, banais, correspondendo às coisas, ao sentimento, à modalidade simples, não envelhecem. O homem, mentalmente, pensa em resumo e com simplicidade, nos termos mais banais e usuais. Termos complicados, são já um esforço de literatura – e quanto menos literatura se puser numa obra de arte, mais ela durará, por isso mesmo que a linguagem literária envelhece e só a humana perdura.

Seria por isso impossível tornar bem compreensível a análise de um sentimento, se você, em lugar de notar todas as modalidades desse sentimento em termos claros e simples, através dos quais elas vivessem, as empastasse, as afogasse, usando os sinónimos complicados desses termos simples. Um romance que não possa ser lido sem um dicionário, é uma obra grotesca. Você tem um personagem e quer dizer dele – «que era afortunado nas suas coisas, mas nunca fora generoso e por vezes se mostrara falso». Somente estes termos: *afortunado, generoso, falso*, são certamente usados por toda a gente, e, não se sabendo outros, provam escassez de léxico. Você, portanto, procura sinónimos estranhos e raros, que mostrem riqueza de léxico, e põe a sua frase assim: – «Era varão escançado, porém nunca se mostrara largueado e no seu convívio despontava de honra por mendacíssimo e lançado». Você escreve esta coisa monstruosa, que certamente prova opulência de léxico – e em redor estoura uma imensa gargalhada!...

Estoura a gargalhada que nos tem sufocado ao lermos romances de romancistas ilustres, escritos naquela estupenda linguagem. Você decerto provou riqueza de léxico e agradeceu a dois ou a três gramáticos – mas nenhum rapaz, nenhuma mulher, nenhum homem, ninguém ficou compreendendo como era o seu personagem. E como ninguém tem paciência para folhear o dicionário, você ficou incompreendido – e foi como se não escrevesse! Nunca me esqueceu o que um dia me disse Chardron de um romance assim escrito. Perguntei-lhe se a coisa se vendia; ele teve um gesto de amargura: – *Pas du tout! Il parait que, pour comprendre ça, il faut acheter aussi un dictionnaire, et ça revient trop cher!*

Além da riqueza de léxico, nos termos, há a riqueza de léxico no desenvolvimento da ideia, isto é, a apresentação da ideia sob uma forma copiosa e folhuda. Isto é ainda mais fatal. A coisa mais simples, e que na sua simplicidade seria bela, fica logo tão sobrecarregada de ornatos, de franjas, de lantejoulas e de penduricalhos, que me lembra sempre certas imagens de santas italianas, que sob a abundância dos enfeites, dos ex-votos, dos colares, das coisas vagas que sobre elas reluzem, apresentam à adoração dos fiéis, não uma santa, mas um cabide de adelo!

O escritor de léxico abundante não pode dizer que «Elvira chorou» sem complicar esse acto tão simples, com tantas incidentais sobre o sabor das lágrimas, o fel ou o

júbilo que elas continham, e os anjos que as recolheram nas mãos, e as pérolas em que elas se transformaram, e a pouca atenção que o universo lhes deu, e a perfídia do homem, e a infâmia do brasileiro – que o leitor, aturdido, escassamente fica sabendo se Elvira estava chorando, ou rezando as contas, ou cantando ao piano a *Traviata!*

Tome você o primeiro acto do *Frei Luís de Sousa*, do Garrett – do Garrett, que era outro pobre de léxico! Aí tem você uma pura obra-prima, uma das mais belas que existem em todas as literaturas da Europa. Nada mais sóbrio, mais simples, mais seco. Cada frase contém apenas as palavras necessárias e tem contudo dentro em si todo um mundo de coisas profundas. Entregue esse acto, como um esqueleto de obra, a um escritor abundante, eloquente, desses que sabem mil palavras do dicionário e têm o estilo copioso – e verá o que ele faz desse acto sublime. Que lhe fique duas horas na mão, *et vous m'en direz des nouvelles!* Que coisas ele não porá nos lábios da nobre mulher de Sousa Coutinho, que declamações na boca do pobre Telmo! Duas horas só, em que lhe seja permitido adornar aquela secura e aquela simplicidade com todos os recursos do léxico e todas as exuberâncias da eloquência – e de uma obra incomparavelmente bela, sairá, ao fim dessas duas horas, uma pastelada balofa e terrivelmente indigesta!

E, filho meu, se da abundância de léxico, passarmos à construção francesa... Mas está dando uma hora, vou almoçar. Que imenso cartapácio lhe escrevi! A construção francesa e os galicismos ficam para melhor ocasião, se é que você, depois disto, ainda necessita de mais consolações. E note que não disse metade do que tinha a dizer: seria necessário escrever um volume!

Quando aparece você em Paris? Tem visto em Londres os amigos? A linda Edite ainda vai ao nº14? E o homem da Pall-Mall? – Seu do coração – FRADIQUE.

## PROSAS ROMÂNTICAS

### SINFONIA DE ABERTURA<sup>2</sup>

Eu ontem pensava nas viagens imensas que os deuses têm feito, desde o templo de Flora, onde andavam, ferozes, por entre os elefantes sagrados, até à cruz de Jesus, onde um rouxinol veio pousar, cantando de amor e de angústias de amor. Foram desde a matéria negra e enorme até às serenidades vivas, para além das nuvens, das estrelas e dos caminhos lácteos.

Esta coorte imensa dos deuses, vinda do fim do Oriente, teve sempre uma companheira cheia de servilidades e de amores – a Arte.

Ao princípio, na Índia, quando eles andavam, pesados de matéria, entre as fatalidades violentas, ela abria-lhes, nas montanhas, templos onde corriam rebanhos de touros. Depois, no Egipto, quando eles choravam de desejos lascivos e se desfaziam em águas espumantes de fecundidade, ela edificava-lhes arquiteturas lívidas e frias como os horizontes do Nilo, e, por entre as esfinges que dormem com os olhos abertos às poeiras, pirâmides onde escrevia, num misterioso encruzilhamento de linhas, os velhos segredos do fatalismo.

Depois, na Grécia, quando eles plantaram tendas debaixo das estrelas e fizeram os Olimpos todos sonoros de risos, ela ergueu na luz os templos harmoniosos e serenos e formou, com os doces esplendores do mármore, as linhas melodiosas que fizeram a lenda da beleza antiga, e com aquelas atitudes ideais escreveu a *Ilíada* da harmonia, da graça e da luz. Em seguida, quando eles subiram para as regiões onde as estrelas são gotas de sombra, ela fez os templos góticos, deu à pedra todas as aspirações do espiritualismo, à pedra que se abriu em transparências e transfigurações, como se quisesse ser no espaço a morada suspensa dos espíritos.

Por fim, na sua ideal serenidade, libertou-se dos contornos, e dos coloridos, e das gravidades, dissipou-se nos amolecimentos divinos, e apaixonada e lírica – dispersou-se em sons: assim nasceu a música.

Então pôde livremente unir-se, lá em cima, aos companheiros da sua trabalhosa odisseia.

Esta transfiguração da Arte fez-se na Alemanha. Nesses tempos, a alma alemã, que estava na lei católica como numa solidão lívida, desfalecia naquelas melancolias imensas que Alberto Dürer revelou.

Nem ao menos se podia refugiar na grande natureza sonora e embalar-se nas consolações vivas, cheias de mel, de frescuras e de sóis. Naquele tempo de terror, a árvore era um espectro e a flor uma maculação. E a alma, para ficar pura, devia passar na vida sem ouvir a voz docemente profunda da velha natureza.

Assim a alma alemã tinha toda a sorte de penumbras, de desfalecimentos, de pálidos silêncios, que se exalavam divinamente no canto.

A música, a meiga consoladora, tivera sempre até aí uma atitude hierática: havia só salmos, cânticos e versículos segundo o rito litúrgico: era a velha melopeia grega, esfarrapada pelas asperezas do latim dos versículos.

Palestrina, Allegri, Pergolesi foram apenas reveladores de madrigais seráficos e de subtilezas eucarísticas. A música estava envolta no dogma, vestida de latim, embaraçada de dificuldades, presa, como uma estátua, na penumbra dos santuários.

---

<sup>2</sup> Os dois artigos transcritos sob a designação de *Prosas Românticas* fazem parte de uma série de folhetins, publicados entre 1866 e 1867 na *Gazeta de Portugal*, e posteriormente reunidos em volume, sob o título de *Prosas Bárbaras*. No referido volume tinham sido omitidos estes dois folhetins.

Lutero tomou aquela bela e fria estátua, despiu-a do latim, desprende-a das sutilezas, desligou-lhe os braços descarnados, tirou-a do santuário, levou-a para o livre ar – para as largas palpitações. E a estátua delicada, livre, rosada, meiga, consoladora, tomou pela mão a triste Alemanha e levou-a como a Beatriz mística, pela orla das moradas santas.

Foi o momento de lirismo e de paixão da reforma. Mas aqueles braços que se tinham erguido por entre as constelações, caíram logo, como asas molhadas. A música teve um momento o rosto aceso nas iluminações divinas, mas ficou de novo fria, hierática – mármore pálido.

A música, que é a alma, o espiritualismo, o vapor da arte – sumiu-se com a aproximação da Renascença, que vinha cheia de rebeliões da carne.

A reforma havia sido feita em nome do idealismo. A Europa tinha-se esquecido da alma, da pureza, das castidades, do olhar da Virgem cor de violeta: caminhava nas púrpuras e nas fulgurações, seguida das pombas lascivas, com as brancas nudezas cobertas de veludos, escutando os contos da rainha de Navarra, acompanhando em serenata profana as cantigas de Ariosto, entre os mármore frescos e os seios macios, desfalecida nas molezas da carne.

E a Europa assustou-se: os papas tomaram atitudes severas e lívidas; e voltou-se a Deus, como no tempo de Dante.

Foi momentâneo esse puritanismo da velha Europa. O sensualismo tinha visto pela primeira vez a Igreja, sua velha inimiga, tremer, e encaminhou-se para ela feroz com as vinganças da carne.

E a Renascença veio depois daquelas lívidas castidades góticas, dos jejuns transparentes, das faces maceradas, daquelas chagas roxas do Cristo. Veio com toda a sorte de livres palpitações e de rebeliões soberbas. Veio cheia da natureza e em nome dela: sentiam-se-lhe as sonoridades e os acres cheiros das florestas, e as vivas humidades dos mares. A carne ia aparecendo, triunfante. João de Leyde ressonava de noite, cansado de gulas, entre as suas catorze mulheres; começava a surgir o ventre imenso de Gargântua; sentiam-se fumegar as bodas de Gamacho; e para as bandas do Norte, já se ouvia o riso do velho Falstaff.

A atmosfera da Renascença, pesada de aromas fortes e de sensualidades, das vaporações da languidez, não podia conservar a vitalidade àquela vaga Ofélia que se chama a música.

A época da música ainda não tinha vindo. A arte é como a vegetação: só cresce, só tem coloridos, e sombras, e repousos, dadas certas circunstâncias de vitalidade; mas dadas essas condições, ela nasce espontaneamente, e vem então cheia da alma de uma época, da sua inteligência, da sua fé, das suas tristezas, das suas desesperanças. A música, toda alma, não achou essas condições na Renascença, toda carne.

A nossa época é que devia produzir a música, como a Grécia produziu a arquitectura, e a era das monarquias e das academias a tragédia *racineana*.

Com efeito, nunca, como nestes tempos, as profundidades da alma, cavadas e alargadas pelas revoluções, estiveram tão fundas e tão ilimitadas. A alma movia-se, lenta como um mar, unida, calma, pesada, opaca e coberta de brumas. De repente, as revoluções passaram pela noite, sacudindo os seus fachos severos, de onde saltavam constelações. A alma alumiu-se entre repêlões brutais; iluminaram-se longes surpreendentes; houve um desencadeamento de brados, de vontades, de violências: daquela claridade viva saíam desejos, sentimentos, paixões, amores, imaginações, epopeias em livres turbilhões. Era uma ressurreição, mais cheia de seiva e de violência que a vida flamejante das constelações, que a vida desvairada dos mares. Saíam daquelas profundidades, como evaporações de luz, as críticas, as histórias, as filosofias,

as medicinas, as químicas, as imaginações, os dramas, toda uma vegetação divina.

A alma começou a entrever cimos luminosos, erguidos por entre os astros, que se chamavam Homero, esquilo, Dante, Miguel Angelo, Rabelais, Cervantes, Shakespeare. A alma queria subir àqueles escarpamentos divinos, para colher a pequena flor do ideal. Ela via moverem-se ali mil figuras, voluptuosas e sinistras, trágicas, disformes, irónicas, apaixonadas, ciosas e lívidas: e nas claridades e nos círculos de um vento divino, por entre as irradiações dos astros, os tremores das tormentas, os gritos das andorinhas e os lares silenciosos, subirem brados, lágrimas, soluços, risos, cantos, suspiros, bênçãos e imprecações. A alma via aquela vida flamejante, acesa no espaço como uma Jerusalém humana erguida na luz, ao sopro dos fortes peitos. E queria subir à montanha sagrada e andar por entre aquelas imaginações que sofrem, que sangram, que deliram, que são Romeu, Hamlet, D. Quixote, Orestes, Prometeu, Francesca de Rimini e Ofélia! Era um Patmos estranho aquilo, um promontório do pensamento, de onde se avistava um mar, ora embalando-se, sereno, nos silêncios alumiados, ora dando-se, lascivo, aos beijos do vento, ora indolente e melodioso, ora cheio de iras, de esguedelhamentos, de farrapos lívidos de água, de trágicos soluços do abismo.

Os que não se aventuravam naquela passagem, ficavam sossegadamente na sua fé ordinária, na sua virtude, na sua sonolência; mas os que as atravessavam, entravam nos sofrimentos infinitos: quase que ficavam fora da medida humana. O que quer que fosse de ilimitado entrava neles, com bruscos desvairamentos. O homem sente-se como possuído pelo demónio Legião. Sente as inquietações descoradas, os abatimentos dolorosos, os amores infinitos, as ambições nevrálgicas, as imaginações lívidas, toda uma amontoação apocalíptica de estranhas vitalidades interiores. E o infinito que ele tem em si tortura-o, como a presença de Deus torturava as sibilas antigas.

E depois, ao mesmo tempo, viu-se que os prometimentos das revoluções tinham mentido!

Tinham-se visto tantos derrubamentos, tantas forças desvanecidas, tantos direitos divinos assoprados, tantas fulgurações de Sodomas apagadas, que não se acreditava que ainda, pela sombra, pudesse estar de pé e actuante, alguma antiga fatalidade. Pensava-se que a miséria, que a fome, que o erro, que a mentira, que as bruxas e as negruras históricas, tinham fugido como um fumo: mas aqueles lobos trágicos ainda andavam pela noite, mordendo as almas!

O mal passava ainda, nas suas façanhas fulgurantes, enredando nos vícios e nas tentações, fixando no homem o seu olhar fúnebre através das transparências doentias da noite, batalhando com as almas e fazendo-lhes a chaga incurável do pecado. E então nasceu uma convicção tenebrosa: a impossibilidade do libertamento! Erguiam-se os braços magros e suplicantes: olhava-se pela terra, a ver se não viria alguém da parte da natureza, um monte, uma floresta, um mar, um vulcão, que tomasse o homem pela mão e lhe dissesse com a bonomia dos monstros: – *Vem, eu te protejo.* – Nada...

Nasceram então tristezas vagas como o luar, profundas como a noite. A terra ficou como se o lençol de Cristo tivesse sacudido sobre ela os seus suores e as suas frialdades. Nem largos risos, nem bênçãos fecundas. A mocidade, pálida e nervosa, sofria, ajoelhava, torcia os braços, e um dia morria, e ia, como uma forma húmida, errar no céu dos fracos. Vagavam as coortes dos pálidos, dos nocturnos, dos desgrenhados, de todos os errantes da melancolia.

Debalde se perdiam nas violências do mal, e entre os braços nus e os reflexos dos vinhos, riam e bebiam, descantavam à viola, deixando os gemidos ao vento e os soluços às ondas. Por vezes, a alma justa passava, como uma Ísis velada, lançando-lhe um olhar severo – e toda a repugnância daquela vida estéril e perdida lhes refluía aos dentes como um soluço de tédio. Houve um momento em que a terra moderna foi como o antigo vale

de lágrimas da Imitação: as almas queriam voar para o cimo onde está o ideal, sereno, branco, consolador e purificador. Debalde. Como aquele saltimbanco esfarrapado e lívido, que queria fustigar o tecto de lona com os seus cabelos soltos, e que caía sempre na poeira entre os esgares do público, os novos também queriam soltar-se, em impulsos nervosos, rasgar o azul, rolar pelas estrelas – e caíam, ofegantes, suados, lacrimosos e desolados.

Então apareceu o tipo soberano, em quem se resumem todos os sofrimentos, todas as desesperanças, as melancolias, as incertezas, as penumbras, as aspirações, os lirismos desta época pálida e doentia. Esse tipo chama-se Fausto, Manfredo, Lara, Antony, Werther, Rolla, D. Juan.

Molière e Hoffmann fizeram ambos um D. Juan. O conto de Hoffmann é a revelação do poema de Mozart. A maneira diversa por que foi concebida a grande figura de D. Juan pelo poeta e pelo músico, revela os profundos dilaceramentos modernos.

O D. Juan de Molière é ateu, incrédulo: aceita os nervos como uma religião e a devoção como uma ironia.

Tem paixões e arrebatamentos – contanto que não lhe amarrotem as rendas da gola.

Derrama-se em astúcias e respeitos para burlar o Sr. Dimanche, e um dia que seu pai lhe vem falar da honra, recomenda-lhe que tome primeiro uma atitude de púlpito. Encoleriza-se com Elvira, que quer que ele ame, e com Esganarelo, que quer que ele creia. Convida o comendador de pedra. por descrença, e quando se ouvem os passos sinistros na escadaria e a estátua lhe estende a mão, morre em convulsões de medo.

O D. Juan, de Mozart, esse tem uma lista de três mil namoradas: e todavia vai pelo mundo, angustiado e inconsolável, procurando a esperada do seu coração, como um sacerdote perdido que anda perguntando pelo seu Deus. Vai pelos povoados, por entre as arquitecturas e por entre as florestas, pela Espanha, por Florença e por Berlim, suspendendo as escadas de seda a todos os balcões, e os seus desejos divinos aos lábios da noite.

Ele embala nos seus braços moles de languidez, as trigueiras, as louras, as joviais, as melancólicas, as castas, as fortes, as impuras, as nocturnas, as luminosas e as esfarrapadas. Depois soluça baixo, como numa penitência.

Voam em redor dele figuras transparentes, mais delicadas do que as virgens de ouro fino de um livro de legendas, e ele envolve nos braços aquelas sombras de corpos flutuantes, bebe-lhes toda a vida em beijos infinitos. Encontra Elvira, ama-a, como se as asas com que há-de subir ao infinito nascessem nos ombros dela. A alcova tem uma sombra augusta e nupcial; as luzes esmorecem; da guitarra sai aquela música mole, e indefinida, e queixosa, semelhante a um luar sonoro. Ela, com os cabelos soltos, como os raios dispersos de um grande sol negro, com um divino movimento lascivo, como se a embalsassem os braços de um deus, deixa, ao colo de D. Juan, descerem como uma onda, sobre os seus seios nus, as suaves preguiças.

E ele sofre e torce os braços na sua dor muda.

Lá fora, estão os loucos companheiros que hão-de ir logo em cavalgada nocturna, cantando sobre a moleza dos astros. E ele soluça na sua dor muda.

Ao longe, estão na sombra os seus palácios cheios de fulgurações, de sinfonias, de cantos, de radiosas violências, flamejantes, como no fundo de uma glória. E ele foge com a sua dor muda.

Que tem? Não perguntaram? Tem a nostalgia do infinito!

O indefinido daquela alma, revelada pela arte, eis ai a musica.

Por isso ela é a voz espontânea de todos aqueles que, como D. Juan, andam curvados, esfomeados de ideal, nocturnos, empalidecidos pela Lua.

Assim a música aparece neste século como uma voz inesperada em que se entendem os desconsolados. E os desconsolados foram toda uma mocidade triste e enervada, toda uma primavera sagrada!

Poucos foram os fortes, os serenos, de largos risos sonoros e de peitos de heróis.

As almas tinham tomado as qualidades da noite, o vago, o silêncio, a tristeza e o esvaecimento!

A música saiu espontaneamente destas dores que se queriam exalar, como outrora saiu do choro rítmico de Rama todo o divino poema da Índia.

A loura Alemanha de ideal seriedade, luminosa, cheia de vago e de constelações, devia sobretudo adoptar a música como a pilha cheia de vozes, há tanto tempo esperada pelo seu coração mudo.

A música é a maneira de pensar da alma alemã, que os seus instintos sagrados levam para as livres claridades e para os esvaecimentos.

A música italiana, essa tem o quer que seja de palpável, de luminoso, de ondeante, como seda invisível: sente-se que por pouco que se condensasse, as mãos encontrariam, como um tecido de sol, uma moleza viva que se poderia vestir.

A música italiana sai profundamente da natureza, como a música alemã sai profundamente da alma; de resto, a alma, a natureza – duas maneiras de ser de Deus.

A música dos maestros do Sul é sobretudo voluptuosa: parece sair dos movimentos melódiosos de um corpo feminino que estremece de desejos surdos sobre os veludos, que se torce nas sedas, em desfalecimentos e sobressaltos. As heroínas dos seus poemas musicais, *Lúcia*, *Norma*, *Lucrecia*, *Traviata*, são um coro lírico que canta todas as voluptuosidades adúlteras, todos os desvairamentos da paixão. Mesmo Bellini, o meigo Bellini, contemplativo, dolorosamente queixoso, delicadamente lânguido, não pode arrancar a sua Itália do coração, e derrama pela partitura da *Norma* todas as fulgurações do desejo, todas as imolações apaixonadas, todos os arrependimentos desvairados e soberbos.

Mozart encontrara D. Juan, o de lábios africanos, vindo de Espanha, dos calores silenciosos, dos seios rijos, dos beijos flamejantes; quem escreve o libreto é Lorenzo de Ponte, um meigo doido de Veneza, jogador, duelista, neto de Lovelace, com largos horizontes e largas cantigas, e o peito cheio da religião da carne e do sol. Mozart, mesmo, tinha estado na Itália e amava a alma luminosa do doce Rafael... E apesar de tudo, quando anima D. Juan, não sente o coração e o talento cheios da sua pálida Alemanha?

Não estão naquela criação todas as esperanças, todas as religiões, todos os amores, todos os idealismos, todas as desesperanças da pátria?

É isto o que Goethe, o olímpico, sentiu profundamente, quando disse que Mozart era o único músico capaz de compreender Fausto e de sentir Margarida.

E todavia a Alemanha e a Itália têm o mesmo delicado sentimento do grande tipo que simboliza na vida o tempo moderno. É por ele que se levantam, no Norte e no Sul, as vozes que o revelam no amor, no ciúme, na severidade e na melancolia. Em toda a obra musical, sempre aquela figura se ergue, trágica e desgrenhada. É ele que tem ciúmes em *Otelo*, que se desespera em *Fidélio*, que quer ser livre em *Guilherme Teu*, que cisma ao luar em *Freishütz*; são as suas recordações que cantam na *Lúcia*, na *Traviata*, na *Sonâmbula*; é ele que cisma com o Oriente em *Semiramis*, que desvaira em *Roberto o Diabo*, que sonha aventuras no *Hernâni* e que sofre de amor e de venturas de amor no *D. Juan* do divino Mozart.

Assim estas escolas, outrora hostis, vão-se fundindo: a Alemanha dando o seu iluminismo e a Itália a sua paixão.

E assim a Arte vai sendo a primeira a unir as pátrias pela reconciliação das almas.

Ainda há pouco, nos lugares sagrados em que o monge Lorenzo enterrou Julieta, se estendia brutalmente o feroz quadrilátero austríaco. É necessário que os antigos ódios históricos se vão esvaindo com o fumo das pólvoras: que os uivos de batalhas expirem nos lábios da Alemanha, cheia de idealismo, que é a formosura da alma, e nos lábios da Itália, cheia de formosura, que é o idealismo do corpo. Como em Shakespeare o amor reconciliou as famílias, a arte, no mundo moderno, reconciliará as pátrias. E possamos nós todos, os que estamos neste canto da velha terra portuguesa, com a alma serena sob o céu claro, ver, no dia das glórias e das fraternidades, o Romeu italiano, apaixonado e melodioso, estender a mão de irmão, por cima dos montes, àquela eterna e doce Margarida que se chama a Alemanha!

## POETAS DO MAL

Conhecem Poe, Baudelaire e Flaubert? Estes homens só vêem o mal: os corpos magros, despedaçados e podres, as vegetações líricas que luzem como no fundo de um sonho asiático, as nuvens ferozes onde vagueiam os danados do amor, os orvalhos caídos das frias esterilidades da Lua, os uivos horríveis das almas que têm medo, os ventos que torcem os corpos dos enforcados, as pestes, as covardias do desespero – todas as flores do mal, esplêndidas e negras.

Na alma humana, só encontram pecados teimosos e arrependimentos covardes.

Se por acaso contemplam, um dia, o esvaecimento da luz, sereno e severo como a alma de um herói, julgam ver na catedral de vapores acastelados sobre o mar, um sacerdote – Deus – tomado de trágicas iras, arremessando pelo espaço os santos símbolos! Vêem-no rasgar pelas nuvens a sua alba flamejante; vêem-no lançar a hóstia – que é o Sol – às águas soluçantes; pensam ver o ar, pesado de lirismo, vergar ao sopro da sua respiração indignada. É ele que faz a noite, com a negra irradiação do seu olhar; é ele que dispersa pelo ar, como um milhafre dispersa as penas de uma pomba, as folhas rasgadas do missal: é um pedaço do livro santo que flutua, onde nós julgamos ver um astro.

Estes homens, com as suas violências riosas, com os seus ideais desesperos, com as suas ironias, os seus espiritualismos, estão no meio destes espíritos modernos de hoje, baixos, alinhados, esbranquiçados e lisos, como uma catedral gótica entre as casas caiadas de uma vila. Eles abafam nestas atmosferas, pesadas do fumo das indústrias.

A natureza está vazia: as florestas meneiam a cabeça louca e frouxa; o céu tem o calmo olhar dos idiotas; os rios vão sempre fugindo e cantando, como os amores das mulheres. Eles não podem derramar a alma nas bondades errantes que a natureza tem: a natureza mesmo quase que já não existe. Perdida como está entre as edificações, as granjas, as indústrias, as fábricas, os estaleiros, os circos – parece uma pouca de erva, passando, esmigalhada, entre os dedos dos homens!

Eles nem têm ao menos o grande refúgio do amor.

Passam, é verdade, junto deles, mulheres de seios de âmbar, sérias entre os veludos silenciosos: quando elas assim passam, a alma dos poetas anda humilde e perdida pelas lamas, como um fumo que o vento abate: é o vento do materialismo que assim as verga! Se a alma se eleva para ir buscar a flor de bênção ao interior daqueles corpos femininos, se lhes vai pousar nos olhos negros e macios, se entra radiosa, como para um noivado santo, se escorrega até ao coração, sai logo aflita, dizendo: não vale a pena deixar esta lama para subir àquela alma!

Assim o amor não os pode tentar.

E a glória também não: eles vêem que hoje os grandes espíritos sobem para os pedestais em que hão-de aparecer – estátuas do futuro – como um truão sobe para o tablado – entre os brados inertes, os uivos, as imprecações da multidão que vai passando para os esfriamentos do túmulo.

Mas podem refugiar-se na antiga poesia, no doce Virgílio, nos êxtases de Catulo, nas sentimentalidades de Petrarca – em toda aquela doçura untuosa, serena, fresca, consoladora? – Não podem: hoje aquelas santas colinas humildes foram invadidas pela multidão dos críticos, dos realistas, dos esquadrinhadores – multidão esfomeada de materialidades, que anda revolvendo o terreno para lhes explicar as camadas, que destrói todas aquelas meigas flores do bem para lhes contar as pétalas, que descascam as árvores sagradas de onde caíam os versos de Ovídio, para lhes estudar as fibras e os filamentos.

Então aqueles homens são tomados de uma doença horrível – o tédio.

A pobre alma estava cheia de auroras, de frutos, cantando nas madrugadas: vêm até ela as bondades condescendentes do Sol; acendem-se constelações dentro do peito; o interior fecundo e vermelho do coração anda cheio de corpos de mulheres. Tudo se transfigura: o choro é um coro de rouxinóis; a ira, a palpitação das asas de uma ave soberba. Os nossos olhos têm reflexos distantes de paraísos desconhecidos; os nossos braços têm jeitos soberbos que falam aos astros, e se se queixa uma planta, e se suspira uma onda, nós estendemo-los com um gesto de consolação e de amparo. Às vezes, nasce também na alma a melancolia: mas então a melancolia é a voluptuosidade da tristeza.

Então vem o tédio, passo a passo: tudo escurece. Espalha-se uma moleza errante; calam-se os coros interiores; aparecem os desesperos lentos, as angústias frias. Os braços caem nos desconsolos como as asas de um pássaro ferido; as antigas alegrias, as bondades, as energias, as coragens, apodrecem e vão-se em pó – e vê-se então a alma, nua, gelada, rígida, opaca, má, como, quando se retiram os panos bordados e radiosos de um altar, aparece o pau duro, tosco, escuro e carunchoso. Somente, debaixo dessa madeira do altar, está às vezes a imagem do Cristo morto! Na alma, há também um Cristo morto – a fé!

Então aqueles tristes vão procurar uma região nova, e apaixonada, e lírica, onde não ouçam a voz rouca do materialismo. Assim outrora os monges iam para os desertos da Núbia, para não ouvir suspirar pelo céu, ainda orvalhado pelo mel do Híbla, a alma errante do paganismo. Porque eles pensam que assim como o ocaso do Sol é feito por um Deus terrível que despedaça as relíquias santas, o ocaso da arte é feito pelo materialismo que despedaça as sociedades.

Como vão para uma ideia nova, desordenada e estranha, aparecem vestidos por uma forma nova, estranha e desordenada. Eles sabem que as imitações arcádicas estão gastas, que as velhas árvores de onde se dependuravam as líras clássicas estão secas, que os caminhos trilhados pelas togas brancas de pregas hieráticas levam ao deserto. Assim, esta revolução na arte não é, como diz a crítica ordinária, hemistíquios, prosas, rimas e medições que se alteram: é todo o poema divino das sociedades modernas que se vai aos farrapos. As formas novas são o sintoma da sua dissolução.

Os espíritos não podem respirar o ar moderno, pesado de materialismos: sufocam, sofrem, gemem.

Então aparecem estes livros – *As Novas Histórias Extraordinárias* – *As Flores do Mal* – *Salambô*, etc.

O primeiro é de Edgar Poe. Entre aquelas páginas passa o demónio da perversidade, ora hirto e lívido como os ciprestes, ora galhofeiro, jovial, ruidoso, às cambalhotas, mostrando os rasgões do fato, às risadas, mostrando a podridão dos dentes, sinistro e debochado como um palhaço das esquinas.

Poe não tem o vago iluminismo de Hoffmann, nem a fria, imaginação de Darwin. Poe diz a realidade dos terrores e das visões. O seu livro é a epopeia desvairada do sistema nervoso.

O outro é de Baudelaire. Baudelaire é o viajante terrível que vai através do mal da carne, como, guardadas as proporções, Dante foi através do mal da alma. Baudelaire vai aos rios, e toma os cadáveres dos afogados, inchados e roxos, que dormem no colchão da areia, cobertos com os farrapos lívidos da água; vai pelos túmulos, erguendo os sudários e mostrando o mole apodrecimento das carnes; vai apanhar o sangue coalhado, e pinta o rosto com ele, e vem assim, terrível, escancarar a boca entre as rimas e as molezas da forma; vai às alcovas húmidas, buscar as mulheres descarnadas e lívidas que roem os cotovelos de desejos; e traz aquela coorte medonha, e vem por entre as ceias

ruidosas, os cristais, as mulheres luminosas, as grandes pregas harmoniosas das sedas, e atira confusamente aquele feixe de formas soltas, deslocadas, rotas e gangrenadas, sobre os seios cor de âmbar e sobre as palidezes suaves, sobre os sentimentos tépidos e sobre as mãos macias.

Flaubert escreveu a *Salambô*. Aquela alma, depois de ter criado em *Madame Bovary* a imagem desoladora de uma beleza, de uma harmonia, de uma perfeição, presa nos braços gordos e toscos do materialismo, refugiou o seu desalento nas sombras do mundo antigo. E toda a antiguidade está em *Salambô*. Mathô é a carne, ardente e feroz, cheia da força do sol, da terra de África.

Spendius é a astúcia serena e fria da Grécia:

Amílcar é a alma austera das antigas repúblicas; *Salambô* é a lascividade mística da Síria. Schaabarim é a alma desolada dos sacerdotes politeístas, vergando ao peso de seis mil deuses. Hanão é a fúnebre corrupção de Cartago. O exército de mercenários é o resto do mundo: ali estão os lusitanos enormes, os gauleses brancos, abundantes de palavras, os líbios perversos, e todo o mundo bárbaro, terrível, obscuro, imundo, lento e coberto de lepras.

Já vêm que estes poetas não respeitam o egoísmo humano, o gordo egoísmo humano, sonolento, entre as almofadas, cercado de jornalistas, de críticos, de poetas, que lhe esfregam os pés com aromas profanos, cantando: «tu és forte, e sábio, e providente, e profundo, e belo, e sereno!» enquanto ele, flácido de preguiças, vê passar as imaginações saídas dos romances, dos poemas e dos dramas modernos, pequenas, límpidas, castas, piegas, viperinas, frouxas e burguesas.

Então vêm aqueles poetas, atiram-lhe de encontro às paredes do cérebro as suas estranhezas, as suas ferocidades, as suas violências; dão-lhe as frialdades do medo, os calores da angústia, os suores do túmulo – e ele vai-se, pisado, abalado, lívido, deslocado e coxeando.

São poetas livres: despedaçam as fórmulas, amaldiçoam os industrialismos.

Não têm aquela melancolia cheia de lúcidos reflexos de astros, de Byron e de Musset: – estes quando se vêm repelidos pelo materialismo crescente, erguem-se soluçantes e bons, e mostram a alma coberta de lágrimas, vergada como se, sobre ela, caíssem as tristezas de um deus. Os outros não: combatem a carne com a carne, cantam a podridão.

Aqueles, Byron, Musset, Vigny, refugiados na Bíblia, mostravam a beleza daquilo que o egoísmo humano despreza. Estes, Poe, Baudelaire, Flaubert, mostram o horror daquilo que ele adora!

## CONTOS

### UM DIA DE CHUVA

Era meia-noite e José Ernesto, que estranhara os colchões duros de folhelho, ia enfim adormecer, quando uma larga e pesada bâtega de água se abateu bruscamente sobre o Paço de Loures. Estremunhado, levantou a cabeça da dura fronha, cheia de rendas que o incomodavam, e ficou um momento com os olhos arregalados na escuridão, a escutar o rumor da água despenhada que alagava os telhados e crepitava sobre a folhagem dura do laranjal. Depois, pensando na velhice daquele casarão do século XVI, desabitado, segundo afirmara o padre Ribeiro, desde 1850, acendeu a vela e espreitou, meio erguido, os tectos negros de carvalho, no receio de algum buraco. Mas os velhos tectos almofadados pareciam sólidos e José Ernesto acabou por soprar a luz, puxar o cobertor que, ao deitar, arrojara para os pés, acalorado com a ceia de cabrito e o vinho de Pedras Negras, e cerrou os olhos no concheço que a chuva, lá fora, agreste e fustigada pelo vento, tornara mais doce e onde se fundia o grande cansaço da sua jornada, naquele meado já quente de Abril.

Mas não adormeceu, contrariado com aquela chuva de Lua nova que podia pegar e estragar a sua visita a Paço de Loures. E ao mesmo tempo, ante aquele rumor de invernias surgindo em Abril, pensava no estranho impulso que o levava, a ele, solteiro e sociável, amando as cidades e o conforto, a querer comprar uma quinta tão longe de Lisboa, numa região de serras e de névoas.

Era todavia um desejo bem antigo, já do tempo do liceu, quando vivia com o pai em Lisboa, no quarto andar de uma rua ruidosa, tendo por único horizonte um terreno vago, horrivelmente seco, todo de saibro e cascalho, entalado entre dois altos prédios e de onde não via outra cor que não fosse o pardo da cal suja. De Verão, sentia a poeira por toda a parte, até nos travesseiros e nos lençóis – e sonhava com grandes árvores cheias de sombras e de pássaros, com águas muito frias e muito lustrosas, trasbordando dos tanques de rega. Depois, em Coimbra, tivera por companheiro de casa um rapaz do Norte, que falava perpetuamente na sua casa de S. Brás e nas suas grandes avenidas de carvalhos, nas cascatas, nas roseiras e no mirante sobre o rio onde se tomava o café nas noites de Verão. E já então José Ernesto pensava, no seu quarto, sobre os seus livros: – «Que diabo, quando for rico, também hei-de ter o meu S. Brás!» Mais do que tudo, porém, certas impressões de leituras sobre a Inglaterra e a sua luxuosa e hospitaleira vida de campo, tinham desenvolvido nele aquele apetite de ter uma quinta e uma vasta casa com muitos quartos e uma adega bem fornecida, onde pudesse receber os amigos alegres de Lisboa e presidir como um castelão risonho a jantares soberbos de leitão assado, depois de uma caçada pelas serras...

Porém, quando herdara a fortuna do tio Bento, tinha esquecido a quinta, e a natureza, e a vida bucólica, na alegria de realizar outros sonhos, vivos também e cheios de imprevisto. Viajara então pela Europa, conhecera o mundo e acabara por organizar em Lisboa uma instalação de rapaz elegante, estética, com carvalhos lavrados, cadeiras de couro e colchas da Índia. Ai, empatara dois ou três anos na ociosidade da cidade, com um *faeton*, uma cadeira em São Carlos, uma certa Micaela, corista do Trindade e uma paixão pela mulher do seu senhorio, na Rua de S. Bento.

Este grande sentimento, ao fim de um ano, murchara naturalmente, como urna bela flor – e fora então que despertara nele o antigo desejo do campo, da quinta e dos hóspedes alegres, em torno do leitão assado, depois de uma caçada pelas serras...

Justamente, por acaso, lera nas *Novidades*, numa correspondência da província, o

anúncio de uma quinta, com um nome sonoro que ele se recordava de ter lido algures, num romance ou numa crónica. Na quinta, de resto, havia uma ruína histórica, capela ou torre, e pertencia a um fidalgo provinciano, de que ele nunca ouvira falar, mas que tinha *dom* e apelidos infundáveis. Escrevera então a esse senhor D. Gaspar – que lhe respondera com uma certa elegância, numa bonita letra inglesa, propondo que ele visitasse o Paço de Loures, onde o sr. padre Ribeiro o esperaria, para o hospedar e lhe mostrar a propriedade! E como nesse momento Lisboa lhe era penosa – José Ernesto partira para o Norte, tentado, já meio decidido a comprar a quinta àquele fidalgo amável e culto, que possuía um padre e um tão lindo cursivo inglês.

Na estação, lá encontrara o sr. padre Ribeiro, procurador de D. Gaspar, com dois cavalicoques para o conduzir ao Paço. Era ao escurecer, e logo o caminho para a quinta o encantou, apesar de áspero, com os seus arvoredos pacíficos, um rumor de água corrente, um cheiro forte de pomares e de prados. O casarão, lá em cima, pintado de amarelo, com uma grande varanda coberta que o ligava a uma velha ruína, tinha um belo aspecto romântico; a ceia, que preparara o caseiro, rescendia... Só o padre Ribeiro lhe desagradara, com o seu pigarro, o seu cachaço nédio e a desconfiança com que o observava por cima dos óculos redondos, de aros de tartaruga. Parecia, além disso, tremendamente maçador, e a descrição miúda que lhe fizera da propriedade, e das demandas, e de uma certa questão de águas com um vizinho, e dos foros, e da igreja de S. Lucas, e dos desgostos do Sr. D. Gaspar, e dos consertos feitos na tulha e no espigueiro, quase lhe tornara amargo o delicioso vinho branco da quinta!

E a sua última impressão, antes de adormecer, depois daquele primeiro dia de campo, fora a do horror de um dia de chuva, ali fechado, naquele casarão vazio, só, abandonado, sem defesa contra o padre Ribeiro...

Cedo, de manhã, o caseiro, o excelente Brás, veio bater timidamente à porta do quarto, anunciando a S. Ex<sup>a</sup> as oito horas – e o primeiro gesto de José Ernesto foi o de escutar para os lados da janela. Chovia!

Desesperado, José Ernesto saltou do casto leito de pau-preto, destrancou as grossas portadas das janelas – e verificou o desastre. Chovia! Por baixo dos vidros embaciados, verdejava vagamente a copa de um laranjal, que parecia muito fundo, enterrado num vale; depois, eram campos com arvoredos, colinas baixas, uma alvura de casario, tudo esbatido, meio diluído em névoa. E de um céu confuso, todo em flocos moles de nuvens pardas, descia a chuva, lenta, direita, vagarosa, repousada e como estabelecida sobre o Paço de Loures, assim, para toda a eternidade.

– Que maçada! Que estúpida maçada!

E logo tudo em redor lhe pareceu imensamente triste, de um desconforto agreste – aquela cal branca das paredes, o soalho nu, remendado com tábuas mal aplainadas, as três cadeiras de palhinha, hirtas, estreitas, rígidas, que repeliam, e o lavatório com a sua pedra de lousa e a sua baciazinha verde onde mal cabiam as mãos... Não, positivamente não lhe convinha aquele solar de nome sonoro!

E maior ainda foi a sua indignação, quando ouviu o caseiro, de fora da porta, murmurando que o sr. padre Ribeiro ia dizer missa na capela da casa e só esperavam por S. Ex<sup>a</sup>! Valente descaro, o do sr. padre Ribeiro! Como sabia ou com que autoridade concluía o sr. padre Ribeiro, que ele, José Ernesto, fosse católico ou mesmo cristão? Justamente havia anos que não ouvia missa – desde os primeiros entusiasmos com a mulher do senhorio, quando a farejava através de Lisboa, e todos os domingos, à espera dela, sentia grandes baques de coração, debaixo das acácias, diante da igreja de Santa Isabel!... E agora aquele horrendo maçador entrava assim familiarmente na sua consciência – e impunha-lhe uma missa! Mas que fazer? Era hóspede, não podia

escandalizar a devoção simples dos caseiros... E acabou de se vestir, furioso, com bruscos repelões à roupa e longos olhares cheios de amargura àquela chuva que caía, lenta e serena, como que regalada em cair...

Mas quando o caseiro, através das grandes salas quase nuas onde os seus passos eram sonoros, o conduziu à capela, à tribuna, à tribuna senhorial, com a sua grade de carvalho e duas velhas almofadas de veludo verde no chão, toda a sua irritação caiu: sentiu mesmo o encanto de presidir assim à devoção dos criados de lavoura, das raparigas do sítio, numa capelinha própria, diante de uma Nossa Senhora que era como uma deusa doméstica, padroeira e amiga da casa. Até o padre Ribeiro lhe pareceu menos horrendo, através do doce sussurro do latim, com a sua velha casula onde o ouro desbotado se esfiava. Duas ou três raparigas que não eram feias, com as suas grandes arrecadas e os seus lenços vistosos, voltaram para a tribuna, ao agacharem-se no chão, uns olhos curiosos e negros. A elevação da Hóstia, com o fino tanger da campainha, o lento bater nos peitos, foi muito suave. Uma das almofadas em que ajoelhava tinha umas vagas armas bordadas... E José Ernesto pensou que havia muita beleza na antiga vida de um solar português.

Depois, ao descer do altar com o cálix nas mãos, padre Ribeiro saudou a tribuna, o hóspede.

– No fundo, não parece mau homem – murmurou José Ernesto.

E foi já com um sorriso amável que o acolheu, quando ele apareceu na sala grande onde se ia servir o almoço. Falaram logo da chuva. Segundo o caseiro, era possível que estiasse, lá para o fim da tarde. Padre Ribeiro, porém, não acreditava. Ali, naquela freguesia de Loures, havia assim umas chuvas, como em nenhuma outra localidade do reino...

– Lembro-me perfeitamente que em 1876... E foi uma história medonha, que ele desenrolou devagar, com datas, com nomes, com detalhes, pousado à borda da cadeira, imóvel, com as mãos cabeludas nos joelhos, os imensos óculos cravados no hóspede. José Ernesto terminou por não escutar, murmurando apenas ao acaso, com um vago sorriso: *ah, é boa!*... E enquanto o padre Ribeiro desfiava a sua história, foi examinando a sala, atraído por três velhos retratos que pendiam das paredes, dentro de caixilhos a que a humidade e o tempo iam comendo o dourado. Um deles era o retrato de um rapazito magro, de grande nariz, com uma gola de rendas sobre o gibão preto. O outro parecia um magistrado, pela toga de amplas pregas que o cobria e onde destacava, ainda muito vermelha, a Cruz de Cristo. Mas o que mais interessava José Ernesto, era o terceiro: uma bela rapariga, forte, com um sorriso bondoso que lhe punha duas covinhas nas faces e um bonito colo decotado, que o tempo tornara amarelo, mas que devia ter sido de uma grande brancura. José Ernesto pensou mesmo, sorrindo, que os poetas do tempo decerto a tinham comparado ao *leite e às rosas*... Na mão de dedinhos aguçados sustentava uma rosa e toda ela dava uma vaga impressão de boa criatura, natural, salutar e pacificadora.

– De sorte que – ia contando o padre Ribeiro com as mãos apoiadas aos joelhos – estávamos aqui sem poder partir, e a chuva sem parar, zás, zás... Lembro-me muito bem de que a Sr<sup>a</sup> D. Manuela, que Deus haja, tinha nesse dia uma enxaqueca, e até se encostara nesse mesmo canapé em que V. Ex<sup>a</sup> está sentado. E era um domingo... É curioso, era também um domingo. Foi até o reitor de São Brás que disse a missa. Já lá vai, coitado... Pois era rijo. Andava nos seus setenta anos e vinha da residência aqui, que é bem uma légua, e uma légua larga, a pé... Tinha ele dito a missa, e estava ali sentado, à janela...

Felizmente o caseiro apareceu, atarefado, com a moça que trazia uma grande pratada de ovos fritos – e ao puxar a cadeira, atar o guardanapo ao pescoço, limpar bem

o copo, aliviar as vias do pigarro e considerar prazenteiramente os ovos, o padre Ribeiro deixou escapar os fios emaranhados da história da Sr<sup>a</sup> D. Manuela e do velho reitor de São Brás.

À mesa, o digno homem era silencioso. E quando José Ernesto lhe perguntou, apontando para os três quadros, se eram retratos da família, padre Ribeiro deu apenas uma informação curta, rápida, para não espaçar as garfadas. O desembargador, com a Cruz de Cristo, era o Sr. Jorge Manuel de Vilhena, que fora director das Alfândegas no tempo da Sr<sup>a</sup> D. Maria II; a senhora, era a filha, tia do Sr. D. Gaspar; o menino, pertencia a outro ramo – aos Valadares da Guarda.

– Pois era uma bonita mulher, a tia do Sr. D. Gaspar! – murmurou José Ernesto, que ficara defronte do retrato e que continuava a interessar-se por aquela face meio desbotada, pequena e fina, tão doce no seu sorriso.

Depois dos ovos, apareceu um frango guisado que José Ernesto achou delicioso. E aquela gostosa cozinha de província que encantaria os amigos de Lisboa quando ele os hospedasse, mais o impacientava contra a chuva teimosa que lhe não permitia visitar a quinta, fazer logo uma ideia das suas vantagens e dos outros prazeres rurais que ali o esperavam.

Não seria possível, com guarda-chuvas e tamancos, ir ao menos dar uma volta pelo pomar, até ao jardim?

Não senhor! Estava tudo encharcado... Nem se podia apreciar a importância dos campos, da lavoura, a vista até Vila Fria.

– Que maçada!

O caseiro encolheu os ombros, foi olhar o céu com melancolia. Padre Ribeiro atacara de novo o frango, em silêncio.

Mas daí a instantes foi outro desastre. Ao tirar a cigarreira, José Ernesto encontrou um único cigarro, dos que fumava, cigarros turcos com tubo de cartão. E quando foi dentro, procurar à mala uma das caixas de que se fornecera em Lisboa, descobriu com terror, depois de revolver toda a roupa, que o seu criado se esquecera de as emalar! E ali estava, preso pela chuva dentro de um velho casarão, sem esperança e sem tabaco! Felizmente padre Ribeiro fumava uns horrendos cigarros «Ferreirinhas», que José Ernesto aceitou sucumbido.

Acesos os cigarros, foram percorrer a casa detalhadamente, até às adegas. Mas todo o interesse de José Ernesto, o prazer que ele se prometia de ir fantasiando a sua instalação, as obras a fazer, certos móveis a colocar, foi estragado. cruelmente por padre Ribeiro, que em cada quarto parava, lhe narrava a história da casa – e quem ali dormira, e quem ali morrera, e os belos trastes que o ornavam no tempo do pai do Sr. D. Gaspar... Debalde José Ernesto queria seguir – ele retinha-o pelo braço com familiaridade:

– Um momento mais... É necessário que veja... Aqui nesta alcova nasceu a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana, a menina mais velha... Há ao canto uma porta de comunicação... Lembrome até perfeitamente que nessa noite...

E a anedota brotava, espaiada e lenta. Numa das salas José Ernesto teve de escutar, a propósito de um conciliábulo político que ali se celebrara em 48, toda a história da Maria da Fonte. Adiante, em frente de um degrau de pedra que separava dois quartos, foi o relato da queda que ali dera uma Sr<sup>a</sup> D. Mafalda, e das aflições dele, padre Ribeiro, que tivera de ir pelo médico, às dez da noite...

– E chovia! Oh, senhores, pior do que hoje! Imagine V. Ex<sup>a</sup> que estávamos muito sossegados a jogar o gamão, o Sr. D. Gaspar e eu...

José Ernesto sorria com uma resignação amarga. A cada instante atirava um olhar através dos vidros... Chovia sempre, caindo a chuva de um céu sujo onde parecia não

dever mais reaparecer o azul. As salas desmobiladas tinham um aspecto mais triste naquela luz cinzenta e húmida... E ansiava por um cigarro – mas no despeito daquela loquacidade que o enervava, não o queria pedir ao padre Ribeiro.

Assim chegaram ao famoso terraço coberto, que era a beleza e o luxo da casa, com os seus artísticos azulejos do século XVIII, e a extensa vista, abrangendo três léguas de campos e povoados, até às serras. Mas a chuva, agora mais forte, tudo esfumava, fundia no seu vasto véu de água e de névoa, O padre Ribeiro, todavia, de braço estendido, indicava os lugares, os solares vizinhos, as aldeias, as dependências da propriedade. Acolá era o sobreiral. Por trás dos sobreiros, além, aquela casa branca era dos Valadares. Depois, não via S. Ex<sup>a</sup> o muro? – Era o cemitério da freguesia. Mas José Ernesto já não escutava, sentado num banco, com os braços cruzados. Perdera todo o interesse pela casa, pelos campos, que aquela chuva estúpida e a tagarelice do padre Ribeiro lhe iam tornando bruscamente intoleráveis. E só antevia, se por acaso viesse ali habitar, longos dias melancólicos de chuva e conversas intermináveis e fastidiosas, murmuradas com lentidão! Além disso, aquele casarão enorme, frio, que de noite devia ter ecos sinistros, não lhe convinha – e nem quis visitar o lagar, as adegas. Pretextando cansaço, uma leve dor de cabeça que pedia repouso, abalou para o quarto.

Encontrou lá o caseiro com uma das moças, fazendo a cama.

– Ó Sr. Brás, a que horas é amanhã o comboio?

S. Ex<sup>a</sup> tinha comboio às duas – mas se chovesse como hoje, S. Ex<sup>a</sup> não podia pensar em partir, com as duas horas a cavalo até à estação... – E de carro, não se poderia ir? – Completamente impossível, não havia carro que se metesse àqueles caminhos. O Governo há muito que prometera a estrada para a estação. Todos os anos, sobretudo em vésperas de eleições, apareciam os das Obras Públicas. Depois, não voltavam.

– É inacessível, é inóspito, é horrível! – pensava José Ernesto.

Agora só lhe restava pacientar, até que fosse possível a jornada até à estação.

Se ao menos tivesse um livro, jornais! Terminou por se estirar na cama. Mas o quarto enorme e sem móveis, o grande silêncio, a luz tristonha, aquele cair lento e contínuo da chuva, davam-lhe uma tristeza que lhe tornava insuportável a imobilidade. Saltou dos colchões duros e começou a passear entre os quatro muros caiados, como uma fera na sua jaula. Enfastiado, foi abrir a janela para ao menos ter mais chegada a companhia da chuva: daquele lado, a casa era muito alta, uma muralha lisa, a que se colava uma estreita escadinha de pedra, descendo para um laranjal, muito enterrado lá em baixo, e que parecia, sob a chuva e a névoa, cheio de sombra e de humidade. Sentiu ódio, então, por aquela velha casa e teve, sem razão, um terror absurdo de adoecer ali, repentinamente. Para sacudir aquela ideia, saiu para o salão, mesmo com risco de encontrar o padre Ribeiro: não havia ninguém. E por outras portas que abriu, noutros quartos que atravessou, era a mesma solidão.

Teve então uma saudade pungente da sua casa de Lisboa, do ruído das tipóias, dos vizinhos, das ruas que o levavam, seguras e secas, ao Clube, aos amigos, à Avenida. Voltou ao terraço e ali ficou encostado à varanda, vendo tristemente cair a chuva. Mas estranhamente, a seu pesar, os seus olhos voltavam-se sempre para aquele muro branco que lhe mostrara o padre Ribeiro, o muro do cemitério. Como, àquela distância, o campo dos mortos não se diferenciava, na névoa que tudo envolvia, dos campos de lavoura, parecia ao pobre José Ernesto que o cemitério era imenso – que a quinta estava toda cercada por um cemitério, que a própria casa era um jazigo!... E o morto? Onde estava o morto?... Impacientado com esta ideia absurda, abandonou o terraço, errou de novo pelas salas, reentrou no quarto, recomeçou o seu passeio de fera entre os quatro muros caiados – e não tolerando mais a solidão nem a falta de tabaco, cedeu por fim, vencido, e foi procurar padre Ribeiro.

Podia, para lhe evitar a loquacidade, propor uma partida de bisca, se houvesse cartas...

Uma criada que arrumava louça na sala, disse-lhe que o sr. padre Ribeiro devia estar no quarto – e José Ernesto foi bater humildemente à porta do sacerdote.

– O sr. padre Ribeiro, tenha paciência, pode-me passar um cigarro?

O padre abriu logo, em mangas de camisa, com a pena na mão. Estava a escrever – mas convidou o hóspede a entrar, e puxando mesmo para a janela uma velha poltrona de couro, abriu a gaveta onde tinha os cigarros.

– Acabe a sua carta, sr. padre Ribeiro...

O outro teve um gesto amável. Estava a escrever por ociosidade. Tinha muito mais gosto em fazer companhia a S. Ex<sup>a</sup>. Era uma pena, era uma grande pena aquela chuva, porque se podia ter empregado o dia em visitar a quinta. Se ele ao menos tivesse a planta! Mas não. Estava no cartório, em Vila Fria.

– Há muito que o sr. padre Ribeiro é procurador destes senhores?

– Trinta e três anos. Vi casar o Sr. D. Gaspar e vi nascer as três meninas. Eu lhe conto como conheci o Sr. D. Gaspar, que é curioso. Tinha eu ido passar o Entrudo a Castelo Branco...

E aí brotou outra história torrencial. Mas tão profundo era o tédio e a solidão de José Ernesto, que se interessou logo por aquelas três meninas. Esperou mesmo com paciência, para as conhecer, que o padre Ribeiro chegasse ao fim da sua espalhada narração, desde os longínquos tempos em que o Sr. D. Gaspar ainda era solteiro. Por fim, como ele se alastrava muito sobre as virtudes da Sr<sup>a</sup> D. Constança, que Deus houvesse, mulher do Sr. D. Gaspar, José Ernesto puxou o padre para os tempos presentes. Desejou saber se o Sr. D. Gaspar era velho.

– O Sr. D. Gaspar tem, em 18 de Setembro, cinquenta e seis anos. Parece mais velho por causa da sua grande barba, toda branca. Mas aquilo é de família: aos quarenta anos começam a embranquecer. A menina mais velha, a Sr<sup>a</sup> D. Maria Augusta, tem até uma madeixinha branca sobre a testa. E faz vinte e sete anos, em Setembro, como o pai. E dá-lhe graça, a madeixa dá-lhe muita graça...

Então, para obter mais detalhes, José Ernesto, de repente, passou as mãos pela face, como no esforço de uma recordação, e declarou que, na realidade, lhe parecia conhecer muito bem o Sr. D. Gaspar e as meninas. – Tinham estado em Lisboa, não é verdade?... – Não, nunca tinham ido a Lisboa... – Então devia ser no Porto! – Sim, devia ser; havia dois anos, tinham passado um ou dois meses no Porto.

– Justamente! – exclamou José Ernesto – estou muito bem lembrado. No Palácio de Cristal, todas três, com um velho de barbas brancas, alto, forte. E as três senhoras, altas também...

O padre Ribeiro corrigiu. A mais nova, a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana, era alta; as duas outras, porém, eram baixas. Ele tinha as medidas de todas, em centímetros. Não se recordava agora do número exacto, mas a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana era o que se costuma chamar uma senhora alta, uma bela senhora.

– Sim – acudiu José Ernesto. – Havia uma mais alta. E trigueiras todas... Quero dizer, cabelo escuro!

O procurador emendou com enorme gravidade este erro histórico. Não, não! Então não eram elas! As duas meninas mais velhas, com efeito, tinham o cabelo escuro, como o pai em moço. Mas a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana era loura. Oh, muito loura! Exactamente como a Sr<sup>a</sup> D. Constança. Mesmo mais loura!... – uma cor notável! Porque, quer V. Ex<sup>a</sup> creia ou não, o cabelo da Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana, ao sol, reluz como ouro! Às vezes, no jardim... O cartório tem janela para o jardim, e a minha banca fica justamente ao pé da janela. Pois, meu caro senhor, às vezes, ela anda no jardim, lá a

tratar das suas flores, e quando passa assim entre duas árvores, toca-lhe uma réstia de sol – e ainda que se não deva misturar o sagrado ao profano –eu lembro-me sempre de uma auréola de santa... Ouro! Ouro puro!

E como José Ernesto sorria à ideia de todo aquele ouro aceso pelo sol, entre as rosas, num velho jardim de província, padre Ribeiro acrescentou, como que cedendo a uma verdade forte:

– Justiça seja feita, àquela menina, lá pelo que toca a rosto, e feitio, é digna de ser admirada em toda a parte. Nesse ponto, não há senão louvar.

E como havia aqui uma reserva, José Ernesto, já curioso, puxou mais a poltrona para ao pé do padre Ribeiro e murmurou com familiaridade, um brilho nos olhos:

– Vejo então que a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana não é a sua predilecta, sr. padre Ribeiro.

O sacerdote protestou. Oh, ele gostava de todas igualmente! E como não seria assim, se andara com todas elas ao colo!

– A Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana, é verdade, tem lá as suas ideias... Mas é boa menina. É também muito boa menina.

Agora, vivamente interessado, José Ernesto, desejava conhecer «as ideias» da Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana – e pedindo outro cigarro ao padre Ribeiro, estranhou que ela e as duas outras não tivessem casado. Mas o loquaz padre Ribeiro teve apenas um *hê, hê!* discreto e vago. E houve mesmo um silêncio, em que padre Ribeiro, remexendo no tinteiro, deitou um olhar à carta que interrompera.

– Oh sr. padre Ribeiro, continue a sua carta! acudiu discretamente José Ernesto. – Que horas são? Quatro e meia? Eu vou também um bocado para o terraço, tomar ar. Que dia este, hem? Parece Dezembro, com semelhante negrura.

Com efeito havia já uma tristeza de crepúsculo; a chuva caía, mais lenta, mais grossa, com um rumor que parecia desolado, e invernos, e agreste, naquele declinar da luz. Do terraço, para onde ele fora acabar o cigarro do padre Ribeiro, apenas se via o extenso véu de chuva, que tudo fundia, tudo esfumava numa névoa igual e parda, até as colinas de Vila Fria.

Sentado num banco, ele olhava a chuva, escutava a chuva. E já não se sentia tão só, agora, com aquelas figuras que tinham surgido no meio do seu tédio e que tomavam relevo e realidade – o Sr. D. Gaspar com as suas barbas brancas, a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana com os seus cabelos de ouro... Não conhecia ninguém em Lisboa que tivesse assim uns cabelos de ouro... E que ideias seriam essas, que tão evidentemente desagradavam ao padre Ribeiro? Toda aquela família, e os seus hábitos, e os seus negócios, o começava a interessar – e pela primeira vez pensou nos motivos que levariam D. Gaspar a vender o «Paço». Dívidas decerto, uma administração de fidalgo, desleixada e confusa. E todavia aquele casarão, reparado, com mobílias simples, cretones claros, podia ser uma doce vivenda. Se ele a comprasse havia de ornar toda a varanda do terraço com rosas... Mas a solidão – sobretudo com a chuva!... O campo, na verdade, só é agradável com família, e toda a árvore é triste se na sua sombra não brinca uma criança...

Um rumor na porta envidraçada despertou José Ernesto. Era o Brás que vinha saber a que horas S. Ex<sup>a</sup> queria o jantar.

– Quando o sr. padre Ribeiro quiser... Às seis... Eu já tenho apetite...

– Efeitos dos bons ares – considerou o caseiro, sorrindo, com a mão encostada à ombreira da porta. A grande pena era a chuva, por não poder S. Ex<sup>a</sup> visitar a propriedade, estender um lindo passeio até ao Mieirol, a ver a queda de água... Que a chuvazinha era necessária, com a terrazinha assim tão sedenta... Mas talvez estiasse. E a quinta era digna de se ver...

– O Sr. D. Gaspar nunca cá vem? – perguntou José Ernesto.

O Sr. D. Gaspar já não vinha ao Paço havia quatro anos. A última vez que por ali

aparecera fora de fugida, com a Sr<sup>a</sup> D. Joanhina, durante três dias.

– As meninas não gostam de estar cá no Paço?

O caseiro sorriu. A falar verdade, a casa agora, assim sem trastes, não era muito de convidar. Que a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana, essa não se importava! Era senhora para dormir em cima de uma cadeira... Contanto que tivesse, de manhã cedo, água para chafurdar, estava bem. Nessa ocasião em que estivera no Paço, até se lhe tinha subido para o quarto uma doma! E água fria... Era de arrepiar! Mas aquilo era senhora muito forte.

– É uma que é loura, não é verdade? – perguntou ainda José Ernesto.

– Loura como milho... Ah, muito vistosa, muito vistosa! Quando aí estive, era pelo S. João, houve uma grande fogueira e veio para aí a raparigada dançar... A Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana vestiu-se de lavradeira... Parecia um sol!

– Bonita, hem?

O caseiro imaginava que não podia haver outra mais bonita – nem em Lisboa! E alegre! E dada! Que as outras meninas também eram boas meninas... Mas a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana era um sol...

– Que idade tem ela?

– Isso não sei dizer a V. Ex<sup>a</sup>. É novinha, é novinha! Ora agora vantaja muito, com aquele bonito feitio, e assim forte! Como ela fica muito bem é a cavalo. Aquilo é grande cavaleira.

José Ernesto olhava vagamente, sorrindo. E depois de um silêncio:

– Pois isto por aqui há-de ser bonito quando não chover.

– Isto é muito lindo. E o terraço é uma alegria, com a vista toda até Vila Fria. E mesmo a quinta lá para baixo, para o rio... Tudo é muito lindo. Tudo é muito lindo...

– A pena é ser tão longe da estação.

Ora! De Verão era até um agradável passeio. Mas quando vinha a inverneira, era longito, era longito... Enfim, a estrada estava traçada – e passava além, ao pé da carvalheira, que S. Ex<sup>a</sup> não podia ver... E quem tivesse influência com o Governo, arranjava a estrada.

José Ernesto pensou logo em amigos seus de Lisboa, políticos e influentes. E de repente, com outra ideia:

– Quanto tempo se leva daqui a Vilalva?

Para a quinta do Sr. D. Gaspar? – Tomava-se o comboio da manhã e parava-se na estação de Quintãs; daí era meia hora a cavalo. A casa do Sr. D. Gaspar ficava mesmo à entrada da freguesia. Ao todo, umas quatro horas de caminho.

– E é bonita a casa do Sr. D. Gaspar?

Oh, a essa não lhe faltava nada. Uma casa nobre, com capela e um belo jardim com um lago e cedros em volta...

Mas vendo que José Ernesto abotoava o jaquetão, o caseiro receou que S. Ex<sup>a</sup> apanhasse humidade. Era melhor recolher, tanto mais que caminhava para as seis... E ele ia dar uma volta pela cozinha, a ver como as suas raparigas andavam com o jantarzinho.

José Ernesto, então, voltou ao seu quarto. Como ia escurecendo acendeu a vela e começou a passear, bocejando, numa indecisão que o tomara de repente sobre a sua volta a Lisboa. Era estúpido, decerto, ficar ali enterrado naquele casarão, à espera de um bocado de céu limpo e seco que o deixasse visitar a quinta e arredores. Mas também, partir para Lisboa, depois daquela imensa jornada que assim lhe ficava inútil, sem sequer ter dado uma volta pelo campo, feito uma ideia da quinta, talvez excelente e realizando bem o seu sonho antigo? Era absurdo. Além disso, a ideia da volta a Lisboa, tão rápida, já o enfasiava, antevendo a Avenida cheia de pó, o clube à noite, com os rapazes a bocejar pelas poltronas, e o seu senhorio, risonho, de lunetas azuis,

aparecendo-lhe de manhã para o abraçar e «almoçar sem cerimónia...». E ao mesmo tempo, ia sentindo, apesar daquela infelicidade da chuva, uma vaga atracção pela aldeia, e o silêncio rural, e a cozinha gostosa, e essas festas alegres e simples, com fogueiras, em que as fidalgas se vestem de camponesas... Para a sua saúde mesmo, convinha-lhe passar umas semanas no verde, como um cavalo cansado. E enfim, que diabo! a compra de uma propriedade que lhe custava dez ou doze contos, não se podia fazer assim atabalhoadamente, em horas, sem um exame das terras, uma boa experiência da sua compatibilidade com o campo e mesmo uma conferência com o Sr. D. Gaspar, para ressalvar bem os seus interesses. Na verdade, o Sr. D. Gaspar é quem devia ter vindo ao Paço: – «V. Ex<sup>a</sup> – dizia o procurador – vê, examina, e depois entende-se por carta com o Sr. D. Gaspar!» – Não! Cartas nunca definem bem negócios. É indispensável, quando se trata de doze contos, cavaquear, repisar, combinar... Evidentemente, devia ver o Sr. D. Gaspar...

Foi quando ele ruminava essa nova ideia que o padre Ribeiro lhe veio bater à porta do quarto, perguntando se S. Ex<sup>a</sup> estava pronto para o jantarzinho.

– Entre, sr. padre Ribeiro, pode entrar – exclamou ele.

Padre Ribeiro vinha esfregando devagar as mãos e declarou que o tempo tinha arrefecido.

– Ou será – acrescentou rindo – que o estômago esteja pedindo o calorzinho das sopas.

– Pois a elas, sr. padre Ribeiro, a elas!

Mas o procurador espalhava um olhar pelo imenso quarto, onde o leito, com a coberta branca, mal alumiado pela luzinha da vela, parecia perdido na vastidão do soalho e do tecto negro! S. Ex<sup>a</sup> não tinha ficado muito bem acomodado, não! Mas assim de repente, com a casa desmobilada, e longe da cidade...

– Estou perfeitamente – acudiu José Ernesto. E com sinceridade: – Pelo contrário. Até me soube bem esta largueza... A gente, em Lisboa, naqueles cubículos, morre sufocado.

Padre Ribeiro sorriu com amizade:

– Pois então é vir para cá, para a província... Olhe, largueza tem. E bons ares. E o que se come é são. Está claro, não há os regalos da corte, nem os teatros, e essas sociedades de que os jornais falam...

E como José Ernesto encolhia os ombros, rindo, no desdém e no cansaço desses regalos, padre Ribeiro deu com inteira franqueza a sua opinião sobre as cidades:

– Cidades, meu caro senhor, são pedreiras! Muita pedra, muita parede. E gente de mais, anda-se aos encontrões, tudo são cerimónias, não há a rica liberdade! Eu lembro-me muito bem, quando vivia em Lamego... Lamego tem recursos... Pois hoje ninguém me pilhava em Lamego! Olhe, sabe o que não cansa? É uma pessoa abrir pela manhã a sua janela e respirar o cheiro da verdurinha, e ouvir a passarinhada, e descer em chinelos para debaixo das sombras, e estar ali muito quieto, com Deus... Hoje ninguém me pilhava em Lamego...

– Também, o sr. padre Ribeiro, agora, está afeiçoado ao Sr. D. Gaspar, às meninas...

Mas o caseiro entreabriu a porta, anunciando a sopa. E quando entrou na sala, José Ernesto teve uma sensação de conforto e de apetite, diante da pequena mesa, nessa noite mais bem alumiada, com a toalha muito branca, o prato de azeitonas lustrosas, as duas canecas onde o vinho ainda tinha espuma. A sua cadeira era a de braços; a chuva fora cantava mais pesada; a sopa rescendia.

E terminou por esfregar também as mãos, e exclamar, rindo:

– Agora, neste momento, é que não importa a chuva. Até sabe bem ouvi-la cair lá

fora.

E o caseiro, com um brilho nos olhos:

– E a terrazinha vai bebendo, que bem o necessitava.

E todos três sorriam, contentes.

O jantar estava delicioso, de um sabor cheio de relevo, com o cheiro gostoso de petiscos do campo – e José Ernesto, enchendo o copo, pensava que um rosto, uns cabelos de mulher, ali, na luz, entre as louças claras, tornariam encantadora aquela sala, mesmo assim nua e sem conforto, com a chuva a cantar no laranjal.

– Esta casa deve ser antiga – considerou ele, desafiando agora, com prazer, a loquacidade do padre Ribeiro.

O procurador acudiu logo, contando que existia no cartório um velho pergaminho relativo a uma compra de terras para o lado do rio, que tinha a data de 1412.

– É bonito! – murmurou José Ernesto com respeito – começo do século XV. Ainda existia o Império Romano do Ocidente.

E isto foi motivo para que o sr. padre desenrolasse a genealogia do Sr. D. Gaspar. Ela era ilustre. Mergulhava as suas raízes vetustas nas invasões godas, lançava ramos poderosos por todos os remos da Espanha e através dela se entreviam armaduras de heróis e auréolas de santos.

O Sr. D. Gaspar era o décimo sexto senhor das Quelhas. Um outro D. Gaspar antigo trouxera o estandarte real na batalha das Navas de Tolosa...

José Ernesto que escutara, muito interessado, terminou por dizer, deitando a cabeça para as costas da cadeira e passando a mão pelos cabelos:

– É ainda uma boa coisa, um bom sangue...

– Pois melhor do que este, meu caro senhor, não o há no reino. E olhe que a raça, apesar de velha, é forte. O Sr. D. Gaspar, há dois ou três anos ainda vergava um cano de espingarda! E nunca vi entrar o médico naquela casa.

José Ernesto exclamou, quase entusiasmado:

– Isso é tudo! A saúde é o essencial numa família, numa raça. Aquelas mulheres, em Lisboa, parece que se desfazem, que se andam a dessorar. Se ao menos a fraqueza fosse compensada pelo requinte, o afinamento da natureza... Mas qual! São doentinhas e tolinhas!

Estava realmente excitado, e o procurador sorria, satisfeito, remexendo a salada. Sim, as senhoras de Lisboa eram enfezadinhas... Más comidas, más águas!

O caseiro que entrava com uma garrafa especial de vinho do Abade de Carmelinde, anunciou que a chuva tinha parado: havia mesmo um bocado de céu limpo. Então foi uma grande esperança – e o delicioso vinho do Abade foi bebido entre planos para a visita à quinta e aos arredores, no dia seguinte, logo de manhã cedo. Mas o caseiro e o sacerdote não concordavam: – um queria que se fosse direito ao Mieiro e se entrasse pelos carvalhos, de modo que S. Ex<sup>a</sup> fizesse primeiramente uma ideia de toda a freguesia – o outro preferia que S. Ex<sup>a</sup> visitasse primeiro a quinta, a começar pelo campo da Costa, e fossem depois ao Cerejal, onde tinham os cavalicoques, para irem dar o lindo passeio até São Brás. Ambos, porém, asseguravam a S. Ex<sup>a</sup> que havia tempo de visitar tudo e tomar o comboio das seis horas para o Porto.

José Ernesto, porém, não respondia, torcendo o bigode. Aquela partida para o Porto, e daí para Lisboa, que o separava por uns poucos de meses do Paço, mesmo quando se decidisse a comprá-lo, pareceu-lhe de repente brusca e desagradável. Era como se subitamente o arrancassem de ao pé de *não sei quê* de vago e ao mesmo tempo real, que o estava interessando e acordando a sua curiosidade. Necessitava realmente estudar, conhecer melhor aquela região. Gostaria de se demorar, vaguear uma semana por aqueles arvoredos e vales.

Depois de um silêncio, de repente, perguntou se não havia um hotel em Vilalva. O padre Ribeiro e o caseiro sorriram:

– Em Vilalva, um hotel? Nem um catre para um trabalhador!

Então José Ernesto, que acabara o café, foi à janela. Com efeito, não havia rumor de chuva benéfica. Os campos repousavam sob a paz da noite, saciados e mudos.

Acabado o cigarro, foi sentar-se no canapé de palhinha – e o serão começou por um longo silêncio entre ele e o procurador, que ficara na sua cadeira, com os cotovelos encostados à mesa, num repouso e sonolência de digestão que lhe cerrava irresistivelmente as pálpebras grossas.

– Se houvesse um baralho – disse, por fim, José Ernesto – podíamos jogar uma bisca.

O procurador abriu os olhos, sorriu, fez: *hê, hê* – e de novo as pálpebras lhe descaíram, pesadas e dormentes. E José Ernesto terminou por se estirar no canapé, pensando com tédio na sua volta a Lisboa. A sua vida na capital, agora que a via, assim de longe, de entre aquele silêncio de aldeia, no seu conjunto, parecia-lhe intoleravelmente vazia e estéril. Que era e ele? Um cavalheiro com uma boa fortuna em inscrições e prédios. Um dia em cada trimestre recebia a sua renda do Estado e dos inquilinos, e todos os outros trezentos e sessenta e um dias os passava gastando essa renda, em comer, em passear, em actos de instinto, exactamente como os do seu cão! Actos de inteligência, de uma humanidade superior, não passavam de algum livro folheado à noite, para adormecer, de um bocado de *bluff* no clube, de uma ou outra contradança no Inverno, e de parar, no Chiado, diante de algum amigo para murmurar com tédio: – «que há de novo?» – Não era realmente uma existência humana! E era sobretudo de uma tão grande solidão!... Amigos, parceiros, as damas que contradançasavam, eram na verdade para ele como sombras, meras aparências – e quando por acaso se constipava e tinha de ficar em casa, todas essas sombras se dissipavam e para ele deixavam de existir o mundo e a sociabilidade humana. Decerto, podia casar: tinha de casar, como todos os homens... Mas com quem? Ele exigia tanto numa mulher – a beleza! a alegria! a saúde! a bondade! a simplicidade!... E depois, ainda, princípios sólidos, para que o seu lar fosse honrado! E depois, ainda, uma raça antiga, porque «no fundo, é uma boa condição!...» Onde estava, por acaso, essa maravilha?

Padre Ribeiro, que havia instantes ressonava, teve um ronco tão forte que despertou: e endireitando-se na cadeira, pedindo desculpas a S. Ex<sup>a</sup> – o seu primeiro cuidado foi ir à janela ver se chovia. Não, com efeito o céu limpava, prometia um dia claro. De modo que o que lhe parecia razoável, visto terem a esperança de madrugar e de visitar a freguesia, era retirarem para vale de lençóis... E ele mesmo arranjou a vela de José Ernesto, que acompanhou, ainda estremunhado e bocejando, até à porta do quarto.

– Ó sr. padre Ribeiro, lá em Vilalva – dizia José Ernesto pelo corredor – deita-se cedo, deitam-se todos cedo...

Sim, com efeito, em Vilalva, aí pelas dez, estava tudo recolhido. Só a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana é que tresnoitava.

– Passa às vezes da uma hora da noite e ainda está na sala, sozinha, a ler! E a casa toda apagada. E não tem medo! Enfim, cada pessoa tem lá os seus hábitos e as suas ideias.

Estavam à porta do quarto, ambos com os castiçais na mão – e então José Ernesto, rindo, e com imensa familiaridade, acusou padre Ribeiro de pouca predilecção pela Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana.

O procurador arregalou os olhos, quase ofendido:

– Ora essa! Isso seria ingratição! Ih, Jesus, Sou tão amigo dela como das outras

meninas

José Ernesto ria, gracejava:

– Isto é brincadeira, sr. padre Ribeiro! mas como tem falado já das ideias da Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana como se fossem singulares...

Padre Ribeiro concordou que nem sempre apoiava as ideias da Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana:

– Olhe, por exemplo, divergimos em política...

– Em política?

– Eu lhe digo... A Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana tem ideias muito livres. Chega a ser republicana!... Para ela, todos são iguais! Não há nem fidalguia nem povo. Eu também sou liberal, mas enfim, há hierarquias. E V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, não aperta a mão ao seu criado...

– Nem a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana!...

– Muito capaz disso, meu caro senhor, muito capaz disso!

– Mas enfim, não casaria com o criado! – exclamou José Ernesto, rindo sempre, com o mais vivo interesse por aquelas confidências.

Padre Ribeiro encolheu os ombros: nem ele sabia se ela não casaria com o criado!

– Acredite V. Ex<sup>a</sup> que não sei. Muito capaz disso! Quero dizer, não casa porque o criado não chegaria lá às alturas que ela fantasia. Mas se chegasse!... Olhe que já perdeu dois casamentos soberbos. Então o último, com o fidalgo da Avelã, lá nosso vizinho, nem se compreende! Um bonito rapaz, com belas propriedades! Mas então, não o achava esperto. Declarou ao pai que o rapaz era um sensaborão, e nada! Está claro, o fidalgo da Avelã não é homem de livros. Mas eu não sei por quem ela espera!

Tornou a encolher os ombros:

– Enfim, tem lá as suas ideias, mas é uma perfeição de menina, e Deus há-de fazê-la feliz. Não será por falta de eu lho pedir!... E aqui ficamos de palestra, com os castiçais na mão. Tenha V. Ex<sup>a</sup> muito boas noites. Às seis cá o mando acordar.

José Ernesto entrou no quarto, foi pôr devagar o castiçal sobre a mesa e ficou encostado à beira da cama, perdido em pensamentos vagos, com os olhos na luz. A solidão da sua existência voltava de novo a aparecer-lhe, muito nítida, com uma forma quase material, como um grande descampado onde era sempre crepúsculo. E ao mesmo tempo sentia um desejo vago de ficar ali, muito tempo, naquela aldeia onde todavia a solidão lhe seria mais profunda e real. Quando se deitou, suspirava, sem razão, com um vago enternecimento. E antes de adormecer, na escuridão do quarto, via passar, fugir, o brilho de uns cabelos de ouro que corriam num jardim.

Às sete horas, o caseiro bateu à porta do quarto. José Ernesto gritou de dentro, estremunhado:

– Então?

– Saiba V. Ex<sup>a</sup> que está chovendo, e a valer...

José Ernesto escutou. A chuva caía, despenhada sobre o Paço!

Quando José Ernesto daí a pouco apareceu na sala, padre Ribeiro que esperava, plantado tristemente à janela, abriu os braços, desolado:

– E então que me diz V. Ex<sup>a</sup> a esta infelicidade? Em fins de Abril!

José Ernesto hesitou um instante, com um leve rubor na face; depois, olhando também o céu fusco, as longas cordas de água:

– Tenho estado a pensar, sr. padre Ribeiro, e eis o que me parece mais razoável. Este tempo não melhora. Eu também não posso voltar para Lisboa sem ter visto a propriedade e tomado uma resolução. Mas como já aqui estou e a jornada a Vilalva não é grande, acho que o mais razoável é ir durante estes dias de chuva conversar directamente com o Sr. D. Gaspar, porque a gente por cartas nunca se entende; assentamos

bem as nossas condições, e depois, em aliviando o tempo, volto por aqui, e visito a propriedade e o sítio com o amigo Brás. Que lhe parece?

O padre Ribeiro esfregava as mãos lentamente:

– Acho muito bem... Acho muito bem! O Sr. D. Gaspar há-de estimar muito... Eu não posso oferecer a casa, que não é minha, mas

V. Ex<sup>a</sup>, na tia Rita, está perfeitamente. Eu falo com ela... Eu tinha hoje aí o carro para voltar... Acho muito bem.

– Podemos partir depois do almoço.

– Como V. Ex<sup>a</sup> quiser. O Sr. D. Gaspar há-de ter muito gosto. Estamos lá aí por volta das quatro horas. Acho muito bem.

José Ernesto voltou logo ao quarto, cantarolando, a arrumar a maleta. Depois, foi percorrer com o padre, outra vez, o Paço todo, até à adega. Mas agora já se detinha nas salas, estudando consertos, tabiques que deitaria abaixo – fez mesmo planos de mobílias. Quando vieram almoçar, era como se ele fosse já o dono do Paço, e declarou mesmo que faria ali a sala de jantar.

Ao meio-dia a chuva cessou; e imediatamente o Brás propôs uma visita, pelo menos até ao rio, pela avenida dos carvalhos. Mas José Ernesto recusou: – Não valia a pena encharcarm-se até aos joelhos, receber talvez uma impressão desfavorável, quando daí a dois dias ele viria fazer então a visita completa e repousada. De resto o cocheiro, já no pátio, instava para que marchassem, para aproveitar a aberta.

José Ernesto, alegre e ligeiro, levou ele mesmo, apesar das exclamações do caseiro, a sua maleta para o carro. Então o Brás pediu que esperassem um instante: queria ir buscar umas poucas de rosas; de uma bela roseira de ao pé do tanque, que o sr. padre Ribeiro levaria às meninas. O ramo foi acomodado dentro de um cesto – e José Ernesto tirou uma pequena rosa que pôs ao peito.

Depois, ao largar a traquitana pela grande estrada, que ali subia toda em encostas, José Ernesto perguntou:

– Como é o nome todo do Sr. D. Gaspar?

– D. Gaspar Maria Alcoforado Teles de Meneses.

A chuva cessara de todo; havia uma nesga de céu azul.

Quando a carruagem ia entrando em Vilalva, ao passar no Cruzeiro, padre Ribeiro teve um sobressalto, debruçou-se na portinhola, gritando ao cocheiro que parasse.

– São as meninas! É o Sr. D. Gaspar!

E com efeito, junto do Cruzeiro, ia caminhando um homem alto, de grandes barbas e chapéu desabado, com uma senhora envolvida numa capa de borracha. O padre Ribeiro saltou do carro – e ali mesmo, na estrada, fez a apresentação do hóspede. E pelos magníficos cabelos louros, José Ernesto reconheceu a Sr<sup>a</sup> D. Maria Joana! Era alta, de um branco saudável e doce, com belos olhos verdes, finos e meigos.

Padre Ribeiro mostrou logo o cesto de flores. Ela tirou uma rosa que prendeu no botão do casaco. José Ernesto ia já conversando com o Sr. D. Gaspar, caminhando a pé para a tia Rita, que era logo adiante do Cruzeiro, nas primeiras casas da vila. Depois, quando ela se acercou, o velho afastou-se para dar uma ordem ao cocheiro. Maria Joana e José Ernesto ficaram um momento sós na estrada.

Tinham ambos, ao peito, rosas da mesma roseira...

Seis meses depois casavam, na capela do solar de Vilalva, por uma manhã também de grande chuva.

## ENGHELBERTO

Enghelberto, senescal das Ilhas, príncipe da Senhor de Elfingor, a quem outros também chamavam o Cavaleiro de Estanho, era, na loura e corada flor dos seus vinte e três anos, o mais duro pecador da cristandade.

Em toda a Dinamarca se contava que seu avo, o velho Ulfan, para o tornar bravio e estranho a toda a doçura, lhe dera a chupar no berço corações de ursos ainda sangrentos.

Enghelberto tivera por mãe a filha deste chefe temeroso, a duquesa Tifânia, «Tifânia soberbíssima» ou «Tifânia dos peitos altos» – pois sob estes dois nomes a celebrou, em versos latinos, Hinkmar, deão da Sé de Roskilde – a tão falada Tifânia, que em moça, vestida de couro e com um casco de ferro, comandara uma frota de piratas, estrangulara o conde Magnus, seu primeiro marido, vivera depois em apregoada e triunfal concubinação com o abade do Mosteiro de Soroé, e por fim desposara o príncipe da Escânia, moço néscio e risonho que tinha lindos cabelos cor de ouro. Mas o pai de Enghelberto, nem Tifânia decerto o conhecia, porque andando o príncipe da Escânia e a sua hoste a guerrear com Canuto IV contra o margrave de Visgrath, ela alternadamente recebia no seu leito, aberto e tumultuoso como uma praça pagã, um cavaleiro de Aquitânia, foragido na Dinamarca, um carniceiro, cujos braços felpudos e sujos de sangue, jogando a barra na festa de Santo André, a tinham maravilhado, e o cardeal de Modena, legado do Papa.

Quando Enghelberto nasceu, todas as tochas e lâmpadas do castelo de Kolnor – assim o juraram o vilico e as aias sobre os Santos Evangelhos – se apagaram bruscamente, e as que estavam apagadas começaram, maravilhosamente, a alumiar com uma luz muito clara e muito firme. Depois, ao fim de três dias, Tifânia morreu, sem agonia, ditosa e serenamente, soltando um pequenino suspiro de entre os lábios onde errava um sorriso de virgem que dorme, cansada, depois de uma festa, e que sonha com as grinaldas, as sedas, os lumes e as cadências doces das harpas. Sobre o seu corpo envolto em brocados brancos e coberto de jasmims brancos, três bispos, os de Aahruz, de Calmar e de Elsenor, espalharam o incenso e as águas lustrais e, em panegíricos facundos, declararam que a muito alta duquesa, senhora de Elfingor, tão poderosa na Terra, seria ainda toda-poderosa no Céu, resplandecendo ao lado de Deus-Padre.

O príncipe da Escânia, antes de findar o seu luto e a sua dor, porque aquele néscio moço amava a sua terrível mulher, morreu também, de uma pústula maligna. E Enghelberto, órfão de pai e de mãe, ficou com o sombrio avô Ulfan, no castelo de Kolnor, onde foi crescendo como um prodígio, em beleza e em maldade.

Ainda pequenino, à noite, à lareira, brincando junto à grande cadeira de carvalho, onde o velho Ulfan se conservava imóvel na sua longa peliça de rato da Arménia, o filho de Tifânia furtava muito destramente os alfinetes das aias, para espetar os pés nus do frade, que sobre o seu escabelo e na sombra do capuz, lia dormentemente a *História das Cem Batalhas* ou os *Milagres de Santo Anschere*. As suas aias andavam sempre arranhadas e feridas nas faces, da violência das suas mãos, pouco maiores e mais brancas que pétalas de magnólia. Desde que pôde correr pelo castelo, o seu maior gosto, o que lhe punha nos olhos admiráveis um brilho mais contente, era chamuscar com uma tocha a cabeleira crespa dos pajens ou, de cima de uma galeria, arrojar grossos escabelos sobre os serviçais e homens de armas que atravessavam a claustura.

Uma ocasião, tanto contentamento lhe dera quebrar, com uma barra de ferro, as pernas de uma velha galguinha italiana que outrora o legado do Papa dera a Tifânia, que desde então, constantemente, procurava, pelos canis e pelos aidos, algum cachorro ou

anho sem defesa que pudesse torturar. Um dia que errava fora das muralhas, avistando uma velha que caminhava lentamente à beira dos fossos, vergada sob um feixe de lenha, correu de leve, sem rumor, e atirou a triste criatura à água, que felizmente era baixa e pouca porque findava o Estio e havia paz em Kolnor.

Mas quando ao domingo, na igreja, sobre o estrado senhorial, quieto ao lado do velho Ulfan, com os seus lindos cabelos de ouro todos em anéis, caídos sobre o gibão de brocado, o gorro pousado no chão e as mãos postas, ele erguia os olhos docemente para o coro onde os noviços cantavam, as mulheres, pela nave, sorriam de admiração, enlevadas como diante de um anjo. E ainda depois, pelas ruas, cismavam com aqueles olhos de um azul tão luminoso, e profundo, e translúcido, como elas nunca tinham visto, nem no mar nem no céu.

A sua inteligência era singularmente clara e destra. O velho cónego da Sé de Roskilde, que vivia em Kolnor, numa torre isolada, e lhe ensinava a História Santa, as letras, os números, as divisões do Mundo e o curso dos astros, em breve soube menos que Enghelberto, e diante da sua curiosidade pelas coisas do saber, ficava enleado, tartamudeando, até que o terrível discípulo, saltando do escabelo e rindo, lhe vinha puxar as barbas ou mascarrar a face de tinta.

Chorando, um dia, o velho clérigo veio rogar a Ulfan que lhe permitisse voltar a Soroé, rezar na sua cela as suas horas canónicas. E o rude avô, que nunca soubera sequer escrever o seu nome, galhofando e de bom grado lho consentiu, no receio de que o herdeiro das suas armas e terras viesse a estragar a vida, como um rapado e macilento clérigo, entre pergaminhos cobertos de letras. Já ele andava inquieto por ver o neto mais manso, e sem aquela turbulência, aquele desdém da dor e indiferença pelo sofrimento, que são prenúncios de uma alma esforçada e soberana.

Enghelberto aprendera a cavalgar todo o ginete, e a atirar à flecha, e a manejar o montante, e a emparar de broquel, sem que através desse contacto com as armas e no brio de provar destreza e força, ele se abandonasse a outras violências, além de vergastar algum cavalição ou quebrar os dentes com o guante a algum pajem tardio. E Ulfan, com desgosto, o vira já por vezes durante as tardes macias, passear no vergel, devagar, parando a escutar o cantar dos repuxos ou a colher uma rosa silvestre à maneira de uma donzela e como se na sua alma estivessem resvalando pensamentos de graça e de doçura.

Para o desviar então da moleza, quis que ele se entregasse à caça, que acorda e aguça o gosto da guerra – e com esse intento lhe preparou uma matilha de alões e de lebréus da Bretanha, e os melhores açores e falcões que o margrave de Holtorp pôde obter na Pomerânia e no país Russiano.

Imediatamente Enghelberto se tornou um caçador violento e insaciável. Logo de madrugada, saltava na sela, e de arco ao ombro, a aljava cheia batendo-lhe a coxa, o cutelo passado no cinturão, soltava três toques de buzina, saudando o avô, que do alto da torre, embrulhado na sua peliça de rato da Arménia, as barbas a esvoçar no vento frio, lhe acenava com a mão cabeluda. E então, colhendo sobre o guante o falcão encarapuçado de couro, Enghelberto transpunha a galope a levadiça, e desaparecia entre o arvoredado, sobre a neve dura, no meio do uivar furioso dos alões e da grita dos monteadores, armados de machados, de redes, de rojões pontiagudos e de puas de ferro.

Só pela noite cerrada recolhia a Kolnor, todo vermelho do ar agreste e do furor da matança, rouco de gritar aos lebréus, com manchas de sangue sobre o gibão de couro, cheirando a selva e a fera.

Era sobretudo a caça bravia dos javalis e dos ursos que o deleitava. Mas nem o abater dos animais, o mergulhar do cutelo nas carnes arquejantes, recebendo sobre a face os esguichos de sangue quente, nem o rasgar das peles e o arrancar das entranhas

que atirava aos lebréus, lhe calmavam a febre de matança. E ainda à ceia, contando ao avô as proezas, recomeçava os longos brados do montado, cravando a faca furiosamente na madeira escura da mesa!

Mas depois, ao canto da lareira, cansado e adormecido sobre os coxins de couro, a face entre o ouro dos cabelos, com as longas pálpebras docemente cerradas e o buço lourejando como seda fina sobre os lábios escarlates e cheios de seiva, era tão formoso e parecia tão doce, que o velho capelão, pousando o breviário sobre os joelhos, murmurava para o velho Ulfan:

– Vede como há pouco era Nemrod, tão cru, e agora o tomaríeis por um menestrel de grã-gentileza, que passava e pediu agasalho.

Nem o capelão, porém, nem o velho Ulfan, o admiravam tanto na sua gentileza como Korlina, a aia especial que àquela hora preparava e trazia a Ulfan o vinho quente com especiarias. Era uma alemã do Holstein: viera com seu irmão – mandado pelo margrave para adestrar os falcões e fazer neles a delicada operação de lhes coser as pálpebras – e como se mostrara hábil em preparar os licores e os doces, ficara no serviço das cozinhas de Kolnor, que ainda eram rudes e de artes simples, como no tempo dos Jarls.

Muito tempo ela mostrara a Enghelberto, claramente, os seus desejos, nos vivos e lampejadores olhares com que o chamava. O moço, porém, que nenhum seio de mulher ainda roçara, desviava a face, corando ardentemente e hirto no seu orgulho. Mas uma tarde, no vergel onde Korlina apanhava ervas aromáticas, caiu sobre ela bruscamente, e, brutalmente, conheceu o amor.

Mas a trigueira moça foi apenas para ele como um copo onde se bebe à pressa e de um sorvo, e que se repele, saciada a sede. Bem depressa lhe enjoou as tranças muito negras e duras, os braços penugentos, a pele amarelada – e mesmo findou por a empurrar com mão rude, quando ela, surgindo nalgum sombrio corredor abobadado, lhe puxava a manga e o solicitava com uma humildade lasciva.

Já a esquecera, já ela se esbatera na turba vaga dos servos, quando, uma manhã de Inverno e de grande neve, atravessando o pátio para o canil, a viu sob a funda porta da torre do tesouro, pendurada do pescoço de um cavaliço que ria alvarmente. Imediatamente a mandou agarrar, e ao pobre servo, e levar a uma das negras prisões do castelo, sob os ferros. À noite, quatro homens entraram no cárcere, amordaçaram Korlina e o cavaliço; ataram os dois corpos um ao outro, peito contra seio, com fortes cordas; estenderam aquele fardo miserável sobre uma padiola, e assim o levaram à luz de uma lanterna através da neve, para fora das muralhas, até ao fundo valado, para onde o atiraram sobre a neve fofa. Outra neve caiu e para sempre os cobriu...

E nesse momento, Enghelberto, diante da chaminé flamejante, passando a mão carinhosa sobre a cabeça fina de um galgo, exclamou de repente, rindo, para o capelão que lia num velho in-fólio:

– Rezai agora uma das vossas rezas por duas almas muito quentes que eu mandei arrefecer!

Do outro lado, de entre as grossas peliças em que se amodorrava, pesado de vinho quente, o velho Ulfan murmurou preguiçosamente:

– Conta a façanha...

Enghelberto encolheu os ombros leves:

– Uma bagatela, senhor, vilões punidos!...

E o velho chefe tornou a cerrar as pálpebras pesadas.

Toda a vida de Enghelberto se empregava na caça. Mas saciado já de abater ursos, lobos e javalis, completava agora aquela festa de matança com correrias pelos povoados e pelos caminhos, espalhando ruínas e dor. Os seus moços de caça formavam, pela

multidão e pelo ruído das armas, um verdadeiro bando de guerra. Com eles, em galopes furiosos, ao estridor das buzinas, passava destruidoramente sobre as searas maduras, atravessava as aldeias, atropelando as crianças que brincavam à soleira das portas, ou, no pendor de uma colina, caía bruscamente sobre um rebanho que debandava em grande espanto, frechando as reses e o pastor. Depois, o sombrio bando, afogueado e ofegante, invadia alguma taberna à beira de uma estrada, esvaziava as pipas de cerveja, espancava o taberneiro e fazia um grande lume na lareira com os bancos partidos e as arcas escavadas a machado.

Certa tarde, avistando na orla de um bosque uma récua de machos carregados e três mercadores que descansavam e comiam na sombra de um carvalho, galopou para eles, ordenou que lhe mostrassem os seus salvo-condutos. E ainda o mais velho, que tinha um longo nariz adunco e uma barba aguda de bode, rebuscava no peito, por dentro da simarra, com a mão trémula, já Enghelberto gritava ao seu bando que o amarrassem, e aos dois outros, a três árvores, «porque aquelas eram decerto mercadorias roubadas!

Debalde os três homens, já amarrados a troncos, juravam, com os olhos esbugalhados de terror, serem honrados mercadores de Nuremberga que iam à feira de Roskilde, com cartas e franquias do bispo de Tréveros!

Enghelberto e os seus homens, desmontados, já cortavam as cordas dos fardos, e iam espalhando pelo chão, com olhos chamejantes de cupidez e de pasmo, toda uma riqueza de estofos purpureados de Veneza, de couros lavrados de Córdova, tecidos de Gaza bordados a ouro, brocados de Arles, tapetes orientais, armas marchetadas, peiças da Frísia, pacotes de especiarias, frascos de essência de rosa, e azeite da Provença em botijas entrançadas de palha.

Então Enghelberto, vendo que os seus homens já disputavam com olhos chamejantes a posse daquelas coisas reluzentes e para eles estranhas, soltou um grande brado e ordenou que aquela rica presa fosse repartida segundo a lei da guerra, a lei antiga e venerável de Trotão, o Grande. E, divertido, entusiasmado com a bela aventura, quis que se cumprisse todo o velho cerimonial.

As buzinas soaram, como num final de batalha; os fardos, as mercadorias, foram amontoados em torno do estandarte de Kolnor, cravado no chão; e o mais velho dos homens de armas dividiu a presa em três lotes – porque o terço pertence ao chefe – e foi depondo em grandes braçadas, veludos, sedas, tapetes e couros lavrados, aos pés de Enghelberto, que se colocara sobre uma pedra, muito sério, apoiado ao seu grande arco. Depois, os restantes lotes foram divididos em catorze quinhões e repartidos pelos catorze homens, que o vílico chamava um a um, e que se agachavam, remexendo com as mãos escuras a doçura dos veludos, e soltavam gritos de gosto se lhes cabia alguma arma com labores de prata, ou ficavam rindo alvarmente diante de algum espelho de marfim ou de um molho de finas rendas que desdobravam. E todos, depois, iam considerar o lote de Enghelberto, que supunham de coisas mais preciosas, por ser o lote do chefe.

Mas Enghelberto, para mostrar o seu desdém da presa, nem descera sobre ela os olhos – e repelindo, com a sua grossa bota de couro vermelho tauxada de prata, os veludos, os cofres, as essências e as peças de baixela que ante ele se amontoavam, acenou com o arco e saltou sobre a sela.

Então o mais moço dos mercadores amarrados às árvores, vendo consumada e irreparável a rapina de tantos bens, não se conteve, e estrebuchando entre as cordas, com o pescoço esticado, todas as veias a estalar e grossas lágrimas nos olhos cor de azeviche, gritou furiosamente:

– Ladrões! Ladrões! Ladrões!

Imediatamente Enghelberto, erguido sobre os largos estribos, retesou o arco, com

a flecha apontada ao peito do miserável.

Mas o vílico acudiu:

– Lume, meu doce senhor! Lume, que a flecha é arma nobre para o judeu maldito!...

E assim era pelo velho costume saxónio. Então Enghelberto mandou que amontoassem toda a sua parte da presa, misturada a galhos secos, em torno da árvore onde gemia o judeu amarrado, e que lhe lançassem o fogo que é devido aos carrascos do Senhor Jesus Cristo.

Em breve as chamas, o fumo denso, envolveram os urros, o estrebuchar do miserável. E os outros dois, ao lado, nem gereram, lívidos de terror, quando Enghelberto lhes gritou, rindo:

– Vós outros, esperai pelos lobos!

E o bando cavalgou, partiu em grande algazarra...

Era a estação doce e triste em que nunca anoitece – e o Sol ia alto no ar fino, com um brilho lívido de ouro embaciado. Pelos rudes caminhos, recolhendo a Kolnor, a cavalgada trotava, ruidosa, estranha e mais cheia de cores que uma procissão de Natal. Alguns dos homens, tendo atirado sobre os ombros as largas peças de seda amarela ou vermelha que recaíam, envolvendo os cavalos, pareciam reis magos. Sobre pontas de lanças, iam arvorados como bandeiras, ricos tapetes tecidos em Babilónia ou finos véus nupciais que deixavam no ar um sulco branco; grossas mãos cabeludas agitavam ao alto molhos de plumas multicolores e espelhos que faiscavam, tocados de sol; e as risadas não cessavam em torno daqueles que, gulosamente e de um só trago, tinham esvaziado algum frasco de azeite de Arles, e vomitavam, debruçados no arçã, berrando contra os judeus malditos. Os que haviam espalhado essência de rosa sobre os pelotes de pele de lontra, iam com um sorriso contínuo, no orgulho do perfume que exalavam. E todos se queixavam de que se não tivesse apalpado os judeus, para lhes tomar os bons dobrões de ouro que decerto traziam no forro das simarras. Na frente, ao lado do estandarte de Kolnor, Enghelberto, tendo dado o casco ao escudeiro, com os cabelos soltos, a linda face alta, sorria, como perdido em pensamentos suaves.

Ao chegar ao morro onde assentava o castelo de Kolnor, foi ele o primeiro que percebeu na torre de menagem e sobre o caminho de ronda, archeiros, outros homens, que acenavam, como se houvesse grande nova. Atirou o cavalo pelo morro – e logo, ao transpor a levadiça, soube pelo sobrerrola que o seu avô Ulfan estava morrendo.

Depois, subindo a negra escadaria de pedra, o vílico ainda lhe contou que se receberam, nessa tarde, notícias de se terem revoltado e tresmalhado a monte todos os servos de Jarna...

Quando Enghelberto, abrindo a grossa porta de carvalho chapeado, avistou o avô estendido no rude leito feito de grossas traves negras, vestido com a cogula de Cister, entre tochas acesas, teve um brado de cólera contra os dois monges e o notário, que se conservavam imóveis, junto à alta fresta do quarto abobadado.

– Como ousastes?... Vilões, vilões!... O meu doce senhor morrendo sem as suas armas, já amortalhado na trapagem de frade, entre tochas!

O mais velho dos monges balbuciou, curvado sob aquela grande cólera:

– Senhor, está morto desde a hora de prima...

Enghelberto empolgou as barbas longas do santo homem, que sacudiu furiosamente:

– Mentos! Está vivo!... Vivo e forte para te arrancar a língua, falsário! Onde é que tu viste em toda a Dinamarca, um senhor – e o senhor de Elfingor!... – morrer desarmado?

Com os guantes de caça que arrancara das mãos, apagou violentamente as altas

chamas amarelas das tochas. Depois, tirando de sobre o peito do avô o crucifixo que atirou a um dos monges, gritou aos escudeiros apavorados que revestissem o seu senhor com todas as suas armas negras, sem sobreveste, como em dia de batalha.

E enquanto os escudeiros se apressavam, empurrou o vílico para o fundo da janela onde o sol ainda batia:

– Que me contavas há pouco de servos e de revoltas em Jarna?

O vílico, muito pálido, apenas sabia, por mensageiros chegados nessa tarde, que os servos se haviam levantado, matando o regente, por se terem dado vinte das suas mulheres e dez crianças, com cem carneiros e cinquenta marcos de prata, em saldo de uma dívida ao Mosteiro de Soroé... Tinham queimado vivo o regente, numa meda de palha...

Engelberto sorriu, tocando o buço leve:

– Lá iremos a Jarna... E também ao Mosteiro de Soroé, ver os carneiros e a prata, que decerto foram mal contados...

Voltou ao leito, arranjou sobre o corpo do avô, já armado, a espada, de modo que o forte punho pousasse bem sobre o coração, e murmurou, como no canto de morte de Lodborg:

– Era forte e feriu com a espada!

Depois estendeu a mão, num grande gesto de promessa, sobre a face do velho chefe, mais temeroso na sua rigidez:

– Sossegai, meu doce senhor, que eu serei tal como vós fostes no mundo. Terras que me deixais serão alargadas e o nome que de vós me vem se acrescentará em terror. Deste negócio de Jarna, não tenhais mágoa, que a vingança cairá onde é devida. Para a grande jornada que ides empreender, não vos faltará cavalo, que eu mandarei convosco enterrar o vosso, levando no arção um saco com cem marcos. Adeus! Que a Senhora Santa Virgem vos leve por sua mão ao Walhalla, como deve a um valente senhor de Elfingor!

Lentamente dobrou o joelho, beijou a rude mão coberta de rudes pêlos que pousava rigidamente sobre a espada. Depois, com um gesto seco aos monges silenciosos e encolhidos na sombra do capuz:

– Agora, sim! O senhor de Elfingor morreu! Trazei a mortalha e rezai as rezas!

Nessa noite o corpo de Ulfan, Cabeça de Ferro, foi aberto e enchido com sal, e por sobre a armadura, com que de novo o vestiram, rebrilhava uma túnica de pano de ouro, orlada de arminhos tingidos de vermelho. E assim o colocaram, depois de penteados os longos cabelos, na sua vasta cadeira de carvalho, no topo da sala de armas, com o seu escudo aos pés, e nas mãos um livro de horas coberto de pedras faiscantes. Ao lado, o bailio segurava o pendão de Elfingor –um sol negro sobre um mar de escarlate. Seis monges rezavam de joelhos nas lajes. A espaços, duas tubas de guerra ressoavam. E o notário, na sua longa garnacha negra, lia num rolo de pergaminho, numa grande voz, a resenha das batalhas que batalhara Ulfan, e os assaltos que fizera, e as fortalezas que tomara.

No entanto, desfilavam os oficiais de Kolnor, os feudatários, os archeiros, os homens de armas, os besteiros e todos os servos, e cada um dobrava o joelho ante o chefe morto, fazia o sinal da Cruz, e tocava com os dedos nas lajes, como para se cobrir de pó. E depois iam saudar Engelberto, que de pé no outro topo da vasta sala, se conservava imóvel e hirto, com um trémulo e alto molho de plumas brancas no elmo, uma sobreveste de lã branca por cima da armadura, um vasto manto de almáfega branca rojando em pregas no chão e as duas mãos envoltas num véu branco e pousadas sobre os copos da alta espada, de onde pendia um laço branco.

Ao outro dia, o grande corpo de Ulfan foi embrulhado numa pele de veado e

metido num sarcófago feito com as tábuas da galera em que ele comandara a sua expedição à Escânia. Aos seus pés, foi posta uma vasilha cheia de água benta do Jordão; sobre o seu peito pousaram uma relíquia santa, o osso de um dedo de Santo Anskere, e sobre cada uma das faces, a metade de uma hóstia consagrada. Seis vassalos de Elfingor conduziram o esquife, coberto com um pano tecido de ouro, de que Enghelberto, caminhando atrás nas suas grandes roupagens brancas, segurava com as duas mãos as duas pontas franjadas. Por todo o vasto terreiro brilhavam filas de tochas – e o rumor sob o céu cinzento era grande e lúgubre, com o gemer lento das tubas, o dobrar dos sinos e os uivos soltos das carpideiras.

Quando o esquife penetrou no vasto sarcófago de pedra bruta e rude como uma pia de gado, o alferes da mesnada colocou sobre ele, desembainhada, a espada de batalha de Ulfan. Então o notário, tirando de dentro da garnacha negra o rolo de pergaminho, de novo disse, numa lenta e grande voz, a nobreza de Ulfan, e os seus feudos, e as suas acções, e as suas batalhas, e todos os seus feitos em cinquenta anos de errante e sangrenta glória. E a cada pausa, num coro choroso, as carpideiras gritavam:

– Tanto revolveu a terra que abriu a sua sepultura!...

Depois, selado o enorme tampo de pedra com os selos de Elfingor e rezadas grandemente as bênçãos rituais, queimados o incenso e as resinas aromáticas, cada homem de armas, cada servo das glebas, veio depor sobre o sarcófago um ramo verde de pinheiro ou de abeto.

À porta do jazigo foi escavada uma grande cova, onde se enterraram vivos o cavalo de Ulfan e o seu lebréu favorito. E para que o chefe morto, antes de subir ao Walhalla, se não sentisse solitário no seu sepulcro, toda a noite, em redor, besteiros e soldados bateram com as lanças sobre os escudos e sopraram nas tubas de guerra.

E nunca na Dinamarca houve tão grande festim funerário. Das salas juncadas de erva verde, as mesas trasbordavam para o terreiro onde besteiros e colonos se sentavam em almofadas, sob velários franjados.

Os gamos, os gordos carneiros assados, eram trazidos sobre padiolas. Cem cessar se rolavam pipos, de onde as pontas das ascumas faziam esguichar a cerveja nova – e as canecas eram esvaziadas de um trago, em honra do chefe morto. Bardos e menestréis, ferindo as harpas, cantavam as lamentações de Gudrun, o canto de morte de Lodbrog. E os homens de armas, excitados pelos cantos heróicos, arrancavam as lorigas de couro e combatiam até que os fios de sangue corressem sobre os grandes peitos nus e brancos, por entre o rude pêlo ruivo.

No ar já triste da tarde, os sinos não cessavam de dobrar, lentos e lúgubres. Às grades das prisões, sob a torre, apareciam as faces escaveiradas dos prisioneiros que o cheiro das comidas atraía e que choravam de fome... E os soldados arrebatavam os arcos e frechavam os miseráveis. E quando desceu a noite, abandonando sem ruído a capela, as carpideiras seguiram os soldados para a beira dos fossos e para debaixo das árvores da horta...

Ao outro dia, toda a vassalagem se juntou na imensa sala de armas, onde Enghelberto, de pé diante da grande sede senhorial de Ulfan, esperava todo armado, com as suas armas de batalha, tendo de um lado o alferes que sustentava o pendão, e do outro o marechal da hoste, que trazia sobre uma almofada as chaves dos castelos de Kolnor, de Elfingor, de Jarna e de Lindau.

Então, pela grande porta, entrou o senescal, trazendo nas mãos, religiosamente, uma taça terrível e magnífica – um crânio humano cravejado de rubis, assentando sobre um pé de ouro, e que pertencera a Siwald, Olho de Enguia, rei da Gótia e da Jutlândia. Ajoelhando no grande silêncio, ofertou a taça a Enghelberto, que muito lentamente a ergueu nas mãos ambas, e gritou:

– Por meu avô Ulfan, pela taça de Siwald, que é a taça da memória, e perante vós todos que sois testemunhas, juro que nunca pagarei tributo! Com a espada e a lança ferirei, por amor dos meus direitos; ante os meus inimigos tornarei o meu nome terrível, e morrerei de pé e armado!

Bebeu lentamente, gravemente. Molhou as pontas dos dedos nas gotas que restavam no fundo da taça, e traçou sobre a couraça uma larga cruz. Depois, subindo ao estrado, tomou assento com força na sede senhorial, batendo com os punhos fechados, pesadamente, sobre os dois braços de carvalho lavrado, que representavam dois focinhos de lobo. E o duro fulgor do olhar, que relanceou pela vasta sala côncava, fez baixar de terror todas as faces.

Mas já os trombeteiros, correndo aos balcões, atiravam para o terreiro uns sons festivos e roucos. Os sinos repicavam com estridor. O sol negro do pendão, agitado, movia os seus raios negros sobre o elmo de Enghelberto; a seus pés jaziam as grossas chaves dos castelos; para a abóbada subiam rolos de fumo dos turíbulos que dois capelães acéfalos balouçavam, saltando sobre as pontas das sandálias. E a um gesto arrebatado do marechal da hoste, todos bradaram, com as espadas e lanças faiscando no ar:

– Preito a Enghelberto, príncipe da Escânia! Preito a Enghelberto, senhor de Elfingor! Preito a Enghelberto, duque de Jarna!

A imensa aclamação rolou, fazendo tremer as lanças nas hastarias, e ainda no terreiro ressoou mais alta, mais forte, repetida pela vilanagem que se apinhava até às barbacãs, agitando ramos verdes. Excitados, repuxando as correntes de ferro, os lebréus e os mastins latiam furiosamente.

Logo nessa madrugada, Enghelberto fez soar o alarme, e com dez lanças e cem archeiros, correu sobre Jarna.

Os servos revoltados, armados de chuços e de foices, apenas cobertos de peles rotas de carneiro, erravam num bando, já desordenado e incerto, pelas matas que limitavam a terra senhorial. Uma tarde, desceram para a beira de uma lagoa que altas dunas dominavam.

Aí os colheu Enghelberto e sobre eles correu com os seus pesados homens vestidos de ferro e os mastins ferozes, como numa alegre caçada.

As armaduras, os penachos, os pendões, o estridor das buzinas, deslumbraram e aterraram aquela horda miserável, e em breve, junto à lagoa cinzenta, sob o céu baixo e triste, não houve mais que um montão de cadáveres a que os cães lambiam o sangue, e uma fila de cativos, amarrados com grossas cordas, que os homens de armas iam empurrando a picadas de lança para as muralhas de Jarna.

Enghelberto resplandecia, no gosto e na glória da sangrenta façanha, e ainda por vezes, durante a marcha pelo vale sombrio, estacava o corcel e despedia uma frecha sobre o bando dos cativos, rindo do grito agoniado que se erguia, dos dorsos que se encolhiam de terror. Dois dos miseráveis, feridos, sem poder andar, foram amarrados pelos pulsos aos arções de dois cavaleiros e arrastados.

Depois, transpostas as enormes muralhas do imenso castelo de Jarna, logo no terreiro, sem descavalgar e sem atender ao vílico que o saudava e lhe oferecia as chaves da torre, intimou os servos cativos, sob pena de serem todos esquartejados, a que lhe apontassem o chefe que os incitara e os levara para o monte. Um homem de grandes membros, mais louro que o milho e de ar simples e doce, logo se adiantou, batendo no peito. Então Enghelberto, rindo, ordenou que o coroassem chefe e rei de rebeldes, com um aro de ferro em brasa. Depois – que o esfolassem!

E com um grande gesto de desdém, consentiu que aos outros cativos apenas se decepasse uma orelha e o nariz.

Então, desmontando, bateu com o guante de ferro na face do vílico que esperava, lívido e trémulo, e bradou:

– Vilão falso, que assim deixas tresmalhar as reses do teu amo! Limpa a face, besta feia! E de beber, de beber depressa, da boa cerveja nova, que a poeira foi grande!

Cedo, ao outro dia, Enghelberto saiu do castelo, montado numa mula branca, sem cota nem elmo, levando apenas uma lança de monte, e seguido de três escudeiros e de três mastins. Assim percorreu todas as suas terras, a seis léguas em torno de Jarna.

Adiante, marchava o verdugo, um machado na mão, um grande saco de couro a tiracolo. E ao passarem pelos servos que trabalhavam nos campos, por diante dos casebres dos colonos ou pelo meio dos povoados, o verdugo parava, tirava do saco pedaços de carne morta e arremessava-os para as portas e às faces dos homens ajoelhados, gritando:

– Aviso! Aviso! Orelhas e narizes de servos de Jarna!

Desde este feito, Enghelberto habitou o castelo de Jarna, que pela vastidão, a espessura das torres, as rochas sobre que se erguia e a sombria riqueza das velhas salas, melhor condizia com o seu orgulho, o seu gosto de luxo e o risco das bravas empresas – e o grande nome do duque de Jarna começou a ressoar temerosamente por sobre a Dinamarca, que, pela fraqueza do rei Elrico, o Cordeiro, e pela feroz turbulência dos condes e dos senhores, e pela imensa relaxação dos seus bispos que viviam de mortandade e de roubo, se tornara como uma terra bravia, sem lei humana, sem lei divina, e tão talada, tão esfaimada, tão revolta, que nela era melhor ser lobo do que ser homem!

Como é grande em ramagens um abeto entre tojos rasteiros, assim entre os maus barões era grande em maldade o duque de Jarna.

Não havia em toda a Jutlândia castelos mais fortes em fossos, muralhas, torres, trens e engenhos de guerra do que os castelos de Jarna, de Kolnor e de Elfingor. Dentro de cada um deles, na grossa torre da alcáçova, as paredes desapareciam sob os grossos molhos de armas, e as arcas estalavam ao peso do dinheiro em ouro e em prata. E atraídos pela sua fama sonora, pelos largos soldos que dava, pela esperança das ricas tomadas e pela violência das empresas, toda a sorte de homens bravios, aventureiros, bastardos pobres, vassalos, rebeldes, freires excomungados, bandidos e foragidos, corriam da Escandinávia, da profunda Germânia e até da Aquitânia e da Ibéria, para se acolherem ao seu seguro pendão e comer da sua farta caldeira.

Assim se tornou um chefe irresistível Enghelberto, senescal das Ilhas, príncipe da Escânia e senhor de Elfingor, a quem também chamavam o Cavaleiro de Estanho.

.....

## CRÍTICA E POLÉMICA

### IDEALISMO E REALISMO

(A PROPÓSITO DA 2ª EDIÇÃO DE «O CRIME DO PADRE AMARO»)

Aqui está pois um livro que eu escrevo pela segunda vez! *Habent sua lata libelli!*

Considerar-se-á talvez que esta reconstrução paciente é uma puerilidade, uma lamentável dissipação de esforço; que, num romance eivado originariamente de defeitos indestrutíveis, não é com adjectivos intercalados, entrelinhas e tiras coladas ao lado, que se melhoram os caracteres mal observados, que se dá luz e cor a paisagens mortas e que se rectificam os desenvolvimentos de uma paixão, erradamente seguidos...

Isto creio que é exacto quando se trata de um trabalho puramente imaginativo, conto de fadas ou novela ideal.

Se eu criei um príncipe encantado ou um galã à Antony, e lhes dei, na minha edição original, cabelos louros e sonhos místicos – não é realmente útil refazer, numa nova edição, o meu trabalho, para dar ao herói cabelos negros e pesadelos carnavais. É uma fantasia substituindo outra fantasia. Melhor seria escrever um livro novo, e apresentar o mesmo galã com outro nome, outra barba e outras paixões.

É porém diferente, penso eu, tratando-se de um romance de observação e de realidade, fundado em experiências, trabalhado sobre documentos vivos. Se eu quiser apresentar o tipo de um jogador, e o improvisar com reminiscências de leituras meio esquecidas, e sem mais notas do que aquelas que tenha acolhido uma noite, numa *soirée* honesta de praia de banhos, vendo primos joviais talharem uma batota doméstica a feijões – arrisco-me a fazer um *jogador* falso, pueril, vago e convencional.

Mas se, depois, eu frequentei a roleta bem instalada que o Estado patrocina, ou as baixas espeluncas da população do vício, se analisei, observei, colhi em flagrante a paixão, as expressões vivas em plena acção, estou habilitado talvez a pintar um jogador mais real e mais humano; e se, pela graça de um Deus favorável, o meu livro tiver uma segunda edição, eu devo claramente reconstruir o meu tipo com as observações e os documentos que acumulei – exactamente como, num tratado de medicina, um práctico introduz, numa segunda edição, os últimos resultados das experiências recentes.

Quando publiquei pela primeira vez *O Crime do Padre Amaro*, eu tinha um conhecimento incompleto da província portuguesa, da vida devota, dos motivos e dos modos eclesiásticos. Depois, por uma frequência demorada e metódica, tendo talvez observado melhor, eu refiz simplesmente o meu livro sobre estas novas bases de análise.

Quer isto significar que *O Crime do Padre Amaro*, publicado agora, dá em absoluto, na sua realidade complexa, o padre e a beata, a intriga canónica, a província em Portugal nesse ano da graça de 1879? Oh! certamente que não! O quadro tem infelizmente lacunas, lados de natureza mal estudados, recantos de alma explorados incompletamente, amplificações, exageros de traço... É, no entanto, toda a soma de observação e de experiência que eu possuo sobre este elemento parcial da sociedade portuguesa. A outros, mais penetrantes e mais hábeis, compete recomençar este estudo, e decerto com realidade superior.

É por meio desta laboriosa observação da realidade, desta investigação paciente da matéria viva, desta acumulação beneditina de notas e documentos, que se constroem as obras duradouras e fortes. Se as minhas são fracas e efémeras, é que eu não soube surpreender a verdade com suficiente penetração, e não provém decerto de que o método não seja eficaz.

A arte moderna é toda de análise, de experiência, de comparação. A antiga inspiração que em quinze noites de febre criava um romance, é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso. Infelizmente já não há musas que insuflam num beijo o segredo da natureza! A nova musa é a ciência experimental dos fenómenos – e a antiga, que tinha uma estrela na testa e vestes alvas, devemos dizê-lo com lágrimas, lá está armazenada a um canto, sob o pó dos anos, entre as couraças dos cavaleiros andantes, as asas de Eloá, a alma de Antony, os suspiros de Graziela, e os outros acessórios, tão simpáticos mas tão arcaicos, do velho cenário romântico!

*O Crime do Padre Amaro* recebeu no Brasil e em Portugal alguma atenção da crítica, sobretudo quando foi publicado, ulteriormente, um romance intitulado – *O Primo Basílio*. E no Brasil e em Portugal escreveu-se (sem todavia se aduzir nenhuma prova efectiva) que *O Crime do Padre Amaro* era uma imitação do romance do Sr. Zola – *La Faute de l'Abbé Mouret* – ou que este livro do autor do *Assommoir* – e de outros magistrais estudos sociais, sugerira a ideia, os personagens, a intenção de *O Crime do Padre Amaro*.

Eu tenho algumas razões para crer que isto não é correcto. *O Crime do Padre Amaro* foi escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872, e publicado em 1874. O livro do Sr. Zola, *La Faute de l'Abbé Mouret* (que é o quinto volume da série *Rougon-Macquart*), foi escrito e publicado em 1874.

Mas (ainda que isto pareça sobrenatural) considero esta razão apenas como subalterna e insuficiente. Eu podia, enfim, ter penetrado no cérebro, no pensamento do Sr. Zola, e ter avistado, entre as formas ainda indecisas das suas criações futuras, a figura do abade Mouret – exactamente como o venerável Anquises, no vale dos Elísios, podia ver, entre as sombras das raças vindouras, flutuando na névoa luminosa do Lete, aquele que um dia devia ser Marcelo! Tais coisas são possíveis. Nem o homem prudente as deve julgar mais extraordinárias do que o carro de fogo que arrebatou Elias aos Céus – e do que outros prodígios provados.

O que, segundo penso, mostra melhor que a acusação carece de exactidão, é a simples comparação dos dois romances. *La Faute de l'Abbé Mouret* é, no seu episódio central, o quadro alegórico da iniciação do primeiro homem e da primeira mulher no amor. O abade Mouret (Sérgio), tendo sido atacado de uma febre cerebral, derivada principalmente da sua exaltação mística no culto da Virgem, na solidão de um vale abrasado da Provença (primeira parte do livro), é levado para convalescer ao *Paradou*, antigo parque do século XVII a que o abandono refez uma virgindade selvagem, e que é a representação alegórica do Paraíso. Aí, tendo perdido na febre a consciência de si mesmo a ponto de se esquecer do seu sacerdócio e da existência da aldeia, e a consciência do universo a ponto de ter medo do sol e das árvores do *Paradou* como de monstros estranhos – erra durante meses, pelas profundidades do bosque inculto, com Albina que é o génio, a Eva desse lugar de legenda.

Albina e Sérgio, seminus como no Paraíso, procuram sem cessar, por um instinto que os impele, uma árvore misteriosa, da rama da qual cai a influência afrodisíaca da matéria procriadora; sob este símbolo da árvore da ciência se possuem, depois de dias angustiosos em que tentam descobrir, na sua inocência paradisíaca, o meio físico de realizar o amor. Depois, numa mútua vergonha súbita, notando a sua nudez, cobrem-se de folhagens; e daí os expulsa, os arranca o padre Arcângias, que é a personificação teocrática do antigo Arcanjo.

Na última parte do livro, o abade Mouret recupera a consciência de si mesmo, subtrai-se à influência dissolvente da adoração à Virgem, obtém por um esforço da oração e um privilégio da graça a extinção da sua virilidade, e torna-se um asceta sem nada de humano, uma sombra caída aos pés da cruz; e é sem que lhe mude a cor do

rosto que ele asperge e respira o esquite de Albina, que se asfixiou no *Paradou*, sob um montão de flores de perfumes fortes.

E dito isto, parece ficarem indicados e suficientemente lúcidos, os motivos que tenho para não supor *O Crime do Padre Amaro* uma tradução malfeita da *Faute de l'Abbé Mouret*. E não insisto na diferença das datas, apesar dela constituir o que se chamava, creio eu, em lógica, uma *impossibilidade metafísica*, porque sou bom cidadão, e o art. 6º da Carta impõe implicitamente o dever de não descreer dos milagres. Somente devo dizer que os críticos inteligentes que acusaram *O Crime do Padre Amaro* de ser apenas uma imitação da *Faute de l'Abbé Mouret*, não tinham, infelizmente, lido o romance maravilhoso do Sr. Zola que foi, talvez, a origem de toda a sua glória. A semelhança casual dos dois títulos induziu-os em erro.

Com conhecimento dos dois livros, só uma obtusidade córnea ou má fé cínica poderiam assemelhar esta bela alegoria idílica, a que está misturado o patético drama de uma alma mística, a *O Crime do Padre Amaro*, simples intriga de clérigos e de beatas, tramada e murmurada à sombra de uma velha Sé de província portuguesa.

– Mas, dir-me-ão indignadamente pessoas bem intencionadas, como se podem produzir tais acusações? – Meu Deus, bem simplesmente. Dos dois livros, a crítica decerto conheceu primeiro *O Crime do Padre Amaro*, e quando um dia, por acaso, descobriu, anunciado num jornal francês, ou viu numa vitrina de livreiro, a *Faute de l'Abbé Mouret*, estabeleceu imediatamente uma regra de três, concluindo que a *Faute de l'Abbé Mouret* devia estar para *O Crime do Padre Amaro* como a França está para Portugal. Assim achou sem esforço esta incógnita: PLAGIATO! Ou ainda, o que é mais provável, e mais grato ao Sr. Zola, conhecendo já a *Faute de l'Abbé Mouret*, apenas viu anunciado *O Crime do Padre Amaro*, estabeleceu logo a mesma regra de três, com os termos invertidos – e achou a mesma incógnita: PLAGIATO! *Sic itur ad abyssum!*

Mas parece que esta *Faute de l'Abbé Mouret*, tem sido para mim uma vasta e rica mina de arte, de onde eu vou, todas as manhãs, desenterrar a minha provisão de caracteres, de paisagens, de imagens e de adjectivos. Assim fui amargamente acusado de ter copiado o *Paraíso* do *Primo Basílio*, do *Paradou*, da *Faute de l'Abbé Mouret*.

O *Paraíso*, se por acaso leram e se lembram daquele meu livro, é um terceiro andar barato, para os lados da Bemposta, alugado ao mês, onde uma senhora e um cavalheiro se vão amar duas vezes por semana, do meio-dia às três. O *Paradou*, como já disse, é aquela vasta e maravilhosa floresta, onde erram, quase nus, Sérgio e Albina, procurando, num instinto amoroso, a árvore iniciadora da ciência!

– Mas então – dir-me-ão ainda – onde está a imitação?

– Pois não vêem? *Paradou*, *Paraíso* – há evidentemente plágio nas duas primeiras sílabas!

Que isto não pareça provir de um espírito rebelde e irreverente para com a crítica. Ninguém a respeita mais do que aqueles que fazem obras de observação e de realidade.

Os românticos (como confessa SainteBeuve) odiavam a crítica, e com razão, pelo mesmo motivo por que os monarcas absolutos detestavam a opinião pública. Para os românticos, a poesia ou a prosa desciam directamente da inspiração, como o direito dos reis descia directamente de Deus. O crítico, simples raciocinador, não tinha direito a achar defeitos ou mesmo a examinar de perto o que a inspiração, a musa, mandavam lá de cima a um Musset ou a uma George Sand. A poesia era um presente divino. O crítico, não iniciado, não podia avaliar pelas regras triviais do senso comum aquilo que cantava ou declamava um homem que vivia em comunicação permanente com o ideal. O poeta, o artista, o romancista, eram assim seres excepcionais, fora da lei e da regra humana, eleitos, formando uma legião de seres entre o homem e o anjo! A sua vida

mesmo não participava das condições humanas:

*Aimer, prier, chanter, voilà toute ma vie...*

diz Lamartine! Pode compreender-se a sua irritação quando um Cuvillier-Fleury, um Pontmartin, um Planche, pretendiam julgá-lo pelas leis razoáveis com que julgavam os outros homens.

– *Nós somos cristos!* – exclamava Novalis. – E um Cristo suporta mal um folhetim hostil...

Nós, porém, burgueses que não vivemos em comunicação permanente com o ideal, que nunca recebemos o beijo da musa, a quem a forma aérea jamais disse:

*Poète, prends ton luth et me donne un baiser...*

nós, homens, consentimos em ser julgados por homens. Estudando a realidade humana e social? aceitamos como um favor um conselho, uma prática, todas as admoestações daqueles que, vivendo na humanidade e na sociedade, têm uma experiência própria dessas realidades.

E isto não é só respeito pelos críticos, pelos príncipes da crítica, pelos seus *gros bonnets*, os ditadores da opinião, os especialistas – e de qualquer homem, o mais obscuro, ainda que nunca escrevesse uma linha, podemos aceitar indicações preciosas.

Quando se trata de eloquência ou de retórica, decerto só se pode admitir o crítico que conheça estas artes ilustres. Mas quando escrevemos de paixões ou de vícios, todo aquele que os sentiu, ainda que os não saiba exprimir, pode julgar-nos e apontar-nos o erro. Só um poeta sabe apreciar *Graziela*, obra de eloquência lírica, mas um simples carpinteiro pode discutir o *Assommoir*, obra de realidade social.

Eu, por mim, adoro a crítica: leio-a com unção, noto as suas observações, corrijo-me quando as suas indicações me parecem justas, desejo fazer minha a sua experiência das coisas humanas.

Foi por ocasião do aparecimento destes meus livros, *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, que se começou a falar em Portugal no *Realismo* e numa outra instituição que me dizem chamar-se a *ideia nova*. Ora o meu nome tem sido geralmente, em Portugal e no Brasil, associado a este *realismo* e a esta nova instituição. Designo-a pelo nome genérico de *instituição*, porque ignoro se é uma nova arte, uma nova política, uma nova religião ou uma nova filosofia; não sei mesmo se não será um novo clube ou uma companhia de seguros! Não creio que tivesse nascido em França, em Inglaterra ou na Alemanha, as três grandes nações pensantes. Suponho que é de origem portuguesa e inteiramente local. Ignoro os seus fins, o seu programa, os seus métodos, se já lançou, como é do estilo, a sua carta aos Coríntios e se nos traz alguma nova concepção do Universo!

Contudo, eu sou, nos documentos que tenho presentes, designado como «um dos seus chefes». Deduzo pois que há outros – talvez sete, como diante de Tebas! Num livro de versos que recebo agora, comentado por um mestre douto e amado, leio, a pág. 2, que «Lisboa recebeu com Hossanas os pregoeiros da ideia nova». Concluo que tivemos, como outros quaisquer, a nossa entrada triunfal em Jerusalém, e vejo daqui a nossa estimável estação dos Caminhos de Ferro, sonora de cantos e verde de palmas!... Em todo o caso, parece que foi breve o dia das alegrias e dos risos, porque um jornal recente me diz: «Aí estão, pois, aos golpes desse prodigioso atleta, prostrados por terra e mordendo o pó, os da ideia nova!» Concluo que fomos derrotados por um monstro solitário, um

ser disforme no género de Polifemo ou do amante de Onfale, e que, dos da «ideia nova», como da ala dos cavaleiros saxónios depois da jornada de Hastings, não resta mais do que um estendal de cadáveres, sobre que pairam os corvos de Usk!...

Tal foi a vida breve e morte trágica de uma *ideia* nacional que, segundo os jornais me afirmam, nos custou a vida, a mim e aos outros chefes!...

Eu sou pois associado a estes dois movimentos, e se ainda ignoro o que seja a *ideia nova*, sei pouco mais ou menos o que chamam aí a *escola realista*. Creio que em Portugal e no Brasil se chama realismo, termo já velho em 1840, ao movimento artístico que em França e em Inglaterra é conhecido por «naturalismo» ou «arte experimental». Aceitemos porém *realismo*, como a alcunha familiar e amiga pela qual o Brasil e Portugal conhecem uma certa fase na evolução da arte.

Este movimento tem encontrado em Portugal grandes hostilidades. Também no Brasil (não o digo sem algum despeito patriótico), se tem combatido o realismo com um talento superior e com ideias.

A opinião, porém, que os nossos inimigos fazem deste movimento literário, parece ser a seguinte: «Que é uma «escola» e se chama a *escola realista*. Que foi o Sr. Zola que a inventou, um belo dia, em Paris. Que o seu fim é pintar com minuciosidade quadros obscenos. E, finalmente, que tem uma retórica especial, abstrusa, torturada, rutilante, sem gramática e sem vernaculidade!»

É-me desagradável afectar um tom pedagógico e vir dar um desmentido autoritário a estas afirmações de pessoas estimáveis...

Mas na realidade o naturalismo nem foi inventado pelo Sr. Zola, nem consiste em descrever meticulosamente obscenidades, nem tem retórica própria, nem sobretudo é uma escola!

Em Portugal sempre houve uma tendência tenaz para subdividir a arte em escolas – o que prova, de resto, uma literatura de gramáticos e retóricos. Inventámos assim toda a sorte de escolas literárias – mais, certamente, em número, do que as de instrução primária! Chegámos a ter a escola de Lisboa, a escola de Coimbra, a escola de Castilho... coisas que nos parecem hoje tão antigas como o rapto de Helena ou as façanhas do impetuoso Ajax. Ainda conservamos, porém, as grandes escolas: clássica, romântica, satânica, elegíaca, e toda a sorte de confrarias das letras, isoladas em cubículos e celas, separadas por paredes-mestras: o cubículo de Boileau, o cubículo de Lamartine, o cubículo de Byron, o cubículo de Petrarca... Até o subtil e fino Baudelaire tem o seu cubículo! E aqueles grupos inimigos, arreganhando-se o dente, uns usando a cabeleira de Racine, outros o capacete de Persival, outros os cornos de Satã, outros a fruta pastoril de Samedo, ali vivem sepultados nas suas prosódias rivais, murando-se dentro delas, como o anão chinês dentro do seu vaso de porcelana...

Agora, temos a escola realista!

Não – perdoem-me – não há escola realista. Escola é a imitação sistemática dos processos de um mestre. Pressupõe uma origem individual, uma retórica ou uma maneira consagrada. Ora o naturalismo não nasceu da estética peculiar de um artista; é um movimento geral da arte, num certo momento da sua evolução. A sua maneira não está consagrada, porque cada temperamento individual tem a sua maneira própria: Daudet é tão diferente de Flaubert, como Zola é diferente de Dickens. Dizer «escola realista» é tão grotesco como dizer «escola republicana». O naturalismo é a forma científica que toma a arte, como a república é a forma política que toma a democracia, como o positivismo é a forma experimental que toma a filosofia.

Tudo isto se prende e se reduz a esta fórmula geral: que fora da observação dos factos e da experiência dos fenómenos, o espírito não pode obter nenhuma soma de verdade.

Outrora uma novela romântica, em lugar de estudar o homem, inventava-o. Hoje o romance estuda-o na sua realidade social. Outrora no drama, no romance, concebia-se o jogo das paixões *a priori*; hoje, analisa-se *a posteriori*, por processos tão exactos como os da própria fisiologia. Desde que se descobriu que a lei que rege os corpos brutos é a mesma que rege os seres vivos, que a constituição intrínseca de uma pedra obedeceu às mesmas leis que a constituição do espírito de uma donzela, que há no mundo uma fenomenalidade única, que a lei que rege os movimentos dos mundos não difere da lei que rege as paixões humanas, o romance, em lugar de imaginar, tinha simplesmente de observar. O verdadeiro autor do naturalismo não é pois Zola – e Claude Bernard. A arte tornou-se o estudo dos fenómenos vivos e não a idealização das imaginações inatas...

É fácil deduzir daqui que não foi o Sr. Zola o inventor do naturalismo. Ele é decerto uma forte e grande personalidade que deu ao movimento um grande e forte impulso. Ninguém como ele, nos seus escritos, o tem defendido e desprendido melhor do vago de teoria – e sejam quais forem os seus defeitos, o homem que escreveu o *Assommoir* ficará como um dos mais prodigiosos artistas deste século de artistas. Mas seria tão absurdo dizer que ele inventou o *naturalismo*, como dizer que Gambetta inventou a *democracia*!

Neste século, porém, no período científico do naturalismo, o Sr. Zola teve precursores ilustres: antes dele, estão os Goncourts; antes dos Goncourts, Flaubert, Taine e Sainte-Beuve – (porque o método do crítico penetrante que estuda um romancista, não difere do método do romancista que estuda um personagem) – e antes destes, havia ainda Stendhal, e ao lado dele, Balzac, e no século passado, Molière... Não me obriguem a remontar até Homero!... E verdadeiramente uma genealogia ilustre!

Mas, dir-me-á o leitor – o verdadeiro leitor, o cidadão que não é letrado nem teórico, mas simplesmente um ser impressionável, um átomo do grande público, que é no fim de tudo quem faz a arte – em que consiste pois esse famoso naturalismo? Que tenho eu com isso? Que posso eu lucrar com essa descoberta? Em que me interessa ela? Em que me educa, me diverte, me mostra a sua superioridade sobre a velha novela idealista? Porque me querem forçar a comprar o Sr. Zola, em vez de levar o meu dinheiro ao Sr. Júlio Sandeau?

Ora aqui tens, meu caro concidadão: supõe que tu queres ter na tua sala a imagem de Napoleão 1 passando os Alpes (estas fantasias são-te permitidas: a parede é tua, e podes cobri-la de escarros ou de figuras imperiais; são coisas que ficam com a tua consciência e com o Deus severo que te há-de julgar um dia). Que fazes tu? Chamas dois pintores: um que é idealista e que vem com a sua grenha, o seu casaco de veludo e o seu chapéu de aba larga, e outro que é realista, e que vem, como tu, de chapéu alto, com a sua caixa de tintas debaixo do braço. Dás-lhes o teu assunto e vais aos teus negócios.

E aqui está o que se passa na tua ausência sobre a tua parede:

O pintor idealista arregaça as mangas e brocha-te imediatamente este quadro: um píncaro de montanha; sobre este píncaro, um cavalo com as proporções heróicas do cavalo de Fídias, empinado; sobre esse cavalo, premindo-lhe as ilhargas, Napoleão, de braços e pernas nuas, como um César romano, com uma coroa de louros na cabeça. Em volta, nuvens; em baixo, a assinatura.

Dir-me-ão: é falso! – Como, falso? Este quadro foi, creio que é ainda, uma das jóias do Museu do Luxemburgo.

Durante esse tempo, o pintor realista, tendo lido a história, consultado as crónicas do tempo, estudado as paisagens dos Alpes, os uniformes da época, etc., deixou na tua parede o seguinte quadro: sob um céu triste, um caminho escabroso de serra; por ele,

resfolgando e retesando os músculos, sobe uma mula; sobre a mula, Bonaparte, abafado em peles, com um barrete de lontra e óculos azuis por causa da reverberação da neve, viaja, doente e derreado...

Qual destes quadros escolhes tu, caro concidadão? O primeiro, que te inventou a história ou o segundo, que ta pintou? O idealista deu-te uma *falsificação*, o naturalista, uma *verificação*. Toda a diferença entre o idealismo e o naturalismo está nisto. O primeiro falsifica, o segundo verifica.

Dir-me-ás talvez: mas isso é simples matéria de acessório, de decoração! E quando se trata de pintar a alma, o ser interior...

– Perfeitamente, aqui tens outro exemplo:

Suponho (tudo é permitido a uma alma como a tua, amante da arte e curiosa da vida), suponho, digo, que se trata de te descrever uma menina, que mora ali defronte, num prédio da Baixa.

Apresentam-se dois novelistas – o idealista e o naturalista. Tu dás-lhes o teu assunto: uma menina que se chama Virgínia e que habita ali defronte.

O idealista não a quer ver nem ouvir; não quer saber mais detalhes. Toma imediatamente a sua boa pena de Toledo, recorda durante um momento os seus autores, e, num relance, cria-te a menina Virgínia deste modo: na figura, a graça de Margarida; no coração, a paixão grandiosa de Julieta; nos movimentos, a languidez de qualquer odalisca (à escolha); na mente, a prudência de Salomão, e nos lábios, a eloquência de Santo Agostinho...

Dir-me-ão: é mentira! – Como, mentira? Vejam a criação da *Morgadinha dos Canaviais*, um romance, e feito pelo talento delicado e paciente de Júlio Dinis, o artista que entre nós mais importância deu à realidade. E todavia a sua *Morgadinha* é bem extraordinária. Ali está uma burguesinha da serra, vivendo na serra, educada na serra, e querendo ser a personificação da mulher da classe média em Portugal: ama com a sinceridade heróica de Cordélia; tem com os sobrinhos o tom de maternidade romântica da amante de Werther; pensa, em matéria de moral, com a altivez de Bossuet; fala da natureza com o colorido místico de Lamartine; junta a isto, em intrigas sentimentais, a finura das duquesas de Balzac – e quando fala de amor, julgamos ouvir Rousseau declamar. Sem contar que tudo quanto diz de poesia, de arte ou de religião, é de Chateaubriand!...

Mas voltemos à nossa Virgínia, que mora ali defronte. É agora o escritor naturalista que a vai pintar. Este homem começa por fazer uma coisa extraordinária: vai vê-la!...

Não se riam: o simples facto de ir ver Virgínia quando se pretende descrever Virgínia, é uma revolução na arte! É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenómenos dá a ciência das coisas. Este homem vai ver Virgínia, estuda-lhe a figura, os modos, a voz; examina o seu passado, indaga da sua educação, estuda o meio em que ela vive, as influências que a envolvem, os livros que lê, os gestos que tem – e dá enfim uma Virgínia que não é Cordélia, nem Ofélia, nem Santo Agostinho, nem Clara de Borgonha – mas que é a burguesa da Baixa, em Lisboa, no ano da graça de 1879.

Caro concidadão, a qual dás tu a preferência? O primeiro mentiu-te. A Virgínia que tens diante de ti é um ser vago, feito de frases, que não tem carne nem osso, e que, portanto, não pertencendo à humanidade a que tu pertences, não te pode interessar. É uma quimera, não é um ser vivo. O que ela diz, pensa ou faz, não te adianta uma linha no conhecimento da paixão e do homem.

Uma tal Virgínia não pode ficar como documento de uma certa sociedade, num determinado período: é um livro inútil.

Tens diante de ti uma moeda falsa.

O segundo dá-te uma lição de vida social: põe diante dos teus olhos, num resumo, o que são as Virgínias contemporâneas; faz-te conhecer o fundo, a natureza, o carácter da mulher com quem tens que viver. Se a Virgínia, em conclusão, não é boa – evitarás que tua filha seja assim; podes-te acautelar desde já com a nora que te espera; é-te lição no presente, e, para o futuro, ficará como um documento histórico.

É uma verificação da natureza.

E aqui tens, caro concidadão, reduzido a fórmula familiar, ao alcance da tua compreensão e despido de névoas filosóficas, o que é o idealismo e o que é o naturalismo, na pintura, no romance e no drama.

Bristol, 1879.

### «OS VENCIDOS DA VIDA»<sup>3</sup>

«O amável *Correio da Manhã*, fazendo hoje o retrato social dos *Vencidos da Vida*, um por um, para lhes contestar este título acabrunhante, continua e engrossa o ruído de publicidade que a imprensa tem erguido ultimamente em torno deste grupo jantante, com considerável desgosto dos homens simples que o compõem. Pode parecer talvez estranho que esta ressoante publicidade assim magoe os derrotados. Não permitem eles que hebdomadariamente as gazetas anunciem a sua reunião em torno da mesa festiva? É verdade. Mas se o fazem é para que a opinião se não possa, de modo algum, equivococar sobre o motivo íntimo que todas as semanas os arranca dos seus buracos, para os juntar num gabinete de restaurante, ao lusco-fusco, no isolamento sumptuoso de quatro cortinas de repes.

Homens que assim se reúnem poderiam logo, neste nosso bem-amado país, ser suspeitados de constituir um sindicato, uma filarmónica ou um partido. Tais suposições seriam desagradáveis a quem se honra de costumes comedidos; o respeito próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa e trocar algumas considerações amargas sobre o colares. De resto, o sussurro atónico que de cada vez levantam estas refeições periódicas não é obra sua – mas da sociedade que, com tanto interesse, os espreita. Eles comem – a sociedade, estupefacta, murmura. O que é, portanto, estranho, não é o grupo dos *Vencidos* – o que é estranho, é uma sociedade de tal modo constituída que, no seu seio, assume as proporções de um escândalo histórico, o delírio de 11 sujeitos que uma vez por semana se alimentam.

O que de resto parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã*, é que se chamem *Vencidos* àqueles que, para todos os efeitos públicos, parecem ser realmente *vencedores*. Mas que o querido órgão, nosso colega, reflecta que, para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava. Se um sujeito largou pela existência fora com o ideal supremo de ser oficial de cabeleireiro, este benemérito é um *vencedor*, um grande *vencedor*, desde que consegue ter nas mãos uma gaforina e a tesoura para a tosquiá, embora atravessasse pelo Chiado cabisbaixo e de botas cambadas. Por outro lado, se um sujeito, aí pelos vinte anos, quando se escolhe uma carreira, decidiu ser um milionário, um poeta sublime, um general invencível, um dominador de homens (ou de mulheres, segundo as circunstâncias), e se, apesar de todos os esforços e empurrões para diante, fica a meio caminho do milhão, do poema ou do penacho – ele e para todos os efeitos um vencido, um morto da vida, embora se pavoneie por essa Baixa amortalhado numa sobrecasaca do Poole e conservando no chapéu o lustre da resignação. Dito isto, só podemos juntar que os *Vencidos* oferecem o mais alto exemplo moral e social de que se pode orgulhar este país. 11 sujeitos que há mais de um ano formam um grupo, sem nunca terem partido a cara uns aos outros; sem se dividirem em pequenos grupos de *direita* e *esquerda*; sem terem durante todo este tempo nomeado entre si um presidente e um secretário perpétuo; sem se haverem dotado com uma denominação oficial de *reais vencidos da vida* ou *vencidos da vida real* ou *nacional*; sem arranjar estatutos aprovados no Governo Civil; sem emitirem acções; sem possuírem hino nem bandeira bordada por um grupo de senhoras «tão anónimas quanto dedicadas»; sem iluminarem no primeiro de Dezembro; sem serem elogiados no *Diário de Notícias* – estes homens constituem uma tal maravilha social que certamente para o futuro, na ordem das coisas

---

<sup>3</sup> Este escrito foi publicado sem assinatura no nº de 29 do mês de Março de 1889 de *O Tempo*, em resposta a um comentário feito por Pinheiro Chagas no *Correio da Manhã*.

morais, se falará dos *onze do Braganza*, como na ordem das coisas heróicas se fala dos *doze de Inglaterra*.  
Dissemos.»

## AINDA SOBRE A ACADEMIA

Nada me poderia, neste vale de lágrimas, pesar tanto como a melancólica e enfadonha obrigação de replicar ao artigo (*Eça de Queiroz e a Academia*), em que o meu velho amigo Pinheiro Chagas recombateu, aqui mesmo, o bom combate pelo júri, o relatório, o concurso e o prémio! – Só, na verdade, por Pinheiro Chagas, cujos golpes são, como os de Roldão, uma honra que pede logo grande tropel e grande batalha – eu afrontaria o atroz e intenso tédio de remexer novamente no júri, no relatório, no concurso e no prémio, pulverulentas e defuntas coisas que pertencem às trevas do passado tão legitimamente como os muros de Tróia, o clube dos *Camilos* e os poemas do poeta sem par que se chamou Guilbert de Pixérécourt.

Já num desventuroso dia de loquacidade meridional eu estirei por este *Repórter* fora, sob a forma de carta a Mariano Pina, cinco infindáveis léguas de prosa no interesse do júri, do relatório, do concurso e do prémio. Repisar, teimar ainda, uma vez mais exumar esses cadáveres, o júri, o relatório, o concurso e o prémio – é monstruoso! A quanto me força esse desapiedado e querido inimigo!

Felizmente, por mais que rebusque e fareje no vasto artigo, não encontro nada essencial que, por amor das minhas ideias, eu tenha a debater com o meu fecundo e ardente confrade. Toda a sua eloquência e graça, que são consideráveis, passam através da minha carta a Mariano Pina como esta brisa de Junho através das árvores do meu quintal. Há um largo e estouvado sussurrar de folhas – e nenhuma folha cai.

Os dois pontos vivos dessa carta, que a enchiam e lhe davam valor e feição – nem Pinheiro Chagas os ataca, nem sequer levemente lhes roça com a pena.

O primeiro desses pontos, com efeito, a minha laboriosa justificação do voto que excluiu A RELÍQUIA, não podia ser decentemente assaltado por Pinheiro Chagas. Esse ponto é tanto meu – como do meu douto amigo. Toda a minha argumentação leva, por estradas directas e limpas, exactamente à mesma conclusão a que Pinheiro Chagas já chegara no seu *Relatório* – através de vielas tortuosas e mal frequentadas.

Cada um seguiu o caminho que lhe reclamava a sua conveniência ou o seu temperamento: mas encontrámo-nos pontualmente no mesmo sítio, à porta do recinto sagrado da Academia, atirando ambos um pontapé paralelo à lombada do livro infeliz!

Se eu vim por uma velha avenida real, e Pinheiro Chagas por um atalho de cabras – que importa? Ambos nos achamos lado a lado e quase abraçados, ao cumprir o acto de segura justiça. Agora Pinheiro Chagas, ansioso por acumular todos os louros, pretende – que só o repelão que ele deu ao livro era o bom, e só as suas razões para dar o repelão eram as boas.

Perfeitamente! Não lho contesto.

Tudo isso no fundo se limita a uma questão de gostos e de hábitos. Eu entendo que, em nome de uma Academia, só se devem apresentar razões graves e académicas; Pinheiro Chagas entende que, em nome da Academia, só se devem oferecer razões de folhetim e de cavaqueira. Bem! não lhe chicano essa opinião que depende sobretudo do juízo que cada um forma da Academia.

Na conclusão final, porém, estamos concordes? Certamente. Então, nada se ganha em esmiuçar pueris detalhes. O corvo e a serpente, como se conta na fábula índia, mataram ambos o sapo. Um chegou, voando, o outro, rastejando. Mera diferença de naturezas que nada tem com o merecimento pessoal dos bichos. Ambos são bichos respeitabilíssimos. O corvo teve a intimidade de S. Vicente e a serpente a amizade de Salomão.

O outro ponto fundamental da carta a Mariano Pina – a minha tese, bem ou mal

estabelecida, de que o concurso estava absurdamente organizado, e de que se não podiam, por heterogéneos, comparar um drama romântico em verso, e um romance arqueológico em prosa, o *Rui Blas* e a *Salambô*. – Pinheiro Chagas não o ataca e não me põe, portanto, na difícil necessidade de o defender. Não o ataca com as suas duras armas, nem sequer lhe bole com o dedo, para ver se ele é de granito ou de papelão. Deixa-o intacto, sem a arranhadura de um adjetivo, fresco, sólido, como novo, pronto a servir noutra campanha. Apenas ao passar, de longe, muito de longe, me dardeja a mim uma olhadela oblíqua, rosnando: «Dizes isso por despeito, por não teres apanhado o prémio!»

Em geral, a todos os meus argumentos, Pinheiro Chagas, por entre os ornatos e as flores de linguagem, lança constantemente esta réplica tão característica, tão literária, tão crítica, de tão bom gosto: – «Tudo isso é ferro por não teres apanhado o conto!» Aqui, porém, neste ponto da organização do concurso, ele não se contenta em insinuar, mas claramente proclama o «meu despeito e o meu ferro». Dizer a Pinheiro Chagas que não cabe um desapontamento onde não houve uma expectativa, e que, mandando o livro à Academia *com a certeza* de que ele não alcançaria prémio, nunca me poderia espantar ou irritar de que ele regressasse das portas da Academia sem prémio – seria inteiramente inútil. Nunca Pinheiro chagas (a não ser que eu lhe falasse um momento ao ouvido), acreditaria nesta minha *certeza* e nesta indiferente falta de expectativa.

Esse querido amigo tem vinte anos de jornalismo, de currículos, de política, de S. Bento e de partidos – e nunca lograria desembaraçar-se suficientemente do seu cepticismo, para chegar a acreditar que eu falei por amor dos princípios desatendidos – e não por despeito dos pintos perdidos.

Suponhamos portanto que eu berro por despeito – e que toda a face se me acende de rancor e de inveja. Pois bem! Neste vil estado de alma, que enojaria Marco Aurélio, eu fiz uma afirmação: – afirmei que Pinheiro Chagas não podia, como crítico e criticamente, comparar, para um fim de escolha e de prémio, um romance arqueológico em prosa e um drama romântico em verso. Lívido e roído pelas cobras verdes do ciúme, eu estabeleci esta tese. Mas desde que a estabeleci por escrito, num jornal – ela fica separada da minha personalidade, torna-se impessoal e abstracta, vivendo só por si e pela razão que em si contém.

Nada importa para o seu mérito que ela provenha de um vil despeito pessoal ou de uma alta convicção literária. A origem, torpe ou nobre, de uma ideia, nada tem que ver com a sua exactidão. Quando Pinheiro Chagas, no parlamento, no seu banco de opposição, atira um argumento contra o projecto de um ministro – este argumento possui um valor próprio, intrínseco, independente de ter a sua origem no zelo de Pinheiro Chagas pelo bem público, ou no despeito de Pinheiro Chagas por não ser já ministro. Ruidosa e legítima seria a indignação de Pinheiro Chagas, se, em tal caso, o ministro atacado lhe retrucasse: – «Você fala assim por lhe terem tirado a farda, o correio e a tipóia ao mês!» Pois é isto que Pinheiro Chagas, *mutatis mutandis*, me diz a mim, com a face tranquila. Eu não me indigno. Limito-me a pedir ao meu erudito amigo Pinheiro Chagas que não faça aos outros em literatura –aquilo que não queria que outros lhe fizessem a ele em política. Limito-me a rogar-lhe que separe os meus motivos – dos meus argumentos. Os meus motivos são torpes. Mas os meus argumentos aí estão – com a sua existência própria e o seu peso próprio, para Pinheiro Chagas os atacar como tais e implacavelmente os reduzir a pó!

Toda a questão fica assim clara, simples, limpa de individualidades.

A minha tese tal como a formulei na carta a Mariano Pina (para me resumir e só aludir ao drama e ao romance) é que se não pode escolher,, por comparação, e para um fim de prémio, entre um drama romântico em verso e um drama arqueológico em prosa

– um vivendo da paixão, outro vivendo da erudição, um dando a síntese dos caracteres pela eloquência, outro dando a análise dos caracteres pela investigação.

O meu argumento é além disso – que as qualidades cénicas e teatrais do drama tornariam o romance enfático e vago; e que os predicados de reconstrução e de ressurreição erudita, de sábio detalhe, que dariam ao romance uma viva possibilidade histórica e o tornariam merecedor de prémio, converteriam o drama numa obra didáctica, difusa, chata, votada ao assobio e completamente indigna de prémio. E que portanto eles se não podem comparar, que entre eles se não pode escolher, e que não pode um júri dizer qual é preferível como obra literária – se o *Rui Blas* se a *Salambô*.

Nisto consiste o meu argumento. Ele é sem dúvida facilmente destruível, e Pinheiro Chagas vai destruí-lo com um sopro. Mas para me esclarecer, para me instruir, eu desejo testemunhar esse decisivo desbarate. – Não quero porém frases, nem chistes, nem decrépitas e balofas declamações «sobre o talento», nem velhos croquetes de retórica, requentados e servidos num bocado de jornal. Quero razões nítidas, positivas, especiais, técnicas, de *homem do ofício*. Quero literatura e crítica – e não ênfase e rabulice. Quero a demolição, argumento por argumento, da minha tese. Quando eu a vir por terra, com o lamentável aspecto de uma ruína mole de cartão, baterei então no peito, altamente afirmarei que o concurso foi uma coisa excelente que a minha ignorância não compreendera, e que ninguém tem honestamente o direito de se queixar dele nas gazetas.

Mas enquanto os meus argumentos conservarem estabilidade e fôlego, eu continuarei placidamente a afirmar que o concurso foi uma burla, uma ficção – e que, preferindo o drama, se fez uma escandalosa injustiça ao ilustre autor do romance. E se, por causa da manifesta honestidade do júri, não se torna admissível a suposição de injustiça – então resta-me o direito de concluir que o júri e Pinheiro Chagas, à maneira do meu velho criado Vitorino, têm por opinião que poemas, romances, dramas, livros de viagens, odes e almanaques, tudo são coisas comparáveis – *por serem em letra redonda!*

Em resumo: eu, neste caso, ou possuo uma crítica muito curta, ou tenho uma razão muito forte. Das duas torres deste dilema ninguém certamente me desaloja. Infelizmente, desconfio que possuo uma crítica muito curta: e já todo eu tremo, e ao mesmo tempo me regalo, pensando que a demolição dos meus argumentos por Pinheiro Chagas (que pouco mais lhe custará que o esforço de levantar a pena) – vai ser para mim simultaneamente uma sova e uma luz. Mas, enfim, é possível que a minha tese se mostre inexpugnável. Todo o génio de Napoleão se quebrou contra os quatro muros velhos de São João de Acre. Nada ousa pois assegurar – enquanto se realiza esse arrasamento que me vai conjuntamente educar e desancar.

Quando ele vier, largo e superior, eu quero logo gritar a Pinheiro Chagas com entusiasmo: –«Relator do concurso, és um mestre!» Se porém Pinheiro Chagas não arrasar a minha tese, então com a familiaridade a que me autoriza a nossa velha camaradagem e lembrando a história simbólica do meu criado Vitorino (para quem, a respeito de livros, *isto ou aquilo tudo era a mesma coisa, por ser em letra redonda*) eu tomarei a liberdade grande de dar uma palmadinha no ombro do meu ilustre amigo, e de lhe murmurar risonhamente: – «Relator do concurso, és um *Vitorino!*»

E de *vitorinice* (e mesmo de ficção e chalaça) continuará este concurso a ser acusado, enquanto se lhe conservar a absurda organização que, agora, inteiramente o desvirtua. Cada ano surgirão dificuldades mais marcadas – levando às decisões mais disparatadas: e de cada vez irá crescendo no público o desdém pela Academia.

Assim, suponhamos que para o próximo concurso apenas se apresentam dois livros: um volume de história e um volume de poesia. E, para exemplificar com mais

precisão, suponhamos ainda que um se chama a *História da República Romana* e outro as *Flores do Campo*.

Neste caso nem mesmo se pode tomar para termo de comparação, como Pinheiro Chagas vagamente tentou, a importância dos dois géneros. Ninguém pode afirmar com segurança qual é mais importante para a educação e elevação do espírito humano, se a história se a poesia, se Tácito ou se Virgílio. Ambos são factores igualmente indispensáveis às duas grandes faculdades que dirigem o homem e lhe modelam o destino – a razão e a emoção. E, eliminando este termo de comparação (que ainda poderia ser aduzido tratando-se de uma série de estudos históricos e de uma colecção de receitas de cozinha), nenhum outro termo resta. Que vão então fazer na Academia?

Um estudante de retórica, e nela três vezes reprovado, sente confusamente a impossibilidade de comparar entre um grande historiador e um grande lírico. Numa ordem mais baixa, o mais bronco cortador dos talhos municipais sabe claramente que se não podem comparar as histórias que ele ouviu da *Maria da Fonte* e os versinhos que ele canta ao *fado corrido*. Só a Academia, a grande corporação literária do país, nada parece saber. E com a maior simplicidade, placidamente, compara e equipara, para entre ambos escolher – um estudo sobre as campanhas da Gália e versos feitos a uma rosa!

É perfeitamente fantástico!

Em contraste com estes dois pontos essenciais da minha carta a Mariano Pina, que Pinheiro Chagas deixou intactos – há no seu artigo toda uma coorte de acusações, que eu por mim não posso consentir que permaneçam de pé e prontas a servir noutra campanha.

Numa delas, a mais considerável, declara-me Pinheiro Chagas «desleal» por ter desnaturado o seu pensamento, afirmando que ele queria na *Relíquia* a paixão de Jesus vista pelo lado burlesco. Uma acusação de deslealdade é sempre grave. Felizmente, por um fausto acaso, eu guardei o *Relatório* de Pinheiro Chagas e posso, portanto, copiar aqui as frases formais que me levaram a essa asserção. Aqui está uma dessas inequívocas frases: – «este homem (Teodorico) devia dar ao mundo um *Evangelho burlesco*, ímpio decerto, mais escandaloso do que as memórias de Judas, mas que seria em todo o caso uma obra de arte notável». Há ainda outras, tão explícitas, desenvolvendo eloquentemente a mesma ideia. Mas esta basta! E se ela não quer dizer que eu devia ter dado ao mundo um *Evangelho burlesco* – que quer dizer então, justos Céus? Em nome da verdade e da luz, o que quer ela dizer? Pretende agora Pinheiro Chagas, se não me engano, que, falando do *Evangelho burlesco*, ele subentendia outra coisa. Qual fosse «essa coisa» não o chega a explicar nitidamente. Em todo o caso, desde que o meu verídico amigo assegura que não quis mentalmente dizer o que as suas palavras literalmente significavam – eu suplico a Pinheiro Chagas que, na sua benevolência, me perdoe o ter tão levemente avaliado o seu pensamento pelas suas palavras. Mas que Pinheiro Chagas, por seu turno, apague e raspe essa incriminação de deslealdade. Pinheiro Chagas só deve queixar-se de que eu sou tão limitado – que apenas compreendo o que a sua pena publicamente escreve, e não consigo adivinhar o que o seu espírito secretamente pensa. Houve em mim condenável falta. Mas não foi a de ser desleal – foi a de não ser feiticeiro!

Depois acusa-me Pinheiro Chagas (ainda que sob uma forma genérica) de «ter condenado como imbecil a escolha feita pela Academia...». Que replicar a isto, Deus clemente? Não há na minha carta a Mariano Pina um período, uma fugidia frase, um pobre verbo assolapado, uma vírgula sequer, que implique ou insinue uma semelhante condenação! Nada! nada! Quem se abalance ao fastidioso trabalho de reler essa carta,

pode logo ver, tão distintamente como se vê o Sol, que eu condenava em geral *qualquer escolha, toda a escolha*, partindo sempre do meu princípio, bom ou mau, de que se não pode comparar o *Rui Blas* com a *Salambô*, ou cartas de viagem com odes ao duque de Ávila!

Em seguida acusa-me Pinheiro Chagas (ainda que genericamente), de «procurar rebaixar o merecimento do escritor que todo o país exaltara, e apresentá-lo como indigno de me disputar o prémio». Isto é simplesmente prodigioso! Não há também na minha carta uma linha, não há um simples ponto de reticência, por onde se possa desconfiar de que eu, mesmo remotamente, mesmo escondido por trás de rebuços e véus, tentasse amesquinhar o simpático autor do drama laureado. Uma semelhante amesquinhação seria tão grosseira, e sobretudo tão lorpamente inábil!... Nem o mais tosco simplório, ainda fresco dos matagais da serra, cairia em mostrar assim, como num espelho, o seu despeito e o seu rancor.

É uma mera e transparente invenção do meu bom Pinheiro Chagas – que pode ser acolhida, segundo o temperamento de cada um, com um sorriso de misericórdia ou com um empurrão irritado.

Eu, que conheço Pinheiro Chagas, aconselho o sorriso.

Tudo isto, na verdade, constituiria uma abominação, se se tratasse de um escritor que, nos seus escritos, pusesse ao mesmo tempo – mais seriedade e mais perversidade. Teríamos então aqui uma dessas repulsivas tricas de polemista rábula, que, retrucando a um artigo publicado há longas semanas, e de que ele supõe que o público já se não recorda, lhe atribui perfidamente toda a sorte de feias proposições, que o pobre artigo não encerra, com o fim de tornar o autor desagradável e antipático aos olhos dos simples e aos olhos dos esquecidos. Encontraríamos de facto aqui uma aplicação da velha e sólida máxima de D. Basílio: – *Calomniez, calomniez, il en restera toujours quelque chose!*

Somente, tratando-se de Pinheiro Chagas, o caso é radicalmente diferente. Ele é o mais honesto dos homens. Nunca da sua pena saiu voluntariamente uma falsidade ou uma perfídia. Recto, bom, amável, generoso, leal, largo de coração, ele senta-se candidamente à banca, toma a pena – para afirmar apenas o que é verídico e defender apenas o que é justo. Não sei se a pena de Pinheiro Chagas é de pato ou de aço: em todo o caso deve ter, como todas, uma haste ligeira que ele ao princípio sustenta e domina entre os dedos. A vela arde e o ilustre escritor começa a escrever... E eis que, instantes depois, aquela curta haste, conduzida pela mão já excitada, sob os impulsos impacientes da imaginação que aqueceu – larga, abala, corre, galga, pula, cabriola, redemoinha, mais tonta e levantando mais pó que um potro bravo do Hedjaz solto através do deserto. Já Pinheiro Chagas a não pode sopear. De facto, já o nosso desditoso amigo vai arrastado por ela, como Mazepa pelo seu corcel – e foge, rompe, fende, salta aqui as balizas da cortesia, atropela além a nudez da verdade, tudo escangalha e tudo espezinha, até que escritor e pena rolam no pó, exaustos, arquejantes, inúteis para tudo e irresponsáveis por tudo!

Pinheiro Chagas é o Mazepa do folhetim – um Mazepa de chapéu alto. Com a diferença, porém, de que Mazepa se ergueu ao fim da fabulosa carreira, para encontrar em torno de si uma horda bárbara que o aclamava rei! E Pinheiro Chagas, quando se levanta, acha-se rodeado de amigos que apenas sorriem e lhe gritam com uma repreensão cheia de carinho: – «Oh, homem, quando há-de você ter juízo?» E ele próprio, limpando o suor, e olhando para trás, para as conveniências que transpôs, para a verdade que pisou, suspira, com aquela sua honestidade que é tão alta e aquela sua inteligência que é tão clara, e, descontente de si, recolhe desconsoladamente a pena.

Depois, no dia seguinte, recomeça.

Que longo discurso! E com que susto, com que fastio, com que contrariedade o venho desenrolando! Todas estas coisas locais, caseiras, lisboetas – o júri, o concurso, o prémio – que em Lisboa, no seu elemento próprio, me teriam interessado por lhes sentir bem a realidade, chegam-me aqui, através dos mares, já desbotadas, vagas, esfumadas, confusas, espectrais. Caem num meio totalmente alheio e diferente; e, vistas ao lado de outras ideias e de outros interesses, as suas proporções encolhem até à minuscuidade, a sua solidez adelgaça-se até à diafaneidade. Parece-me que estou aqui a vibrar grandes lançadas contra pequenos rolos de névoa.

E para quê! Que me pode importar a maneira, ignara ou sábia, como a Academia organiza o seu concurso? Que esperança nutro eu de que as minhas objecções sejam atendidas pela douta assembleia? Perco aqui, falando, o meu útil dia de trabalho e o meu útil dia de passeio – e a Terra continua a girar, o *Relatório* de Chagas a ser considerado uma soberba obra de critica, e a Academia a decidir gravemente entre as manobras de César na Gália Narbonense e as pétalas de uma rosa em verso!

Mas quê! Pinheiro Chagas arremete contra mim, com o seu usual transporte, um verdadeiro *furor chaguensis*, como diria Bismarck, se conhecesse este meu interessante e impetuoso amigo, e eu, pela consideração devida a um homem cujos golpes, como os de Roldão, são uma honra que reclama logo grande tropel e grande batalha –sou forçado a defender a minha humilde carcaça... Mas faço-o, o céu me é testemunha, com infinito respeito e doçura – mostrando sempre que, quando Pinheiro Chagas me joga golpes que parecem traiçoeiros, quando atribui as minhas convicções de literatura a despeito de pecúnia, quando inventa pelas costas que eu quis «amesquinhar o candidato laureado», quando declara que eu votei *por mim* nessa carta em que eu dei o meu voto *contra mim* – procede por impulso da sua leviandade e não por cálculo da sua malícia. Não abriga malícia aquele coração limpo. E se eu procuro atirar pelos ares a estouvada pena de Pinheiro Chagas – é só, só, para mais livremente poder apertar a sua mão honrada e amiga.

Bristol, 1888.

## NOTAS DO MÊS

(COLABORAÇÃO NA «REVISTA DE PORTUGAL»)

### EL-REI D. LUÍS

Aos cinquenta e dois anos de idade, depois de vinte e oito anos de reinado, morreu na manhã de 19 de Outubro, na cidadela de Cascais, o vigésimo oitavo rei de Portugal, o senhor D. Luís I. Por longos e lamentosos dias velou a sua agonia a rainha – cheia daquele ânimo magnífico e grave com que na casa de Sabóia, desde os velhos tempos de Humberto, senhor de Tarentesia, os homens afrontam os perigos e as mulheres as provações. E toda a Nação o chorou numa infinita piedade.

Com el-rei D. Luís, finda um período interessante da nossa História. Durante ele, Portugal, emergindo da anarquia doutrinária que o desmantelava desde 1820, consoma o seu desquite com o passado, quebra o seu pacto com os ideólogos – e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e inéditos males, no caminho do utilitarismo, do fomento e do progresso material. Para presidir a esta revolução, que cobriu a terra de instrumentos de riqueza e radicou na gente a importância dos interesses, el-rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congénere e perfeito. Daí proveio, entre o rei, beneficentemente inclinado às reformas, e o reino, que ardentemente se reformava, uma harmonia sólida e séria que, em vinte e oito anos, não sofreu uma interposição nem foi toldada por uma sombra.

Na paz política que assim se criou (e que exteriormente teve considerável beleza), pôde lentamente, através do rei, ser observado o homem; e este desde logo cativou o país pela sua genuína e positiva bondade. Vítor Hugo afirmava que só existiam duas coisas verdadeiramente grandes – o génio e a bondade: Michelet acrescentava que dessas duas grandezas era verdadeiramente real – a bondade. Decerto estes dois homens, supremamente bons e geniais, entendiam por bondade – aquela virtude activa que, pela elevação e amplitude das suas manifestações, participa do heroísmo. O exercício, porém, desta bondade heróica, necessita de uma ilimitada potência e expansão de vontade, de uma vontade sublimemente alheia ao mundo, como num S. Francisco de Assis, ou irresistivelmente dominante no mundo, como num Trajano – incompatível portanto com as limitações impostas, nas democracias, a um rei constitucional. Dentro dos nossos organismos sociais, a virtude nativa de um rei só se pode traduzir nas manifestações discretas e quase íntimas da generosidade, da indulgência, da cortesia, da afabilidade, da benquerença. Todas estas expressões de bondade as teve o rei lamentado: – e ninguém mais do que ele, na terra em que reinou, foi amável, polido, modesto, caridoso, sereno e bem acolhedor.

Às excelências de coração, el-rei D. Luís aliava qualidades de espírito estimáveis e delicadas. As coisas do saber, da literatura, da arte, permaneceram sempre para ele superiormente valiosas e queridas. Não foi, como outros, um protector das letras condescendente e distante; mas ele próprio entrou activamente nas letras como um diligente e bom obreiro, comentando e trasladando as obras de Shakespeare que, por ser o génio que maior soma de verdade humana pôs dentro de maior soma de poesia imagética, seduzia mais que nenhum outro o espírito de el-rei, onde se misturava ao bom senso dos Braganças um doce elemento de imaginação germânica.

Desse fundo de realidade e de fantasia lhe veio o seu imutável amor pela pintura e

pela música. Ambas estas nobres artes praticou com um gosto firme; e de ambas se cercou profusamente, não como complementos ricos de uma vida bem ornada, mas como fontes de emoções e de sentimentos, onde a sua alma, quando invadida pela desilusão dos homens e das coisas, achou encanto e consolação.

Inteligente e bom, ele reuniu as duas superioridades que perpetuam a memória de um homem. A sua intelectualidade, porém, era mais própria para agradar aos espíritos letrados e eruditos; e a forma da sua bondade própria, sobretudo, para prender as multidões simples e emotivas. Por isso a sua bondade será sempre mais lembrada do que a sua cultura. Talvez o povo, renovando um costume sentencioso das idades passadas, lhe venha a dar o nome de *Luís, o Bom*. Hoje, nas sociedades democratizadas, não há já possibilidade histórica de que um rei conquiste o cognome de *Grande*. Mas se tal conquista ainda fosse realizável no nosso tempo, nenhum louvor maior se poderia prestar a el-rei D. Luís do que afoitamente afirmar que ele próprio preferiria ficar simplesmente nos corações como *Luís, o Bom*, a entrar solenemente na História como *Luís, o Grande*.

Um príncipe moderno, brilhante, cultivado, requintado, de aptidões complexas e fortes, de inteligência largamente absorvente, de vida excelentemente pura, sobe por seu turno ao trono sete vezes secular.

Começa este reinado no momento em que, pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes – o rei surge como a única força que no país ainda vive e opera. E por isso mesmo que a autoridade vital, que desde 1820 se escoara do trono e se espalhou pelas instituições democráticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluir ao trono para nele se condensar de novo – o reinado abre entre dificuldades que lhe impõem responsabilidades. Os deveres de el-rei, nestas condições, encontrarão certamente no seu patriotismo a inspiração mais segura e mais pura. Os nossos deveres, esses, claros e singelos, consistem em cercar de facilidades o rei que dá os seus primeiros passos reais, em todo o viço do pensar e do querer – acompanhado por uma princesa adoravelmente preparada para colaborar na obra da coroa, com esses finos dons de graça e de doçura, herdados da sua raça e da sua pátria, e que sempre, desde todos os tempos, foram os mais eficazes para vencer e reter, não só o pronto coração, mas a razão resistente dos homens.

## NOTAS DO MÊS<sup>4</sup>

O parlamento, em França, abre proximamente, possuindo, como novidade – mais um partido parlamentar com o seu chefe no exílio.

Foi este o resultado das eleições de 22 de Setembro, e do desesperado esforço que os partidos organizados e definidos desde 1872 tentaram para arrancar ao sufrágio universal o segredo da sua definitiva preferência. O sufrágio universal quis, além dos quatro velhos partidos, oportunista, radical, orleanista e bonapartista, um outro partido novo no parlamento – o boulangista. Com efeito, enquanto os quatro partidos chegam das mãos do sufrágio com o seu pessoal inalterado e quase intacto – o boulangismo, que era um bando vago e errante, aparece convertido pela eleição num partido compacto e estável. Paris (o voto de Paris outrora, como a cançoneta de Paris, alastrava, percorria toda a França!), Paris declarou-se boulangista, com a unanimidade de 27 de Janeiro. Por outro lado, certos departamentos enfeudam-se definitivamente ao boulangismo. E tendo sido uma guerrilha de *dez* aventureiros na câmara passada, o boulangismo vem ser na câmara actual um partido de *cinquenta* deputados.

uma vitória. Mas uma vitória que importa a anulação do boulangismo e do general Boulanger – porque este homem, improvisado na rua, numa cidade e num momento histórico em que uma cantiga dá mais reputação que dez batalhas, ganhava em continuar a receber unicamente a sua força dos entusiasmos e das correntes emotivas da rua. Só pela rua ele galgaria ao poder – e quanto mais se constitucionaliza, mais se despolariza. Paris nomeou e aclamou Boulanger em 27 de Janeiro, para que ele lhe fizesse, depressa e *tambour battant*, uma revolução contra o parlamentarismo. Desde que ele porém se torna também parlamentar, a sua utilidade cessa, o seu brilho morre – e chefe ausente, com um partido na câmara girando dentro da constituição, ele é apenas um pretendente mais, sem valor pessoal e sem tradição histórica, que erra em torno das fronteiras da França, esbatido nas brumas do exílio.

Os ganhos eleitorais de 22 de Setembro provieram da indignação contra os excessos judiciais da *Haut-Cour*; do espírito *frondeur* e sempre anti-governamental de Paris; de um resto considerável de simpatia; e da teimosa esperança em que o antigo Messias e os seus apóstolos fizessem enfim a revolução adiada. Ainda na manhã de 22 os boulangistas afirmavam nas suas proclamações: «se hoje vencermos pelo voto, completaremos à noite o triunfo com as armas!» A vitória eleitoral não veio: – e em Paris, hoje com o general Saussier no comando da praça, o exército absolutamente disciplinado e fiel, as ruas asfaltadas e estrategicamente dispostas, e a massa burguesa hostil a todo o mundo que estrague os lucros da exposição – é impossível uma surpresa revolucionária, tentada por uma minoria. Tudo tem de ser feito dentro do parlamentarismo: e desde que o general Boulanger e os seus, transformando-se de bando em partido e subindo da praça ao parlamento, ficam envolvidos no maquinismo constitucional e reduzidos a essa eloquência estéril e a essas estéreis combinações que eles com tanto furor denunciavam, a sua missão e razão de ser findaram – e a corrente cesarista, que só pode vencer pela revolução, tem de se voltar para outro lado, à procura de outro César.

A segunda feição da câmara será a decadência (dentro dela) do radicalismo que volta da urna diminuído em número, com os seus chefes e inspiradores (Clemenceau, Goblet, Yves Guyot, Lockroy, etc.) ou derrotados, ou desprestigiados pelo ultraje do *empate*; e por outro lado, paralelamente, a influência crescente dos homens (Léon Say,

---

<sup>4</sup> Estas crónicas foram publicadas na *Revista de Portugal*, entre 1889 e 1890, sob o pseudónimo de João Gomes.

Germain, etc.) que no partido republicano representam mais salientemente as ideias de reforma económica, de tolerância religiosa, de moderação e de paz. Perante isto os oportunistas ou moderados exultam com estridor, e proclamam que a estabilidade política está finalmente criada. Mas nunca na realidade a França esteve tão instável: – provindo sobretudo essa instabilidade de que os cem votos de maioria, de que se ufanam os republicanos, não formam a segurança e a defesa de um partido, mas a única defesa e segurança do próprio Estado. *Cem* votos de maioria – eis o que em França garante e sustenta a forma do Governo! *Cem* votos de maioria – eis toda a base que têm em França as instituições! Na Inglaterra, quer as eleições sejam ganhas pelos conservadores ou pelos liberais – o regime permanece tão sólido e indiferente a essa mutação como o próprio solo geológico. Em França, que amanhã esses cem votos (obra de duzentos mil eleitores) passem dos republicanos para os conservadores – e eis por terra o regime, o pessoal, os costumes e as instituições republicanas! A França está dependente de uns poucos de papéis brancos lançados numa caixa de pau. Ora esta instabilidade, alimentando sempre a esperança dos partidos monárquicos e aviventando sempre a desconfiança das velhas monarquias, impede que a França consiga a fusão dos seus partidos e conclua tratados de aliança: – e assim se tornam cada vez mais irrealizáveis os dois grandes desejos do patriotismo – a pacificação dentro da fronteira e a desforra para além.

Em Londres, organizam-se consideráveis greves, como corolário da greve dos trabalhadores das docas que findou – cedendo a Companhia a todas (ou às mais essenciais) exigências dos operários.

Quatro feições interessantes e novas caracterizaram essa greve instrutiva e fecunda – e são talvez para as outras de excelente promessa. Em primeiro lugar, os trabalhadores (pertencentes todos às mais incultas e violentas classes de Londres) mostraram durante semanas um respeito da ordem e da propriedade, uma atenção inteligente às razões económicas, uma capacidade de sofrer com serenidade, um sentimento de disciplina, uma pertinácia moral, que fariam honra aos cidadãos mais fortes e elevadamente educados para a vida civil e para os deveres do patriotismo. Em segundo lugar, as classes superiores, as menos inclinadas a compreender ou atender as reclamações das plebes, manifestaram por elas uma simpatia de razão e de coração raras e inesperadas nessa Inglaterra que Taine ainda há anos representava, e muito justamente, como uma besta rude e fera (a plebe) que um cavaleiro brilhante e delicado (alta burguesia e aristocracia) monta e subjuga por meio de fortes cadeias de bronze, não lhe permitindo sequer o queixume e negando-lhe quase a razão. Em terceiro lugar, os bispos, à maneira dos bispos da Meia-Idade, intervieram nesta luta do feudalismo capitalista e das plebes operárias, proclamando oficialmente esse socialismo cristão que hoje agita a Igreja em Inglaterra, e que (segundo foi definido na conferência diocesana reunida ultimamente em Carlisle) tende em todas as questões sociais a tomar francamente e apaixonadamente o partido do pobre, sem todavia lhe radicar a ideia de que tudo está salvo e a sua felicidade feita em céu e terra, desde que ele coma com mais abundância e vista com mais conforto. Enfim, a quarta feição desta greve foi o começo da descentralização comercial de Londres, dispersando parte do movimento marítimo por Southampton, Cardife e Liverpool, com ele esvaziando Londres da sua aglomeração excessiva de operários, e desobstruindo assim uma cidade que, pelo seu acréscimo de 80.000 almas por ano, se vai tornando um monstro social e económico, ingovernável e perigoso para o equilíbrio do Estado.

A morte do príncipe reinante de Mónaco e os renovados boatos do abandono de

Roma pelo Papa têm uma relação pitoresca – porque de há muito que o principado de Mônaco é considerado como o lugar que a política e a geografia marcam como o mais adequado à residência do Papa.

Este Estado, que se compõe de um rochedo e de alguns jardins e que é independente há novecentos anos sob o domínio dos Grimaldis, apresenta-se, já pela sua situação, já pela sua tradição, como o único refúgio possível e durável para um Papa independente e soberano. As anemias e doenças de velhice, de que ordinariamente sofrem os Papas, encontrariam além disso em Mônaco o mais salubre e favorável clima. A centralidade do principado poria o chefe da Igreja em fácil e acessível contacto com as populações católicas do Meio-Dia. O ciúme tradicional da França e da Itália, em questões de papado, garantiria a segurança e a independência a um pontífice colocado entre elas. O palácio actual de Mônaco, se não é tão sumptuoso como o Vaticano, é ainda aceitável para o chefe de uma religião de pobreza. Os grandes fundos acumulados pelo subsídio italiano (em que o Papa nunca tocou), bastariam a construir outros edifícios para as congregações e para o sacro colégio. Os monaquenses, excelentes católicos, cercariam o Papa de amor e de respeito. Esse amável e ditoso povo que não paga tributos (quem os paga por ele é o casino do jogo) não seria também tributado pelo Papa, a quem deve bastar o dinheiro de São Pedro: e, além de ganhar espiritualmente, remindo-se, pela contemplação directa da virtude, do Inferno a que o tem votado a contemplação directa do vício, o monaquense ganharia ainda materialmente – porque, como objecto de peregrinação universal, o Papa vale a roleta.

Por outro lado, morto o velho Carlos III, monaquense aferradamente apaixonado pelo seu rochedo – o seu sucessor, o novo chefe da casa dos Grimaldis, venderia decerto o reino em condições excepcionalmente vantajosas. Este moço virtuoso e superior abomina o jogo, nunca habita o principado, ocupa-se sobretudo de explorações submarinas e a sua tendência é para viver em Paris onde o chamam os seus gostos de erudito e as relações da sua noiva, a senhora duquesa de Richelieu, parenta de Henri Heine e milionária.

O Papa, fora de Roma, desmancharia a beleza e a unidade da tradição histórica: mas a sua instalação em Mônaco terminaria um grande escândalo no seio da cristandade, e livraria dois dignos e excelentes príncipes, Leão XIII e Humberto I, de um insolúvel e torturante embaraço.

A China vai aproveitar-se enfim de um dos grandes instrumentos da civilização ocidental. O novo imperador, Kuang-Sou, autorizou a construção de um caminho de ferro de Pequim a Hankow – numa distância de setecentas milhas. Esta obra estava já planeada: mas o velho partido conservador obstara sempre à sua realização, com a razão (ou com o pretexto) de que uma ruidosa aceleração de movimento perturbaria a tranquilidade rural da China, provocaria a repugnante presença do estrangeiro, e ofendendo, com a aplicação de *rajis* e perfuração de túneis, a santidade e recolhimento da Terra, poderia desgostá-la e levá-la a esses movimentos impacientes que nós chamamos *terramotos*. A imperatriz regente partilhava estas ideias. O novo imperador, porém, que é (segundo afirmam os três ou quatro europeus que, como *sir Robert Hart*, têm os privilégios de grandes dignitários chineses) um moço de fortes capacidades e de esplêndida energia, decretou a inovação europeia por motivos de ordem económica e política.

Economicamente, este caminho de ferro construído sobre terreno que não custa quase nada, por trabalhadores que quase nada ganham, deve necessariamente dar lucro ao Estado – porque o alimentar e o vestir Pequim garante um imenso tráfico de mercadorias, e o movimento de uma população, tão móbil e flutuante como a chinesa, garante um prodigioso tráfico de passageiros.

Politicamente, por meio de caminhos de ferro, o imperador consolida o domínio e absolutismo de Pequim – até hoje embaraçado no seu exercício pelas vastas distâncias, pela dificuldade de fiscalizar os mandarins governadores de províncias remotas, pelo custo de concentrar e expedir rapidamente tropas e pela impossibilidade de centralizar o comércio e as finanças na capital.

Toda a Europa folga com este decreto; a Inglaterra, sobretudo, porque vê nele uma primeira aceitação das ideias ocidentais, e através delas um acréscimo de influência no mandarinato de Pequim.

Parece prematuro este folgar. Não será por viajar mais rapidamente, que a China perderá o seu desprezo e horror pelo estrangeiro. Esse desprezo tem raízes na moral e na religião, que nenhum melhoramento nos meios materiais de transporte conseguirá modificar. Nem os nossos progressos industriais, nem a nossa inteligência e ciência, constituem influências bastante fortes para deschinesar o Chinês. Pelo contrário! Quanto mais nos conhece – menos respeita uma civilização que se lhe afigura singularmente tumultuosa e estéril. Os chineses que habitam a Califórnia, e durante um tempo se misturam ao que a civilização material tem de mais moderno e completo, voltam para a China com um patriotismo duplamente enraizado e fanático: – e ainda há pouco um chinês erudito e europeizado nos afirmava «que quanto mais estudava Paris – mais admirava Pequim». As nossas classes operárias e rurais parecem-lhes atroz e os nossos conflitos sociais de capital e trabalho uma rude e estúpida manifestação de barbaria.

Todo o ganho da Europa com os caminhos de ferro de que a China se vai talvez cobrir – será expedir para lá alguns engenheiros, exportar alguns milhares de toneladas de ferro e colocar com melhor juro o dinheiro que, agora, recolhe uns lânguidos 2 ½ por cento. O seu comércio com a China decerto crescerá – ainda que esse comércio (e sobretudo a sua fiscalização e direcção) não sairá das mãos dos Chineses. E a sua influência e domínio decrescerão – porque o Governo de Pequim, sentindo-se mais forte, tornar-se-á mais intransigente.

Em todo o caso o imperador revela nesta decisão as primeiras linhas de uma nova e grande política. Infelizmente dizem que a sua saúde já decai: – é enfezado, pensa e estuda em demasia, tem o crânio desconformemente desenvolvido e sofre de uma melancolia incurável.

Portugal realizou o cerimonial exterior das suas eleições: – porque as eleições, elas próprias, já estavam feitas havia muito, segundo o costume consagrado e venerável, por meio de uma lista de círculos e um lápis, no remanso das secretarias. Restava só a solenidade de *ir o povo às urnas*. Todos sabemos, porém, que em muitos círculos se evita o barulho e a poeira desta cerimónia –reduzindo a eleição a uma simples acta que as autoridades lavram depois da missa, a um canto da sacristia. O povo, esse, fica nas suas moradas, quieto e certo de que o sr. administrador está «fazendo» o sr. deputado. Há nisto uma louvável e notável simplificação do sistema. Mas uma simplificação maior seria que o Governo nomeasse os deputados por meio de portarias; e que eles, desde logo, como empregados públicos, pagassem direitos de mercê.

O Sr. D. Pedro IV, como ele mesmo diria, *constitucionalizou Portugal à força*, como uma vara de aço que se verga, impelindo-o «à iniciativa dentro do regime representativo». Na sua índole porém e nos seus costumes, Portugal ficou em pleno século XVIII – e, como a vara que se levanta logo que a mão forte a abandone, o país vai regressando à sua atitude natural, que é «a obediência dentro do regime pessoal». Uma maioria nomeada pelo Governo e que passivamente obedece às instruções do Governo; um Governo organizado por um chefe, e que fielmente segue as indicações

desse chefe – eis o nosso estado político actual que não difere muito, na sua essência, do que caracterizou os reinados dos avós do nosso rei. Um chefe de partido entre nós, tendo a confiança da coroa, é um verdadeiro ditador – e o nosso regime uma ditadura real, exercendo-se dentro de um constitucionalismo fictício. Isto poderia ser um mal se nos surgisse um dia um ditador do tipo Guzman Blanco – mas pode ser um bem, se um dia esse chefe de partido for um magnífico Bismarck. Não é todavia provável que este país, onde gradualmente calhou e se sumiu toda a violência nativa, produza Guzman Blancos. O presente regime portanto afigura-se-nos excelente – e só nos cumpre, dentro dele e abrigados por ele, esperar com paciência e bonomia que nos apareça numa manhã de nevoeiro esse Bismarck genial e providencial.

## A REVOLUÇÃO DO BRASIL

A revolução do Brasil (tal como a contam os telegramas passados através da censura republicana), é menos uma revolução do que uma transformação – como nas mágicas.

O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como cenas pintadas que deslizam, a monarquia, o monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem – e, ante a vista assombrada, surge uma república, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hino, de selos de correio e da bênção do arcebispo Lacerda. Sem atritos, sem confusão, esta república começa logo a funcionar. Nas repartições do Estado, os amanuenses, que já tinham lançado no papel dos decretos a velha fórmula *Em nome de S. M. o Imperador*, riscam, ao ouvir na rua aclamações alegres, este dizer anacrónico, e, sem mesmo molhar novamente a pena, desenrolam no seu melhor cursivo a fórmula recente – *Em nome do presidente da República*. E quem saíra tranquilamente de sua casa com o seu guarda-sol aberto, para ir à secretaria entregar um memorial ao Sr. Albuquerque, ministro do Império – encontra o Sr. Bocaiuva, ministro da República, que sorri e recebe o memorial! Toda essa revolução, segundo os telegramas, foi feita antes do almoço. Os brasileiros que, regressando à pátria, desembarcaram essa manhã no cais do Rio de Janeiro, ainda pisaram o *solo do Império*, como se vinha dizendo havia sessenta anos; – mas, ao saírem as portas da Alfândega, depois de despachadas as bagagens, já pisavam o *solo da República*, como se estava dizendo, havia sessenta minutos. Se os telegramas, pois, são fiéis, esta revolução é simultaneamente grandiosa – e divertida.

A surpreendente facilidade com que a República se substituiu ao Império, provém de que há muito no Brasil nada separava a República da Monarquia – senão o imperador. E o imperador tinha-se a tal ponto desimperializado que, entre Monarquia e República, não havia realmente senão um fio – tão gasto e tão froixo que, para o cortar de um golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca.

Todo o mundo no Brasil era republicano – mesmo os diplomatas, os bispos e os camaristas do paço. O próprio imperador, por vezes, em viagem, nas salas de hotel, se declarava republicano. O movimento revolucionário, porém, vinha sobretudo dos *bacharéis*, dos moços saídos das escolas, que ansiavam pela República, não porque o Império lhes fechasse o acesso às carreiras (tão abertas que alguns republicanos foram ministros do Império), mas para poderem realizar um velho ideal jacobino, já entre nós desacreditado e um pouco obsoleto, e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas. Os melhores espíritos brasileiros ainda admiram Pelletan – que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, se lê desesperadamente. E a República ainda representa para esses a realização de certas fórmulas idealistas, cuja falsidade ou inanidade já foi entre nós largamente demonstrada pela ciência e pela experiência. Por outro lado, se as leituras jacobinas fortaleciam os brasileiros nesta ilusão, nenhuma realidade ambiente havia que os pudesse desiludir. Toda a América é republicana: e as duas repúblicas que os brasileiros melhor conhecem, o Chile e a Argentina, são, depois de tormentosos períodos de anarquia, superiormente prósperas e sérias. Outro modelo perigoso para o Brasil estava nos Estados Unidos do Norte, cuja imensa civilização deslumbrava os brasileiros – que não reflectiam que é o carácter das raças, e não a forma dos governos, que faz ou impede as civilizações. Uma república na Turquia, mesmo com todos os *Direitos do Homem* traduzidos do francês, seria sempre

turcamente abjecta: – e o Canadá, governado por um vice-rei, delegado de uma rainha e de uma oligarquia, cada dia se afirma mais altamente em riquezas e progresso. Todos os argumentos, pois, militavam no espírito dos ideólogos em favor de uma república – mesmo a sua *barateza*, pela supressão da lista civil (argumento que impressiona as classes comerciais). Com efeito, o presidente dos Estados Unidos pouco mais ganha do que um ministro no Rio de Janeiro: mas os brasileiros ignoravam (como nós, de resto, na Europa, imperfeitamente sabíamos antes da publicação do livro do americano William Ivins, *Machine Politics and Money in Election*) que a eleição do presidente dos Estados Unidos custa cada quatro anos mais de NOVENTA MIL CONTOS, o que, dividido pelos quatro anos que dura um presidente, dá VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS CONTOS por ano – soma amplamente suficiente para pagar todos os soberanos da Europa e o seu luxo, incluindo o sultão e o Papa.

Além dos bacharéis civis, a República tinha como pessoal os oficiais, que, saídos das mesmas escolas e das mesmas leituras, são no Brasil verdadeiramente *bacharéis armados*. Quase todo o exército se compõe de oficiais – e todos eles eram republicanos por teoria e por interesse. Os poucos soldados, esses, apanhados a «cordel», mal pagos, mal alimentados, ociosos, perfeitamente iletrados, sem noção de disciplina ou de patriotismo, formavam uma massa excelente para ser lançada contra qualquer regime, pela mera promessa de mais um pataco de pré.

Nas classes comerciais não havia também uma opinião monárquica. O comércio, sobretudo o de retalho, sempre o mais activo e influente, está todo, ou quase todo, nas mãos das colónias estrangeiras: portuguesa e italiana. Todo este mundo era sinceramente indiferente a um regime dentro do qual ele não podia exercer voto nem funções públicas. E de resto a forma de governo nada importava a este pequeno comércio, estrangeiro e naturalmente egoísta – porque, ou se viva sob uma República ou sob um Império, é sempre necessário comprar a mesma porção de manteiga. Além disso, obedecendo a um impulso (constatado por inúmeros observadores) o emigrante desenvolve sempre uma hostilidade vaga e inconsciente contra o regime do país em que vive – concentrando, contra essa expressão concreta da nação, as pequeninas e surdas antipatias que diariamente lhe causam em redor as diferenças de natureza, de hábitos, de costumes, de interesses, de língua ou de acento.

Que classe pois restava, que se não sentisse no fundo republicana? Os grandes proprietários rurais. Mas esses, habitando o interior, a enormes distâncias, não possuíam o sentimento vivo das ideias fundamentais do Império – unidade nacional, centralização política, representação exterior, etc. Para eles o único mundo exterior é o que compra café: o Império limitam-no todo ao bocado de sertão onde se estendem as suas plantações: e a centralização só a compreendem na capital da sua província. Todo o seu interesse está na colheita do café – e portanto no negro que faz a colheita. Aderiram ao Império enquanto ele, mantendo o *statu quo*, mantinha o escravo. Consumada a libertação – nenhum outro laço os prendia ao regime que nalguns sítios os empobrecia e noutros os arruinava.

O Império pois estava, não enraizado, mas pousado ao de leve sobre o Brasil. Substitui-lo pela República não foi mais difícil – do que trocar sobre uma mesa o busto de César pelo busto de Bruto.

Nada verdadeiramente se entrepunha entre a Monarquia e a República – senão a pessoa do imperador. E de há muito se combinara cortesmente que, para derrubar a Monarquia, se esperasse a morte do monarca.

O reinado da princesa D. Maria e do conde de Eu, ninguém o queria – nem mesmo talvez o imperador, no fundo do seu espírito, por motivos de ordem filosófica.

Duas lendas se tinham espalhado sobre o «beatério» da princesa e sobre a «agiotagem» do príncipe, ambas fatais num país de instintos grandemente generosos e terrivelmente livre-pensador. Todo o caixeiro tremia de furor voltaireano, quando se contava na loja que a princesa imperial, por suas mãos, varria as igrejas de Petrópolis: e não havia senão maldições contra os *cortiços*, verdadeiros ou falsos, do conde de Eu.

O imperador, por outro lado, não era genuinamente popular. Os políticos mais cultos reconheciam os seus serviços ao Império: mas o seu feitio excessivo, de sócio correspondente do Instituto de França, desagradava. A ciência do imperador, concentrada nas especialidades da arqueologia, da filologia, da astronomia, etc., não era de natureza a torná-lo estimado como homem superior entre os Brasileiros, que, nas manifestações da inteligência, só se entusiasma pela eloquência e pela poesia. O Brasileiro é extremamente literário – pelo menos no Rio de Janeiro e em São Paulo: e decerto um imperador de elevada inteligência se poderia tornar popular, se as manifestações dessa inteligência fossem daquelas que cativam a vasta massa dos bacharéis, dos jornalistas e da mocidade culta. O estudo, porém, de monumentos fenícios e de textos hebraicos não basta para atrair, no Brasil, essa útil corrente de simpatia intelectual: o imperador só seria realmente popular se tivesse publicado uma coleção de líricas. Acresce que ele parecia o menos brasileiro de todos os brasileiros: – e um rei só alcança verdadeiro amor, quando em si encarna as qualidades e defeitos do seu povo.

Além disso, como deve suceder ao rei superiormente cultivado de um reino que o não é em tão alto grau, D. Pedro, que não acreditava no direito divino, mas acreditava no direito intelectual, tendia a absorver o Estado em si, com a muito nítida consciência de que ele era nesse Estado o homem mais instruído. Toda a imprensa europeia celebrava os seus méritos, a sua filosofia, a sua semelhança com Marco Aurélio. Ora um Marco Aurélio tende a não dar muita importância ao simples burguês que ele julga incapaz de compreender as *Meditações*. Daqui nasciam atritos, despeitos, uma crescente impaciência contra o crescente autoritarismo do imperador, que não exercia esse autoritarismo para fortalecer as instituições, mas para fazer prevalecer vontades. Assim o imperador, único obstáculo à República, ia cada dia perdendo popularidade, força, razão de existir. Que um descontente, menos disposto a esperar que a clássica foice da morte cortasse o fio que ainda prendia o Brasil ao Império, se decidisse a cortá-lo ele próprio com uma espada mais ou menos ilustre – e estava feita a República. Esse impaciente apareceu no marechal Fonseca.

Com o Império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil.

Este nome de *Brasil*, que começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esforço, passa a ser um antigo nome da velha geografia política. Daqui a pouco, o que foi o Império, estará fraccionado em repúblicas independentes, de maior ou menor importância. Impelem a esse resultado a divisão histórica das províncias, as rivalidades que entre elas existem, a diversidade do clima, do carácter e dos interesses, e a força das ambições locais. Já mais de uma vez as províncias têm feito enérgicas tentativas de separação: e o separatismo tornara-se, nestes derradeiros tempos, um dos mais poderosos factores da política.

O Brasil, além disso, não está forçado a conservar-se unido pelo receio dos ataques ou represálias de uma metrópole forte, de quem acabasse de se emancipar, nem tem possibilidades algumas de aspirar, como os Estados Unidos, a uma supremacia política ou económica de que a unidade seria a inevitável condição. Nenhuma das razões que impuseram a união aos americanos do Norte, se dão no Brasil. Por outro lado, há absoluta impossibilidade de que São Paulo, a Baía, o Pará, queiram ficar sob a

autoridade do general fulano ou do bacharel sicrano, presidente, com uma corte presidencial no Rio de Janeiro. Para que isso se realizasse, mesmo por alguns meses, seria necessário que surgisse um homem (que não há) de popularidade universal, incontestada e irresistível em todo o Império, como a de um Washington. Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias. Já decerto em Mato Grosso há um Deodoro que afivela a espada. Ora a condição de popularidade, para estes ambiciosos, será proclamar o exclusivismo dos interesses provinciais; e já disso mostra sintomas o presidente do Pará, querendo fechar a navegação do Amazonas.

Os Estados, uma vez separados, não poderão manter paz entre si, sendo abundantes os motivos de conflitos – as delimitações de fronteira, as questões hidrográficas e as alfândegas com que todos naturalmente se hão-de querer criar rendimentos. Cada Estado, abandonado a si, desenvolverá uma história própria, sob uma bandeira própria, segundo o seu clima, a especialidade da sua zona agrícola, os seus interesses, os seus homens, a sua educação e a sua imigração. Uns prosperarão, outros deperecerão. Haverá talvez Chiles ricos e haverá certamente Nicaráguas grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império!

## O «ULTIMATUM»

Durante o desagradável mês de Janeiro, Portugal atravessou uma crise – que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva que esta geração tem afrontado.

Através dos últimos dez anos, a Inglaterra, por uma sequência de factos, alguns imprevistos (ocupação do Egipto, pacificação temporária do Sudão, marcha de um exército até Cartum, reorganização das missões do Niassa, descoberta dos jazigos auríferos na terra de Lobengula, etc., etc.), começou a entrever, como sonho realizável, a fundação de um grande império africano. E, com aquela viva clareza de propósito e segura tenacidade de execução que constituem a sua força, encetou uma série de actos que, terminando há tempos pela criação da *East-African Company*, autorizam os seus estadistas e os seus publicistas a considerar esse império como uma realidade esplêndida, de que gozarão os filhos dos homens sem justiça e sem escrúpulo que lhe lançaram as primeiras bases.

Esse império, segundo o traçam nos seus largos contornos as publicações inglesas, estender-se-á de Alexandria ao Cabo. O Nilo, desobstruídas as cataratas, será a grande estrada de água até aos lagos centrais; dos lagos, um sistema de caminhos de ferro abrirá comunicações para Zanzibar e para a embocadura do Zambeze; duas vice-realezas, uma estabelecida no Cairo outra em Zanzibar (que, pela população e pelo comércio, é quase uma feitoria índia), governarão e manterão a ordem nessa vasta colónia, por meio de um exército organizado (à maneira do exército indígena da Índia) com negros e sudaneses, e por meio de alianças com as tribos mais aguerridas (à semelhança das alianças feitas na Índia com os Afredis e os Chittagongs); um imposto territorial (ainda pelo sistema índio) e a multiplicação dos portos fornecerão o orçamento; e a gradual dominação dos distritos do interior, as explorações bem organizadas e com objectos definidos, terminarão a conquista desta nova Índia e firmarão sobre ela, como diz o *Spectator* com o seu habitual pedantismo, a «imensa majestade da paz britânica».

O povo duro que britanizou a Índia pode talvez justificadamente conceber, e tentar mesmo, esta empresa portentosa. Mas, na sua execução, ele tinha necessariamente de encontrar obstáculos – desses que eram outrora considerados, pelas solenes regras do direito internacional, como insuperáveis.

Portugal oferecia à Inglaterra um desses obstáculos. Entre os actos diferentes, mas logicamente relacionados, com que a Inglaterra lenta e progressivamente prepara desde já a realização remota do seu sonho, houve (para simplificar, sem inútil desenrolamento de detalhes geográficos e históricos) dois que, sem remédio, colocaram a actividade colonizadora da Inglaterra face a face com a nossa propriedade histórica. Um, foi a criação da *East-African Company*, com domínio sobre uma região conhecida pela terra de Lobengula (que é um velho rei e um malandro) e que compreende um território imenso chamado Masona, na margem sul do Zambeze. O outro acto consistiu na apropriação ou reclamação de uma região entre a margem norte do Zambeze, o rio Chire e a margem ocidental do lago Niassa, conhecida pela região do Niassa ou do Chire. A posse destes territórios excitava furiosamente a cobiça da Inglaterra, porque assim lhe ficava aberto o caminho político e comercial desde a colónia do Cabo até ao lago de Tanganhica, e daí até ao Vitória Niassa e ao Nilo Branco. E esse caminho criava, ainda que frouxa em partes, a espinha dorsal do futuro império africano. Somente ocorria esta dificuldade: – que Portugal há duzentos anos possuía, trilhara, explorara, ocupara essa região de Masona e essa região do Niassa. Se nós fôssemos fortes, ou se ainda reinasse o direito internacional, este impedimento seria como uma

montanha que se não transpõe. Mas a ciência do direito internacional acabou como a astrologia e a escolástica; nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; – e o obstáculo foi transposto pelo leão britânico, com aquela simplicidade sobranceira com que ele tradicionalmente salta por cima dos muros alheios, desde que não haja do outro lado o cano de uma espingarda.

Em todo o caso, a princípio esta dificuldade deu apenas origem a uma longa e lenta troca de comunicações e de notas entre Lorde Salisbury e o Sr. Barros Gomes – acompanhada, nos jornais de Inglaterra e de Portugal, por uma serena discussão geográfico-histórica dos nossos direitos e das pretensões inglesas. Quando se desenrolava esta controvérsia (que já em Setembro começava a impacientar os Ingleses), um incidente sobreveio inesperadamente, que transformou essa argumentação quase académica numa pendência quase sangrenta. Uma expedição nossa, que, sob o comando do major Serpa Pinto, estudava o traçado do caminho de ferro do rio Chire (que ultimamente nós resolvêramos construir para suprir as obstruções da navegação no Zambeze), tendo penetrado na terra dos Macololos, antigos vassallos da coroa, encontrou um gentio hostil que lhe impediu a passagem, arvorou no topo das cubatas bandeiras inglesas e terminou por fazer fogo sobre os nossos com aquelas espingardas do valor de cinco xelins, que são um dos comércios ingleses mais rendosos no interior da África.

Para desimpedir o caminho, afirmar a soberania e castigar o ultraje, os nossos (depois de tentarem conciliação) dispersaram o gentio – matando infelizmente uma centena desses negros, que são no fundo os verdadeiros senhores da região. Todos os dias sucedem estes casos na África; – e em cada uma das suas viagens, Stanley, herói aclamado nos dois hemisférios, pratica destas execuções de pretos, em proporções que as tomam, segundo a característica expressão comercial dos Ingleses, *wholesale slaughters* (matanças por grosso). O incidente dos nossos foi logo telegrafado para Londres pelo secretário da *African-Lakes Company*, com aquela concisão do telégrafo, que é por vezes tão fatalmente prejudicial à justa compreensão das coisas como a redundância da retórica – e a imprensa conservadora, ou mais especialmente aquela abominável parte da imprensa conservadora de há muito ridicularizada e desacreditada sob a alcunha de *Jingo*, já impaciente pelas demoras da controvérsia geográfica e histórica, rompeu num desses furores arrogantes em que é vezeira quando fala a nações desarmadas – e ameaçou Portugal com uma frota de couraçados, uma ocupação da Madeira, o bloqueio de Lisboa e outras bravatas das que ordinariamente lançam, de punho na cinta, esbraseados de vinho, os rufiões de feira. Os pretextos desta indignação da imprensa *Jingo*, sempre falha em boas maneiras e bom gosto, eram – que a expedição portuguesa invadira domínios britânicos, pisando a terra dos Macololos; afrontara a humanidade, trucidando cem negros; e injuriara a bandeira inglesa, dispersando o gentio que a hasteara entre guinchos. A resposta acudia facilmente. A expedição, achando-se no território dos Macololos, pisava um território tão português que os cônsules e missionários ingleses, para lá ir mercadejar ou intrigar, pediam salvo-conduto às autoridades de Moçambique; a expedição, dispersando os Macololos, antigos vassallos da coroa, e matando (infelizmente) cem no conflito, procedia como todas as nações colonizadoras para com indígenas sublevados – e especialmente como a Inglaterra, mestra em colonização e destruidora encartada das raças inferiores do globo; e finalmente a expedição, encontrando a bandeira inglesa nas mãos de negros que não eram soldados ingleses, ou sobre cubatas que não eram cidadelas inglesas, não lhe devia mais respeito que a outro qualquer pedaço de paninho vermelho e azul. A bandeira tira a sua significação da mão que a empunha – e se um homem é agredido num caminho por outro, que traz às costas a tricolor, não ofende decerto a França, atirando ao chão com

uma paulada o agressor, que assim se embandeirou a si próprio com jovial fantasia.

Em todo o caso, o incidente em breve passou dos ataques e defesas da imprensa, para a região mais serena e grave das notas diplomáticas. Lorde Salisbury lançou reclamações que a imprensa portuguesa considerou moderadas.

O Sr. Barros Gomes ofereceu explicações que a imprensa inglesa considerou conciliadoras. E as negociações prosseguiram assim, em cordura e cortesia – quando uma manhã, bruscamente, sem razão, sem incidente lateral, o ministro inglês em Lisboa, Mr. Petre, apresentou ao Sr. Barros Gomes um *ultimatum*, com aquela brutal surpresa com que outrora José do Telhado, ou outro dos nossos salteadores lendários, apontava, num caminho de pinheiral, o bacamarte ao peito de um marchante em jornada. Esta comparação, já muito usada, tem todo o relevo safado. Mas não há outra mais precisa e gráfica.

O *ultimatum*, curto e seco, exigia que dentro de onze horas o Governo português fizesse sair as suas tropas e as suas autoridades das regiões disputadas do Chire e de Masona. Se o Governo português não acedesse, o representante da Inglaterra retiraria com o seu pessoal para bordo do aviso *Enchantress*, deixando toda a ulterior acção às esquadras inglesas reunidas em Lourenço Marques, Cabo Verde e Gibraltar.

Foi durante horas uma pavorosa crise. O conselho de Estado reunido – decidiu que se passasse sob a exigência de Lorde Salisbury, visto que a resistência importaria uma ocupação de Moçambique e de Lourenço Marques (de onde a Inglaterra não sairia mais, como não saiu mais do Egipto), feita por essas esquadras, que, enquanto o *Foreign Office* elaborava notas corteses, se acercavam dos nossos portos, à sorrelfa, em silêncio, exactamente como as galeras de Barba Ruiva deslizavam para dentro das enseadas da Itália ou da Sicília, à busca da presa cristã. Ocupam-se recentemente nestes feitos as frotas que comandou Nelson. Portugal, nessa noite, perdeu dois consideráveis territórios de África. De manhã, o ministério caiu. E assim findaram três anos de política colonial.

Já não interessaria porém apreciar essa política, mesmo que, para isso, possuíssemos uma documentação completa e positiva – porque, na realidade, as questões de África perdem do seu valor diante do inesperado movimento nacional que, através de todo o país, tão vasta e ruidosamente rompeu, sob o espinho das humilhações que essa África negra nos trouxe. É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito – do que possuir a terra de Masona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. Se, como nação, estamos findos, sem força, sem alma, sem vontade, os Macololos, o Masona, o Niassa, os lagos e toda a África serão para nós tão inúteis, como inúteis eram ao pobre rei Senaquerib, que tinha cento e dez anos e tremia de frio sob o sol da Assíria – as virgens esplêndidas que os seus intendentess lhe iam buscar à África, terra de todos os ardores e da divina fecundidade: «Como posso eu produzir vida, tartamudeava o pobre Senaquerib, se vida em mim já não tenho?» Sem vida em nós mesmos, como poderíamos nós levar vida à África?

Por isso, na verdade, a questão do Niassa e de Masona desaparece perante este movimento, tão real, tão intenso, tão persistente – primeira e única afirmação de vida que Portugal tem dado nestes últimos trinta anos, molemente estragados na mudez e na inércia.

Belo e de bom presságio se nos apresenta este movimento! Mas todavia, por ora, não há nele senão os sintomas materiais de vida. É o respirar, o mover, o palpitar, o falar de um corpo que muitos julgavam morto, gelado, fácil de pisar, e talvez de retalhar. E resta agora saber em que séria e útil ocupação, em que fim de alto

patriotismo, se vai empregar essa vida que tão inesperadamente o país em si surpreende, e que tão dispersamente manifesta na primeira e imensa alegria de a sentir correr, quente e forte, nas veias?

*That is the question*, se esta citação ainda é permissível... Porque se todo o patriota se alegrou como nós, ao ver o esplêndido movimento da nação – nenhum verdadeiro patriota pode conservar alegria ao verificar que esse movimento se começa a perder em direcções desviadas, transversais, inúteis – à maneira de uma torrente que, em lugar de correr direita ao moinho para o fazer trabalhar, se espalha pelos lados em riachos esguios e lentos que bem depressa a areia suga!

As primeiras manifestações deste movimento foram as instintivas, as da irreflectida cólera do homem que subitamente na rua leva com lama na face. Todas as multidões, em todas as capitais, se têm um dia abandonado a estas violências clássicas. Mas, encadeadas com estas e numa rapidez de rastilho aceso, começaram logo as manifestações de indivíduos e de corporações contra a Inglaterra – cada um sinceramente, na sua possibilidade, praticando um acto de desforra ou tomando uma decisão de hostilidade. E aqui, começámos a assistir a actos menos justificáveis. O sentimento inspirador era sempre muito belo, muito nobre – mas a expressão exterior e especial desse sentimento nem sempre participava dessa beleza e dessa nobreza. Com efeito, quando homens respeitáveis devolviam à legação de Inglaterra as medalhas ganhas ao seu serviço, ou se demitiam de empregos remunerados por companhias inglesas, estávamos claramente em presença de actos de seriedade e dignidade. Quando, porém, professores dos liceus reclamam, como defesa nacional, que se elimine a língua inglesa do ensino das línguas vivas – estamos já diante, não de um acto de patriotismo, mas de ignorantismo. E quando as actrizes dos teatros, para mostrar como Portugal sabe repelir um ultraje, resolvem por declaração pública retirar do palco os seus sorrisos desde que surja na plateia um espectador inglês – estamos diante de um acto positivamente risível. Os jornais, registando destes e de outros protestos, bem intencionados e desastrados, exclamavam por vezes com inquietação: «Meu Deus! não tomemos as nossas manifestações ridículas ou odiosas!» Mas por causa de indiscriminadamente se registarem os protestos dignos e os protestos cómicos (que a imprensa estrangeira reproduzia) – estivemos nós arriscados a que a Europa misturasse ao respeito pelo nosso brio, algum desdém pela nossa extravagância.

Tudo isso, porém, passou: – e bem depressa os protestos individuais se fundiram, desapareceram, na vasta, magnífica e consoladora unanimidade das manifestações colectivas vindas dos municípios, das escolas, das associações, dos institutos, das assembleias, de vilas inteiras, de todo um povo que acorda, se levanta, e ainda trôpego do seu extenso sono, afirma claramente que *pensa* e afirma fortemente que *quer*.

O quê? – Porque isto sobretudo se nos afigura essencial: o verificar o que o país, enfim desperto e decidido à acção, pensa e quer – e em que direcção vai desenvolver essa ideia, e sobre que objecto vai aplicar essa vontade. Ora, a julgar pelos incontáveis protestos, declarações, manifestos, cartas, apelos, etc., que trasbordam na imprensa, não nos parece que por ora o pensar e o querer do país se estejam exercendo para fins verdadeiramente sérios, úteis, práticos e patrióticos. De todos esses documentos, com efeito, em que o país, decerto reflectidamente e serenamente (porque num longo mês sobra tempo para serenar e reflectir), tem exprimido a sua ideia e a sua vontade – que propósito exacto e definitivo ressalta com saliência? Um só : – *fazer mal à Inglaterra*. Como? Injuriando a Inglaterra; fomentando o ódio à Inglaterra; *boycottando*, tirando a freguesia à Inglaterra.

Três actos naturais, legítimos, supremamente justificáveis. Mas bastam? É neles, só neles, que se deve empregar e consumir o pensar e o querer da nação? Quando tivermos acumulado sobre a Inglaterra todos os vocábulos afrontosos do nosso dicionário; quando tivermos penetrado o coração dos nossos filhos, de um ódio tão complexo à Inglaterra, que eles não possam encontrar um volume de Shakespeare sem empalidecer de furor; quando tivermos retirado totalmente a nossa freguesia às carvoeiras de Cardife ou aos teares do Lancashire – estará realizado o fim imenso de uma nação que, abalada por uma crise brutal, desperta, se ergue e desesperadamente afirma que vive e que quer viver? Ou muito erramos, ou esse fim, longe de estar obtido, está perdido.

Injuriar a Inglaterra! De que serve? Se o fazemos por meio daquele processo que se denomina *chamar nomes* (e que parece exclusivo de Portugal e da Inglaterra, porque só estas duas nações possuem nos seus idiomas essa expressão) não aproveitamos decerto os primeiros dias do nosso despertar patriótico em obra muito bela, nem muito digna. Ressurgir de um longo adormecimento, para *chamar nomes*, é de péssimo presságio para a seriedade e fecundidade desse ressurgimento. E por outro lado se o fazemos de um modo mais grave, denunciando e verberando todo o mal da Inglaterra (onde o mal tanto abunda), dissiparemos o tempo a repetir, com pálida superfluidade, tudo o que contra a Inglaterra já demasiadamente vociferaram os seus próprios filhos, os melhores, os mais ilustres, com soberba eloquência e certeza impecável. Quem mais grandemente, do que os escritores de Inglaterra, tem flagelado os vícios da Inglaterra? Quando mal findava a literatura inglesa do século XVIII, limitada, conservadora, respeitosa e insular – logo um poeta surge, o maior dos seus poetas, que da Itália onde o levava o tédio da sua pátria, austeramente pedante e mercantilmente egoísta, a cobre de maldições e de sarcasmos. E depois de Byron e de Shelley, a legião dos acusadores segue, implacável e genial. É Dickens (para citar os mais populares) ridicularizando as suas instituições; é Thackeray revelando com fria ferocidade todo o seu convencionalismo social e maculando-a com o nome que lhe ficou de *country of snobs*; é Carlyle, com clamores de profeta, fulminando o seu egoísmo, o seu mercantilismo, o seu materialismo; é Ruskin acabrunhando de ironias a grossa materialidade da sua civilização; é Arnold acusando-a da sua insipidez, do seu azedume, da sua aspereza; é ainda toda uma coorte de publicistas, de panfletários, de *ensaístas*, de artistas, de caricaturistas, fulminando o seu pietismo, o seu *cant*, a sua hipocrisia, a sua desumanidade... E que faz a Inglaterra? A Inglaterra cobre de aclamações estes acusadores que a ilustram pelo génio; dá-lhes, quando eles morrem, uma sepultura de honra no panteão real de Westminster – e continua a cultivar com cuidado e a desenvolver estes defeitos de convencionalismo, de egoísmo, de mercantilismo, que a têm tornado por esse mundo tão vasta, tão forte e tão rica. Faz mais! Pela voz do seu maior orador neste século, proclama o egoísmo como programa político, justifica-o pela «luta pela vida», e afirma, em plena câmara dos comuns, entre universais aclamações: – «No dia em que dêssemos aos outros a justiça, chamaríamos sobre nós a ruína!

Empregar o tempo a chamar a uma nação deste feitio nomes feios em prosa e verso – *pirata, ladra, infame*, etc. – é uma puerilidade de fracos.

Odiar a Inglaterra! Sentimento bem legítimo – porque, por muito cristão que se seja (e nós somos inteiramente pagãos), não podemos abençoar quem nos brutalizou. Mas o ódio fixo, em perpetuidade, cultivado e organizado como programa nacional (e assim o pregam os manifestos) que significa? O ódio pode formar um factor na vida de um povo, quando apaixonadamente incite e aqueça a actividade que prepara a desforra. Ora a desforra consiste em derrotar quem nos derrotou, humilhar quem nos humilhou. E

que esperança pode ter este frágil reino de abater o mais forte dos impérios, dura ressurreição do duro império romano? Se nós pressentíssemos razoavelmente a possibilidade de um dia, por nossa vez, mandar à Inglaterra um *ultimatum* sublinhado com esquadras – então, sim, por Deus, que o ódio fosse o nosso inspirador! Mas, para que tal se realizasse, teríamos de esperar até aos tempos (entrevistos justamente por um humorista inglês) em que o Império Britânico ficará reduzido ao condado de Middlessex. Esses tempos jazem muito longe, nas profundidades do futuro; e não podemos realmente passar os séculos que deles nos separam, quietos, hirtos, de dentes cerrados, de olhos flamejantes, absortos e imobilizados nessa única e estranha função social – *odiar!*

O ódio é um sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza: – e, quem a ele se abandona, bem depressa vê consumidas na inércia as forças e as faculdades que a Natureza lhe dera para a acção. O ódio, quando impotente, não tendo outro objecto directo nem outra esperança senão o seu próprio desenvolvimento – é uma forma da ociosidade. É uma ociosidade sinistra, lívida, que se encolhe a um canto, na treva.

Não, por Deus! O povo alegre e franco, que outrora em Diu atirava por entre as bombardas gracejos aos mouros, e que é hoje ainda na Europa o único que trabalha cantando – não pode empregar e estragar os seus dias nessa negra e fúnebre ocupação, o *ódio!*

Detestemos a Inglaterra, de acordo, toda a Inglaterra – mesmo sem distinguir se foi a Inglaterra como nação, ou apenas um partido inglês como Governo, que nos ultrajou. Mas que esse sentimento seja secundário na vasta obra que temos diante de nós, agora que acordamos – e não essencial, supremo e tão absorvente que só ele ocupe a nossa vida, e se substitua à própria obra.

Os que afirmam (e muitos afirmam) que «o único dever de Portugal agora é odiar a Inglaterra», ou se contentam com um desabafo vão –ou sinceramente aconselham ao país que nada faça, permaneça na sua inferioridade e acentue mais a sua impotência final entregando a direcção da sua vida a um sentimento impotente.

Se tais conselhos são considerados como nobres expressões de patriotismo – então o patriotismo, como ideia, tem mudado desde as idades em que, nas praças de Atenas, os patriotas que iam, em Plateia e Salamina, dar ao mundo o inigualável exemplo do patriotismo heróico, exclamavam: – «Não se trata de parolas e de odiar a Pérsia – trata-se de actos e de salvar a Grécia!

Temos depois, como plano, *boycottar* a Inglaterra. Ideia bem natural e bem lógica. A Inglaterra é uma imensa loja. Nós somos dos seus mais antigos fregueses. A prosperidade de uma loja depende da sua freguesia: retirando portanto a nossa freguesia à Inglaterra, comprometemos a sua prosperidade. É perfeito. Resta averiguar se é eficaz.

Os homens positivos, experimentados e práticos, afirmam que, desgraçadamente, este plano, tão tentador na sua simplicidade, não dará resultado que nos console e vingue – porque ao fim de um tempo, para a Inglaterra, não será sensível a conta do seu prejuízo, enquanto para nós montará pavorosamente a conta do nosso dano. Se nós hoje, que não possuímos indústrias nacionais, formos buscar a outros mercados o que costumamos trazer de Inglaterra – encheremos a nossa casa de produtos *piores e mais caros*, o que duplamente aumentará o custo da nossa vida. Logo, este começo é péssimo. Por outro lado, quebrando as relações comerciais com a Inglaterra, deixamos logicamente de ser fregueses da sua marinha mercante. Ora os Ingleses, que possuem a maior marinha mercante e de maior tonelagem de todas as nações, são os grandes transportadores do Universo, os que através dos mares levam e trazem mais homens e mais fazendas. E não admitindo nós que navios ingleses entrem nos nossos portos, a

buscar ou a trazer – matamos o grande plano dos últimos tempos, que era tornar Portugal o rico e forte centro do movimento comercial entre o velho e novo mundo. Para isso, com sacrifícios enormes, estamos construindo o porto de Lisboa e o porto de Leixões. Mas esses portos, excluindo das suas docas dois terços dos navios que sulcam os mares, não obterão rendimento apreciável: – e nós teremos de pagar o que essas obras custaram, sem poder embolsar o que elas por si renderiam. E há mais. Assim como não queremos comprar nada aos Ingleses, nada lhes queremos também vender. Ora o Inglês é o nosso maior freguês: e não teremos pois de ora em diante quem nos consuma na sua quase totalidade o nosso vinho do Porto; os nossos minérios, as nossas frutas, o nosso sal, a nossa cortiça. Para não arruinar o Porto, Aveiro, Setúbal, o Alentejo, etc., seremos forçados a procurar novos fregueses – o que, neste século de áspera, feroz, tumultuosa concorrência, se vai tornando a mais pavorosa das dificuldades humanas. Ora, insistem os homens práticos, como nós já frequentemente tentámos, sem resultado, obter pequenos mercados para artigos parciais da nossa produção – não lograremos agora decerto alcançar um vasto mercado que substitua a vasta Inglaterra. De sorte que, em resumo, ao fim de um ou dois anos de quebrar as relações comerciais com a Inglaterra, teríamos as nossas despesas consideravelmente elevadas, os nossos rendimentos consideravelmente diminuídos, obras colossais a pagar e nenhum lucro a tirar delas.

Assim dizem os experimentados. Resta porém saber se estes sacrifícios não seriam bem pagos pelo justo regalo de ferir a Inglaterra num ponto que é nela mais vivo que o orgulho – o interesse; e se não compensaríamos, amplamente, o desgosto de ver os transtornos que sobre nós acarretámos – pela delícia de constatar as ruínas que na Inglaterra acumulámos.

E, aqui, voltam os experimentados (verdadeiramente patriotas) explicando que a Inglaterra, para o nosso caso, é uma loja, cuja prosperidade ou decadência se verifica pelo seu balanço e pelos seus livros. Ora, examinando as contas correntes de Inglaterra (pelo último balanço feito, o de 1888), vemos que o seu movimento comercial com Portugal, isto é, o valor do que nos comprou e do que nos vendeu, monta à soma redonda de *trinta mil contos*. Verba considerável. Mas em que proporção entra ela no movimento geral da loja? A falta de um freguês deste valor dará à loja um golpe definitivo e mortal, ou fará apenas uma arranhadura insensível e reparável? Examinando o balanço total do Império Britânico, verificamos que o seu movimento monta à soma, que quase custa a ler em cifras, de *quatro milhões novecentos e vinte mil setecentos e cinquenta contos!*

Como estas somas disformes estonteiam, quase não têm realidade para um meridional – digamos, tornando as cifras mais acessíveis, que a nossa abstenção como fregueses da Inglaterra diminui *trinta contos* no seu movimento de *quatro mil novecentos e vinte contos*. É portanto como se um particular egoísta e brutal, possuindo uma renda de *quatrocentos e noventa e dois contos*, fosse prejudicado em *três pobres contos de réis* por um vizinho ofendido que, para tomar essa desforra que ele julgava mortal, se sacrificasse até à ruína!

Decerto, esses trinta mil contos de menos vão momentaneamente prejudicar certas indústrias inglesas. Mas essas indústrias são justamente as mais fortes (carvão, ferro, tecidos, etc.). Todas elas têm afrontado crises infinitamente mais terríveis, que atravessaram com triunfal serenidade. E quando nós começarmos apenas a penar as primeiras dores do nosso sacrifício – já elas terão galhardamente reconstituído o seu equilíbrio.

De resto, Portugal não desceu ainda tanto na universal jerarquia, que se levante todo, num esforço unido de nação unida, com o fim único de encalacrar os Srs. Fulano

& C<sup>a</sup>, carvoeiros de Newcastle, ou os Srs. Sicranos & Filhos, com fábrica de lanifícios em Bradford. O único objecto por que dignamente poderíamos sofrer perdas e angústias seria, como se tem dito nos manifestos e protestos, o de matar o leão britânico! Mas que conseguimos? Arrancar-lhe alguns pêlos da juba bruta, que bem cedo renascerão – mais duros e fortes.

Todo este movimento público, pois, que, para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycottar* a Inglaterra – a si mesmo se esteriliza, errando a sua direcção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o *fazer mal à Inglaterra*, mas, antes de tudo e sobretudo, *lazer bem a Portugal*.

Uma vez que, segundo tão altamente se proclama, acordámos do nosso letargo, urge empregar este alento que nos volta, não na teima improfícua de destruir o que é indestrutível – mas de reconstruir tudo o que em torno de nós se deteriorou e derrocou, durante o nosso imenso sono. Esta seria a direcção única a imprimir ao movimento nacional – que se não deve dispersar em tentativas ou brados efémeros contra a Inglaterra, mas concentrar em obras sólidas a proveito de Portugal. Até agora nada se fez, porque (como todos violentamente constata, por experiência própria) jazíamos ressonando, no esquecimento de todo o dever cívico. Pois bem! agora que todos se declaram despertos, e saltam para a arena, bradando, de braços arregaçados, prontos para a faina – comece a empresa, única verdadeiramente patriótica, que é a de reconstituir a pátria. Se as forças e as vontades abundam (como afirmam manifestos e protestos) não faltará também obra urgente e boa em que elas se empreguem com glória. Temos quase tudo por fazer – tudo teríamos a refazer. Teríamos antes de tudo de criar riqueza, porque, sem esse instrumento, o braço mais forte fraqueja. Teríamos de criar a riqueza, como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural – repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada, criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país; regulando o exercício da caça e da pesca, etc., etc. Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular... Obtidos estes primeiros recursos, teríamos então de alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar o nosso exército, construir as defesas dos nossos portos. Teríamos ainda de reformar o ensino científico e fundar seriamente o ensino técnico. Teríamos enfim (para não desanimar as boas vontades com um programa muito pesado) de preparar, por meio de educação física, gerações que possuam o músculo, o vigor, a saúde e o poder de arrostar trabalhos – que a nós nos falta tão lamentavelmente. E teríamos ainda (só este detalhe mais) de criar em nós mesmos hábitos de energia e disciplina, ordem, força, perseverança – reflectindo que sem bons costumes de nada valem as boas instituições, e que já um poeta, que era todavia o mais risonho dos cépticos, disse:

*Quid leges, sine moribus  
Vanae, proficiunt?*

Eis, na nossa ideia, talvez excessiva e errada, o que deveriam fazer esses patriotas que, com tanta esperança nossa, se declaram acordados do seu sono histórico, prontos a trabalhar na regeneração da pátria. Tudo isso depende deles, só deles. Não dos governos ou dos ministérios. Depende meramente da sua iniciativa, do seu esforço, da sua

constância, da sua propaganda. Depende do seu honesto propósito de escolher homens capazes que, no parlamento, vão enfim criar as leis exactamente correspondentes às nossas necessidades – e, no Governo, vão enfim assegurar a execução exactamente indispensável a essas leis salvadoras.

Assim julgamos que devia ser utilizada e regularizada essa bela efervescência de vida, que se denomina o «movimento nacional». Porque de resto, bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade os modos de um povo que, sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: – antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição.

E que a mocidade das escolas dê, ela, o exemplo mais directo e melhor. Por toda a parte se afirma que da sua paixão generosa e pura partiu o primeiro arranque deste movimento. Honra grande lhe seja mais tarde na história. Mas a mocidade já se manifestou amplamente. Que, agora, se retire das ruas e dos comícios, se recolha e ofereça, ela, esperança de todos, messe rica do futuro, o modelo superior do patriotismo, passando a cumprir com sereno amor esse dever patriótico que tão especialmente cabe a estudantes – e que consiste em estudar.

E deixemos a Inglaterra, que, quieta na sua ilha, digere sombriamente, como nação de rapina, a presa que rapinou. Chamar pelas praças *Delenda Carta gol* é excelente – quando já estão reunidas no porto de Óstia as galeras que vão levar Cipião à África. Mas nós não nos podemos ufanar, por ora, nem de galeras nem de Cipião. De que valem pois brados vãos? O grande grito a gritar não é – *Delenda Britannia!* O grande grito a gritar é – *Servanda Lusitania!* Porque se não trata infelizmente de destruir a Inglaterra – mas de conservar Portugal.

Através destas sugestões, que vimos timidamente arriscando, de propósito omitimos o facto magnífico da subscrição nacional. Só ele, todavia, e o sentimento colectivo que revela, as justificam – porque sem ele, todas as nossas considerações montariam à puerilidade de querer dirigir, regularizar e aproveitar para um fim permanente, uma chama que passa e que morre! A forte, sólida e tenaz unanimidade, porém, com que a nação inteira, que tão pobre é, acode a abrir a sua bolsa para um alto objectivo nacional, prova que este movimento, tendo raízes na razão e na consciência do país, não somente na sua imaginação móbil, constitui uma força duradoura e viva que convém dirigir para onde ela possa fecundar e criar. E indicar a sua direcção é concorrer para a sua fecundidade – porque decerto aqueles que tão ardentemente querem preparar a defesa exterior, não se mostrarão menos prontos a trabalhar na ordem interior. De pouco serviria ter muralhas novas por fora e só velhas ruínas por dentro. A peito doente nada vale couraça de bronze!

\*\*\*\*\*

Obra digitalizada e revista por Ernestina de Sousa Coelho. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2001

<http://www.ipn.pt/literatura>

\*\*\*\*\*